

ESCRITA

# ensaio

ANO III - N.º 6 - 1980

## MOVIMENTO OPERÁRIO:



## Novas e velhas lutas



# **REEMBOLSO POSTAL**

## **O CAPITAL (de Karl Marx) em Quadrinhos**

Uma publicação da Escrita  
Peça desde já seu exemplar, escrevendo para  
Editora e Livraria Escrita Ltda.  
Rua General Jardim, 570 - Fone: 255-5194  
01223 - São Paulo (SP)



**ESCRITA**

# Ensaio

ANO III - N.º 6 - 1980

**LIVRARIA AVANÇO**

Rua Aurora, 704

Fone: 221-6130

Av. Paulista, 809

Fone: 284-9417

## MOVIMENTO OPERÁRIO:

**DAINIS KAREPOVS**



**“Muita gente faz greve pensando que é a última. A última, meu companheiro, não tem acordo, é a última mesmo.”**

Delellis



**Editor**

**Wladyr Nader**

**Equipe**

**Paulo Douglas Barsotti, Ester Vaisman,  
Maria Dolores Prades, Maria Aparecida de Paula Rago,  
Carlos Eduardo Ornelas Berriel, Antônio Rago Filho,  
Rosa Maria Vieira e Ricardo Antunes (coordenação e texto);  
Luis Alberto França (fotos)  
Jaime Prades (diagramação e arte)**

**Composição**

**Litotipadora Cambuci**

**Direitos reservados  
Editora e Livraria Escrita Ltda.  
Rua General Jardim, 570 - Fone: 255-5194  
01223 - São Paulo (SP)**

**Registro na D.C.D.P.,  
do D.P.F.  
sob o nº 1.464 - P. 209/73**

**Escrita/Ensaio é uma publicação da revista Escrita  
1980**



## 30 anos de luta sindical

Uma vez mais, Escrita/Ensaio se volta para a questão sindical. Trata-se de um imperativo resultante do avanço do movimento operário, depois de 15 anos de ostracismo aparente. Ressurgindo agora em toda a sua plenitude, a partir de um efetivo trabalho de base, ele constitui um verdadeiro desafio à imprensa independente, que, pondo em debate seus problemas de organização, pode ajudar a compreender alguns equívocos históricos e deitar uma luz sobre sua futura atuação.

Durante muito tempo se falou do movimento operário enquanto ele permanecia mudo e enclausurado entre os muros das fábricas e dos cárceres. Assim, foram produzidas várias obras de cunho acadêmico, voltadas, principalmente, para a explicação das características de atuação do movimento operário no pré-64, sendo essas as únicas análises permitidas até recentemente. Certas concepções que ficaram, por assim dizer, quase que consolidadas como interpretações "fiéis" aos fatos, vêem-se ameaçadas no momento em que o próprio movimento operário passa a agir e a falar sobre si mesmo. Dessa forma, análises que satisfizeram e satisfazem determinados setores da sociedade co-



meçam a mostrar suas essenciais debilidades. No entanto, os trabalhadores, no momento em que se põem aos olhos de toda sociedade, através de uma força acumulada em todos esses anos, que passou "despercebida" por aqueles que não acreditam na sua potencialidade, traz como consequência inevitável o desmascaramento do véu ideológico, que permeou certa produção teórica brasileira nesta última década e meia. Por outro lado, o desenvolvimento das lutas dos trabalhadores impõe a realização de um acerto de contas com o passado em dois níveis: a crítica daquilo que foi feito e daquilo que foi dito e analisado sobre sua própria história.

Ao ressurgir, o movimento operário e sindical traz à discussão questões essenciais à vida de todos brasileiros, que se encontravam submersas sob o manto do arbítrio e da repressão e que em grande parte não encontravam eco no conjunto da Oposição brasileira. Questões que durante longos e negros anos estavam atravessadas nas gargantas de todos os trabalhadores, aguardando o momento em que a união de suas vozes pudesse colocar em alto e bom som a toda a sociedade. As reivindicações econômicas, trazidas no bojo de sua movimentação, atingem de forma crucial a estrutura central do sistema político e econômico implantado à revelia da vontade e dos interesses nacionais e populares. Ao mesmo tempo que ferem o alicerce fundamental da ditadura, o arrocho salarial, põem em xeque decisivamente toda a estrutura sindical. Pela justeza de suas reivindicações, o movimento operário traz novo ânimo e dá nova direção, não só às questões de ordem sindical, mas também às que dizem respeito à questão democrática.

Nesse contexto, o movimento operário e sindical, afastado durante todo o tempo do debate em torno da democracia, se põe no presente como parâmetro de divergências e indicador de unidade. Não é de nosso interesse afirmar que tal ou qual postura é ou não fiel ao pensamento dos "guardiães do templo". A avaliação do conteúdo dos discursos e das propostas será ratificada ou desmitificada pelo juiz mais instrumentado, que é o próprio avanço das lutas operárias, com a marca que deixarão na conformação da nossa realidade. Trazer à tona a posição de personagens que atuaram no passado, recuperando dessa forma parte da história do movimento operário, e ao mesmo tempo mostrar o cotidiano de suas lutas e de seus problemas de organização, é o objetivo deste número de Escrita/Ensaio.



# INTRODUÇÃO

O ressurgimento do movimento operário no Brasil, nos últimos anos, especialmente 1978/79, mostrou-se como o dado mais significativo da luta pela conquista da democracia no Brasil. Após alguns anos, que poderiam ser caracterizados como de uma luta defensiva da classe operária frente à política econômica anti-popular erigida no pós-64, eis que o movimento grevista irrompe novamente. E não apenas isso: ele acaba ferindo a base dessa política econômica centrada no arrocho salarial.

A discussão dessas questões, nas vozes daqueles que fazem a história, foi o nosso objetivo. Mais ainda: procuramos reconstituir o movimento operário no Brasil, debatendo os principais acontecimentos do passado, em seus aspectos positivos — fato esse não reconhecido por certa abordagem acadêmica recente — e apontando também suas maiores falhas. Daí o quase exaustivo debate sobre o pré-64, o rico depoimento sobre a greve de Osasco em 1968 e a intensa discussão sobre o movimento operário recente e suas perspectivas. Enfim, um documento que certamente agregará dados importantes para a reconstituição da história das classes subalternas no Brasil.

O debate, coordenado pela equipe da revista, prolongou-se por três sessões durante o mês de julho de 1979, sem contudo conseguir esgotar toda a pauta proposta.

## Delellis

Affonso Delellis — *Ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (1963/64) e militante sindical desde 1942. Em 1955 foi eleito suplente da diretoria. Dois anos depois elegeu-se primeiro secretário, cargo que ocupou duas outras vezes seguidas. Em 1963 foi eleito presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e em 1964 teve o seu mandato cassado.*

## Ibrahim

José Ibrahim — *Ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco (1967/68). Um dos fundadores da comissão de Fábrica da Cobrasma em 1964, foi dois anos depois eleito seu 1.º secretário e, em 1967, presidente. Neste mesmo ano foi eleito, pela chapa da oposição, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco. Em julho de 1968 foi cassado. Preso em fevereiro de 1969 e banido em setembro do mesmo ano, retornou ao Brasil em maio deste ano.*

## Gato

Marcelo Gato — *Ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos e Cubatão (1968/74). De 1970 a 1972 presidiu o Dieese. Em 1974 elegeu-se deputado federal pelo MDB com mais de 100 mil votos e teve seu mandato cassado em janeiro de 1976.*



# Bigode

Cândido Hilário de Araújo (Bigode) — *Militante de base do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Em 1978 encabeçou a Chapa 2 — Renovação Sindical —, concorrendo às eleições para a sua diretoria.*

# Flores

Antônio Flores Oliveira — *Milita no movimento sindical desde 1957. Participou de vários congressos sindicais metalúrgicos. Em 1972 integrou a chapa de oposição — “verde” — e em 1978 colaborou na formação da Chapa 3 — do Oposição Sindical — que concorreu às eleições para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.*

*Foram ainda convidados e não puderam comparecer: Luis Inácio da Silva (Lula), presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema; Arnaldo Gonçalves, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos e Cubatão e José Pedro da Silva, da oposição sindical metalúrgica de Osasco.*



# ROTEIRO

---

## I — Sobre o movimento operário e sindical antes de 64

*Como vêem a atuação do movimento sindical antes de 64?*

*A CGT pode ser entendida como uma organização que reforçou e complementou a estrutura sindical atrelada ao Estado, ou como uma organização que, na prática, rompeu os princípios da estrutura sindical vertical? Como ela se constituiu?*

*Qual a importância dos pactos intersindicais como o PUA, PAC, PUM e o Fórum Sindical de Debates?*

*É correto caracterizar a atuação desses setores como “populistas”? Teriam esses setores subordinado os interesses da classe operária aos interesses das classes dominantes?*

## II — Sobre a greve de Osasco em 1968

*Como vêem a atuação do MIA na luta contra o arrocho? O que causou a quebra de unidade do MIA?*

*Houve erro das lideranças em aceitar (ou deflagrar) a greve antecipadamente? Houve erro de análise ao se acreditar na crise da ditadura?*

*A greve de Osasco foi “espontânea”?*

*Quais as consequências da penetração estudantil no seio do movimento operário?*

*Osasco seria um marco de um novo tipo de sindicalismo no Brasil?*

## III — Sobre o movimento operário e sindical hoje

*Como vêem o movimento grevista recente? Quais as suas consequências mais importantes?*

*Quais as características novas do movimento operário forjado durante a fase do chamado “milagre brasileiro”? Quais as características da relação base/sindicatos?*

*As greves recentes foram “espontâneas”? Qual o papel dos sindicatos na sua organização?*

*Quais são as novas formas de luta a serem utilizadas pela classe operária?*

## IV — Sobre a estrutura sindical

*Como vêem a questão da estrutura sindical brasileira? A sua superação será feita através de uma luta por dentro ou por fora dos sindicatos?*

*Qual a importância das comissões de fábricas e dos delegados sindicais nesse processo de superação da estrutura sindical?*

*Qual a relação das comissões de fábricas com os sindicatos? As comissões de fábricas desvinculadas dos sindicatos significam o embrião do “sindicalismo paralelo”?*



*Como vêem o papel das "oposições sindicais"? É possível fazer a distinção entre oposição no sindicato e oposição ao sindicato?*

*Como vêem a questão da unidade sindical e da Central Única dos Trabalhadores?*

#### V — Sindicatos e a luta pela democracia

*Qual a importância das greves e da luta operária na conquista da democracia?*

*Qual a importância (ou limites) da atuação sindical dentro da luta pela democracia? Essa luta já esgotou todo o seu campo de batalha?*

*Como vocês entendem a questão das liberdades democráticas na perspectiva da classe operária?*

*A classe operária deve atuar isoladamente na luta pela democracia ou deve estabelecer alianças com outros setores sociais? Quais e como?*





Ibrahim



Delellis



Gato



Flores



Bigode

*Como vocês entendem a questão do partido da classe operária? Qual a sua importância?*

*Como se situam frente ao MDB, PT, PTB, etc...?*

**E/E — O que você tem a dizer sobre operário de antes de 64?**

**IBRAHIM** — Primeiramente, quando eu analiso o movimento operário, não faço cortes, tal período a tal período, o movimento operário tem uma tradição. Considero a experiência sindical do pré-64 bastante importante, pois foi uma época de grandes mobilizações, que propiciou um avanço e onde algumas vitórias foram conquistadas. Porém, eu tenho uma visão crítica dessa experiência. O pessoal que tomou a iniciativa de organizar o Comando Geral dos Trabalhadores, o CGT, e os outros pactos, era bastante combativo e não se confundia com a pelegada que estava incrustada no aparato sindical desde 46. Mas, no meu modo de ver, o CGT não rompia com a estrutura sindical, era filho dela também. Era, de fato, um organismo paralelo à estrutura sindical, mas carregava os mesmos vícios. Era populista e verticalista. Então o CGT, que conseguia fazer grandes mobilizações, não organizava os trabalhadores, e isto ainda hoje continua sendo o principal problema do movimento operário. Agora, acho que naquele momento foi o que de melhor o movimento operário conseguiu realizar. As limitações do CGT expressavam as limitações do movimento operário. O período de 64 foi o auge do populismo, que acabou por influenciar o movimento operário. Suas



# PESQUISA ESCRITA



Quais os 100 livros que você considera fundamentais?

Não só de literatura, mas de todas as áreas.

Responda até 30 de setembro.

## PUBLICAÇÕES DA VERTENTE POR REEMBOLSO POSTAL



- 1 — **O Louco do Cati** — Dyonélio Machado (2ª edição) — Cr\$ 200,00
- 2 — **O Conto da Mulher Brasileira** — Edla van Steen, Lygia Fagundes Telles, Hilda Hilst, Vivina de Assis Viana, Nélida Piñon, Julieta de Godoy Ladeira e outras (2ª edição) — Cr\$ 150,00
- 3 — **Mulheres da Vida** — Leila Miccolis, Norma Bengell, Ana Maria Pedreira Franco de Castro, Socorro Trindad, Isabel Câmara e outras — Cr\$ 70,00
- 4 — **O Convento das Alarmadas** — Sérgio M. Gesteira — Cr\$ 80,00
- 5 — **O Ponto** — Ciça e Zélio — Cr\$ 50,00
- 6 — **Angústia e Conhecimento** — Samuel Rawet — Cr\$ 35,00
- 7 — **Dragão do Mofo** — Antônio Giaquinto — Cr\$ 50,00
- 8 — **O Conto da Propaganda** — Domingos Pellegrini Jr., Ricardo Ramos, Antônio Torres, Orígenes Lessa e outros — Cr\$ 90,00
- 9 — **Cem Poemas Chineses** — seleção e tradução de Hugo de Castro — Cr\$ 60,00
- 10 — **O Rei dos Cacos** — Vivina de Assis Viana — Cr\$ 30,00
- 11 — **Asa Curta** — Gilberto Mansur — Cr\$ 35,00
- 12 — **Os Meninos** — Domingos Pellegrini Jr. — Cr\$ 65,00
- 13 — **O Urso** — William Faulkner — Cr\$ 75,00
- 14 — **Sim Senhor, Inhor Sim, Pôls Não...** — Antônio Possidônio Sampaio — Cr\$ 30,00
- 15 — **Histórias da Terra Trêmula** — Moacyr Scliar — Cr\$ 30,00
- 16 — **Sabor de Química** — Roniwalter Jatobá de Almeida — Cr\$ 30,00
- 17 — **Cafarnaum** — Wladyr Nader — Cr\$ 65,00
- 18 — **Diálogo** — Samuel Rawet — Cr\$ 50,00
- 19 — **Confissões de uma Máscara** — Yukio Mishima — Cr\$ 80,00
- 20 — **Hemingway para Crianças** — Ernest Hemingway — Cr\$ 50,00
- 21 — **Camisa-de-Força** — Wladyr Nader — Cr\$ 50,00
- 22 — **Tarde da Noite** — Luiz Vilela — Cr\$ 80,00
- 23 — **Revista Escrita** — (do nº 28 em diante) — Cr\$ 50,00
- 24 — **Escrita/Ensaio Especial** — Mulher Brasileira: A Caminho da Libertação — Cr\$ 100,00
- 25 — **Freud para Crianças** — Luoise Armstrong e Whitney Darrow Jr. — Cr\$ 70,00



lideranças entraram nesse carro com o objetivo de tirar vantagens para a classe trabalhadora. Seguindo esse tipo de política, as lideranças colocavam para a massa que o governo João Goulart era dos trabalhadores, e daí se mobilizava a massa para apoiá-lo. Hoje em dia, se você analisa do ponto de vista histórico, o movimento operário serviu de massa de manobra da política populista. Agora, eu não caracterizo o movimento operário daquela época como populista. Suas lideranças, sim, eram populistas, e isso levou a erros gravíssimos e a uma série de deformações. Uma parte dessas lideranças assimilou aquelas lições e partiu para outra. Acho que em Osasco, em 68, foi possível sair desta situação.

**FLORES** — Em primeiro lugar, penso que estamos começando a analisar, de modo errado, o que foi o CGT. Não podemos esquecer que ele foi fruto de toda uma luta da classe operária, desde o Estado Novo. Não basta criticar as lideranças e as facções que estavam na direção do movimento sindical, esquecendo todas as forças que atuavam dentro do movimento operário. Não podemos esquecer que existiam facções que dividiam o movimento sindical. Concretamente, era o problema dos Círculos Operários, da Juventude Operária Católica, do Movimento de Renovação Sindical e de outros. Realmente o CGT foi um caminho para romper com essa camisa-de-força que é a estrutura sindical. E o CGT inclusive começava a unificar várias categorias, sendo que as primeiras lutas sindicais no campo surgiram juntamente com o CGT. Isso também não foi relatado na história oficial. Muitos conhecem a questão e não querem colocá-la, outros simplesmente não a conhecem. O grande papel que o CGT cumpriu foi exatamente naquela greve de 700 mil trabalhadores, com mais de 80 categorias unidas. Na ocasião, eu fazia parte de uma comissão de salários. O “grevão”, como ficou sendo chamada, foi uma das maiores greves que houve na história do movimento operário brasileiro. Leve-se em conta que a classe operária cresceu daquele tempo para cá, com a criação de outras indústrias, com a vinda das multinacionais. Então, na greve chegou um dado momento em que nós fomos às negociações na DRT. O companheiro Delellis é que dirigia a greve, talvez por ser o presidente do maior sindicato do Brasil. Quando ele chegou lá, os patrões perguntaram: “Bom, nós vamos discutir com quem?” Aí o Delellis vira e diz o seguinte: “Bem, se é para discutir com o CGT dos patrões, que é o que os senhores são, nós não vamos discutir. Quem tem de vir discutir esse problema é o nosso CGT”. Foi uma forma de fazer o CGT ser reconhecido e os trabalhadores ouvidos. Eu não vejo no CGT os mesmos vícios ou vínculos daquela estrutura sindical. Pois, se o CGT tivesse os mesmos vícios e os mesmos vínculos, não haveria razão para fechá-lo. O CGT foi a primeira coisa a ser atingida pelo golpe de 64. Alguns dirigentes do CGT, como o Ademilton, o Riani, o Pacheco e muitos outros, não tiveram nenhuma colher de chá da ditadura. Alguns cumpriram penas até o fim, outros perderam suas vidas. Para mim, o CGT teve realmente um objetivo e, caso não tivesse sofrido o golpe, certamente teríamos tido muitas conquistas, através de lutas. Veja o caso 13.º salário. O 13.º salário não veio de graça, não veio pelo fato do governo Goulart ser um governo popular. Veio por causa de uma greve dos trabalhadores metalúrgicos de São Paulo, greve que, no ano seguinte, seria em termos nacionais. E, quando o Jango sentiu isso, viu que era melhor dar o 13.º do que enfrentar uma greve nacional. Com respeito ao populismo,

eu não sei como defini-lo exatamente. Por que razão dar o golpe em cima de "populismo"? O golpe de 64 só veio por conta do movimento sindical, do movimento operário no Brasil, que começava a se unificar com os camponeses, começava a criar uma aliança de classes e estava partindo para grandes conquistas. Tanto é que, mais de três mil sindicatos sofreram intervenção logo nas 10 primeiras horas do golpe. Foram mais de dois mil dirigentes sindicais presos. E até hoje ninguém sabe onde andam vários desses dirigentes sindicais. Talvez alguns dirigentes tivessem uma visão populista, mas não podemos encarar isso com relação à totalidade dos dirigentes sindicais do passado. Muita coisa, portanto, ainda é do desconhecimento da maioria dos trabalhadores. Inclusive o fato de que os trabalhadores já tomaram fábricas. Só para citar, porque houve em outros lugares, uma fábrica aqui de São Paulo, a Maferza, foi tomada depois de nove meses de greve. E essa experiência, que não ficou documentada, servirá tanto pro futuro como para os companheiros que começam a participar ativamente das lutas do dia-a-dia, dentro do sindicalismo.

**BIGODE** — Falando um pouco sobre a estrutura sindical, eu vou reafirmar algo que companheiros disseram, inclusive os do passado. Essa estrutura sindical não foi simplesmente imposta e dada de presente pelo Getúlio Vargas: ela foi também o fruto de uma luta dos trabalhadores. Só que essa não seria a estrutura sindical que os trabalhadores queriam. A que os trabalhadores queriam era aquela que eles próprios haviam votado no Congresso dos Trabalhadores, realizado a nível nacional em 1945. Porém, como a correlação de forças políticas lhes era desfavorável — seus representantes eram minoria — com a nova Constituição não foi possível conseguir a estrutura sindical que eles discutiram e aprovaram. Inclusive, a que eles mereciam por toda a sua trajetória de luta. A estrutura imposta pelo Getúlio tinha como objetivo amenizar as lutas operárias e sindicais. A estrutura sindical, que os trabalhadores aprovaram em seu congresso de 45, passa pelas questões principais que hoje todos nós colocamos para efetivar a mudança dessa mesma estrutura sindical, que nos amarra. Com relação ao CGT, eu acho que ele quebrou a estrutura sindical. O CGT tirou aquilo que é o seu fator principal, ou seja, a obrigatoriedade da unicidade vertical, não permitindo assim que se dê a unidade horizontal dos trabalhadores, nem a nível da mesma categoria e muito menos a nível das diversas categorias. Com o CGT houve uma unidade horizontal dos trabalhadores. Houve um centralismo, uma direção única de um conjunto do movimento sindical, que, para mim, não é nada nada populista, nada direcionista. É pura e simples unificação e centralização de uma luta sindical. O golpe de 64 foi contra ela, para acabar com ela. Mas não é que essa luta fosse a causadora do golpe: é que os militares que tornaram possível a existência do golpe tiveram com João Goulart uma conversa, a meu ver, importantíssima e reveladora. O Castelo Branco disse para o Jango: "Nós, inclusive, podemos tolerar esse seu governo, só não podemos tolerar esse CGT. Se você romper com esse CGT, se você se comprometer em extingui-lo, nós não daremos o golpe". Porque o grande problema que estava se dando é que, objetivamente, os trabalhadores estavam tendo participação política, estavam rompendo a estrutura sindical. E essa participação passava por dentro do CGT, passava por dentro do avanço de orga-



nização da luta sindical, da possibilidade, inclusive, dos trabalhadores terem comissão junto ao INPS, tendo a sua direção, fazendo-o se desenvolver. Tudo isso passava por dentro do avanço que foi o CGT. Uma outra questão que deve ser bem entendida e esclarecida é quanto ao "populismo" que dizem ter existido em 64. Para mim, foi correta a política de defesa do governo democrático de João Goulart. Velhos dirigentes operários, inclusive aqueles que se destacaram na luta antifascista na Europa, como Dimitroff, diziam que os trabalhadores devem ser os campeões da democracia. No governo João Goulart havia uma democracia, que possibilitava um avanço de organização dos trabalhadores. Foi nesse governo que se pôde ter a unidade entre os trabalhadores da cidade e do campo. Dentro de uma democracia, mesmo não sendo aquela que eles almejam, os trabalhadores têm condições de avançar em sua organização. E isso foi possível no governo Jango: parece-me que houve um aumento de 16 para mais de três mil sindicatos rurais, apesar de todas as dificuldades. Então é correto caracterizar a atuação desses setores como sendo populista? Teriam esses setores subordinado os interesses da classe operária aos interesses da classe dominante? Não, isso não aconteceu. É correto a classe operária, além de sua própria política, ter uma política de convivência com outros setores sociais. Não há dúvida de que tem de isolar, a cada momento histórico, seu principal inimigo. E podem estar certos de que essa visão política era muito clara para aqueles que dirigiam a classe operária. Inclusive, a luta dos trabalhadores contra a penetração e dominação do capital estrangeiro já vinha de um longo tempo. O golpe de 64, com a implantação do seu regime econômico, veio, justamente, abrir ao capital estrangeiro todas as portas. A forte luta sindical impossibilitava essa penetração e dominação em nosso país. Além do CGT, todos os pactos existentes, o Pacto de Unidade e Ação (PUA), o Pacto de Unidade dos Metalúrgicos (PUM) e o Fórum Sindical de Debates, foram formas próprias que refletiam um avanço do nível de organização dos trabalhadores. Avanço este que seria muito maior caso o processo do movimento operário não fosse rompido pelo golpe de 64. Isso nós não podemos esquecer quando analisamos a atuação dos nossos companheiros. Agora, tem uma crítica a 64 que acho justa, mas que também deve ser entendida dentro desse processo. Foi aquilo que o companheiro Gato escreveu na revista Temas: muitas vezes, antes de 64, nós esquecemos que deveríamos caminhar e entender o nível de consciência das massas. Em determinados momentos, as direções operárias lançavam palavras de ordem, que estavam além do nível de consciência das massas. E esse erro nós cometemos freqüentemente no processo sindical. Muitas vezes pensamos que vamos levar propostas corretas aos trabalhadores e não consideramos o seu nível de consciência. Certamente, os companheiros que dirigiam em 64 o movimento sindical teriam essa compreensão dos erros, através do avanço da luta.

GATO — Eu confesso que não é nada fácil a gente fazer a análise do que houve antes de 64. Por ser uma realidade muito complexa, muito contraditória, muito rica, a gente pode acabar cometendo injustiças. Porém, se nós, como classe operária, tivéssemos conseguido uma apreensão justa da realidade do pré-64, não teríamos entrado bem. Teríamos evitado um confronto, que para nós se deu numa hora errada, teria-

mos sabido qual era nossa real composição, a nossa correlação de forças. Talvez tivéssemos ido por um outro caminho, trabalhando no sentido de evitar o que aconteceu. Acho que o movimento sindical antes de 64 era vigoroso, com muitas condições de luta. A gente poderia se fixar em algumas coisas fundamentais, que nos sirvam de experiência, e algumas nem sempre aproveitáveis. Às vezes, as decisões eram tiradas de cima, sem uma profunda discussão junto às bases. Eu não concordo com algumas análises a respeito do populismo. Acho que tivemos um estágio de um tipo de governo que eu chamaria de popular, mais democrático. Acho que todos nós gostaríamos de ter um tipo de democracia que o período João Goulart permitiu. E, quando digo período João Goulart, não significa a pessoa dele em si, mas as condições históricas conquistadas pelo povo brasileiro. Tanto isso era assim que havia um movimento sindical forte, havia uma participação muito grande, que tinha, inclusive, um grande poder específico na relação de forças do Estado. Basta ver a desculpa dos que deram o golpe: uma de suas justificativas esfarrapadas era de que se queria uma república sindicalista. O avanço realmente era grande. Veja o estatuto do trabalhador rural de 63. Hoje, nós não temos quase nada como legislação de proteção aos trabalhadores do campo. Nem de proteção e nem de estrutura sindical.

FLORES — O negócio é que o estatuto rural de 63 foi eliminado pelo golpe de 64.

GATO — Exatamente. O estatuto do trabalhador rural foi uma conquista muito grande. Claro que isso não veio de graça, veio da luta e da organização da classe operária. Acho que organizações sindicais como o PUA, o PUM e o Fórum Sindical de Debates, rompiam a estrutura sindical na prática. A classe dominante em 46 não permitiu mudança na estrutura sindical porque ela lhe interessava muito. E em 46, com a Constituição assegurando o direito de greve, veio um decreto que limitava profundamente as greves. Tal qual a lei 4330. Quer dizer havia direito de greve, mas não havia direito de greve. E a classe operária passou por cima desta tralha toda, que também a remetia à Justiça do Trabalho através dos dissídios, quando a greve era decretada. A Justiça dizia que a greve era "ilegal" e daí o pau cantava firme em cima da classe trabalhadora. E os trabalhadores romperam a lei de greve, a sepultaram na prática, principalmente nos anos já de luta mais avançada. Era uma lei revogada pelo consenso da classe trabalhadora. Quanto à questão da estrutura sindical, se naqueles últimos anos não sensibilizava tanto como hoje, era porque o nível de democracia, de participação e possibilidades que existia, simplesmente, jogou na lata do lixo a estrutura sindical. O Ministério do Trabalho tinha poderes de intervenção? Tinha, tanto que andou intervindo em alguns sindicatos. Mas também o ministro do Trabalho era mais identificado com a classe trabalhadora. E é inegável que nós tínhamos uma participação no poder de Estado muito mais ampla que hoje. De modo que, dado à composição de forças, à situação política, aquela estrutura ficava mais ou menos ali enterrada. Ela não era realmente um entrave para a luta sindical. Não conseguiu, naquele momento, bloquear a participação dos trabalhadores. Os trabalhadores passaram por cima dela organizando todas estas entidades. Então, o



CGT, os Pactos e o Fórum, foram organizações ao arrepio da lei. E o governo por várias vezes tentou fechá-los sem conseguir.

**FLORES** — Na greve dos 700 mil, o general do II Exército, Peri Bevilacqua, foi pessoalmente lá na DRT e disse pro Delellis: “Ou você acaba com essa greve ou vou invadir teu sindicato”. E o Delellis respondeu: “Bom, estou pagando pra ver. Você pode invadir o sindicato, assim acaba tua fama de nacionalista”. Daí ele levantou-se e saiu.

**GATO** — Eu sei de outro exemplo: O Fórum Sindical de Debates tinha decretado uma greve geral em Santos e, por essa época, o Jango veio a uma solenidade aqui em São Paulo; o comandante do II Exército tinha chamado antes os dirigentes sindicais e ameaçado: “Olha, se vocês fizerem greve eu vou cair matando”. Então, esses dirigentes, aproveitando a presença do Jango, foram falar com ele: “Olha, está acontecendo isso e assim, e nós vamos fazer a greve”. O Jango chamou o comandante e disse: “Comandante, dê proteção à greve”. E foi dada a proteção à greve. Lembro-me, também, de greve na Cosipa, quando o Ademar de Barros mandou os brucutus dele jogar água e areia em cima dos trabalhadores. Numa faixa de uns 10 km de estrada, estavam as tropas do exército protegendo e não deixando os brucutus passar. Acho, pois, que, sem realizarmos cortes no movimento operário — pois a experiência dos trabalhadores é sempre contínua — há sempre uma continuidade. Devemos, a partir de toda aquela experiência, enraizar profundamente os sindicatos nas grandes empresas, nas grandes massas, democratizando as decisões, e praticar uma vida profundamente democrática, com a participação do povo. Mesmo que a greve que a gente está com vontade de fazer não saia naquele dia, porque a coisa mais fácil é a gente decretar numa assembléia uma greve. Então, a gente precisa ver como é que essa greve vai acontecer, como ela vai se desenvolver e se ela vai se transformar numa vitória ou numa derrota.

**BIGODE** — Nós tivemos esta mesma dificuldade em nossa greve do ano passado. Foi muito fácil tirar a greve em assembléia, alguns companheiros colocavam 70% ou greve. Mas o difícil mesmo foi o amadurecimento da greve, porque o nível de organização da categoria estava baixo, embora profundamente combativo. Isso nós temos que entender, pois não basta os dirigentes sindicais se empolgarem com essa combatividade. Eles devem entender, inclusive, o processo de organização dos trabalhadores e o nível de organização em que eles se encontram. Inclusive, essa preocupação que nós temos hoje, de que tudo passe pela consulta das massas, de que elas tenham participação concreta nas decisões sindicais, as mais democráticas, é importante em termos de continuidade do movimento sindical. Portanto, é aquela continuidade do pré-64 que nós estamos outra vez começando a dar. Nesse sentido é que devemos entender os companheiros do passado, pois, se erravam em não consultar as bases, é porque estavam também num processo de aprendizado. Dessa forma, ao mesmo tempo que as massas trabalhadoras lutavam, os dirigentes sindicais também lutavam. Agora nós estamos dando continuidade a esse processo de aprendizado.



**GATO** — Com absoluta certeza, se não tivesse havido a violenta interrupção do movimento sindical, provocada pelo golpe de 64, fatalmente chegaríamos à posição correta. Pois era essa a visão histórica e política dos companheiros que exerciam a liderança. Porque tudo é um processo, que sofre interrupções. A gente tem obrigação de procurar ver os desvios que aconteceram a cada instante, a fim de corrigir o rumo e não repetir os erros. A visão que os companheiros tinham era de aprofundar e incorporar a massa às decisões e praticar uma democracia não só do agora, para preparar também a democracia do futuro.

**BIGODE** — Ainda com referência ao passado, existia uma imprensa própria dos sindicatos combativos da época, que depois foi cassada. Se vocês pegarem os jornais sindicais dos metalúrgicos de São Paulo, dos têxteis, dos químicos, dos sapateiros, vão encontrar nos seus editoriais que o que vai resolver o problema da classe operária não é o aumento do salário, mas a construção do socialismo. Esses jornais circulavam para todas as categorias e isso antes de 64, com uma intensa campanha de sindicalização. Uma outra coisa, ainda com relação aos dirigentes sindicais do passado, além dessa experiência que o Flores colocou: houve mesmo uma luta para a encampação da Maferza, havia uma comissão de companheiros lá. Havia também, além dessa, outras comissões que passaram despercebidas. Caras que são chefes de seção hoje na Maferza fizeram parte dessas comissões. E uma coisa importante a ser lembrada é aquilo que os companheiros disseram sobre o Delellis, quando eu fui para a Maferza: "Dirigentes eram aqueles caras de antigamente, que vinham às 4 da manhã para as portas das fábricas. O Delellis estava constantemente aqui com a gente. Ainda de madrugada esperava o trem chegar para discutir com os companheiros". Havia, assim, uma preocupação muito grande junto às bases, tanto é que, até hoje, esses companheiros lembram e falam, com muito respeito, desses dirigentes.

**GATO** — Por isso é que fica difícil a gente apreender realmente a totalidade dos fatos, fazer uma análise justa, correta, inclusive, porque a gente está cortando de cá e de lá e alguns elementos vão ficando soltos.

**BIGODE** — Eu queria fazer uma observação ainda a você: é claro que as análises nunca vão ser totalmente completas ou totalmente justas, mas há condições — mesmo que a gente não tenha vivido aquela experiência prática — de que as análises peguem as questões principais e que estas sejam analisadas a partir da espinha dorsal daquela época. O que importa é que, tanto com as análises já feitas como com as que os companheiros do passado nos contam, a gente diga: a espinha dorsal de antes de 64 era isso. O principal é ver o que os companheiros tinham como objetivo e o que eles conseguiram.

**IBRAHIM** — Os companheiros salientaram aí que o CGT rompia com a estrutura sindical. De fato, o CGT não era uma organização legal, não estava dentro da estrutura sindical e nem da CLT. Em nossa época, o MIA também era uma organização extra-legal mas nem por isso eu afirmaria que estava rompendo com a estrutura. Os companheiros



mostraram o problema que havia ao se ter um nível grande de mobilização e uma certa deficiência no nível de organização dos trabalhadores. Falaram, também, das decisões tiradas de cima para baixo. E eu conheço vários exemplos disso, outros até piores, como o de se fazer greve pelo telefone. Claro que uma das primeiras entidades a sofrer intervenção pelo golpe de 64 tinha que ser o CGT. Pois a primeira foi a UNE e o CGT veio em segundo lugar, mas também intervieram nos sindicatos legais. Então, bastava expurgar, prender o companheiro que telefonava e fazia a greve, para já não ser mais possível fazer a greve. Assim, quando os companheiros falam em rompimento, é por causa da própria visão de sindicalismo que têm. E o que se está debatendo aqui são diferentes tipos de visão e de ação de organização sindicais. Portanto, na minha visão, tirada da minha experiência prática, só se rompe com essa estrutura sindical, verticalista, populista e corporativista, através da organização pela base, da organização das comissões de fábrica. Com isso se democratiza o sindicato em todos os níveis, dando importância à organização horizontal dos trabalhadores. Em Osasco, apesar de nosso trabalho servir muito mais como exemplo do que como experiência, conseguimos um certo nível de rompimento com a estrutura sindical. O principal aspecto dessa estrutura é o fato de não permitir a efetiva organização dos trabalhadores, ao contrário. Então é assim que a gente rompe com a estrutura sindical e isso para mim é o sindicalismo do novo tipo. Aí é que eu vejo divergência com relação ao CGT

## IMPORTANTE É A BASE

**GATO** — Tenho a impressão de que há um consenso mais ou menos assentado entre nós, justamente a partir da discussão sobre as experiências do passado. Que é o de partir da organização de base, fortalecendo profundamente as comissões de fábrica com delegados escolhidos pelos trabalhadores. Em suma, o sindicato e as comissões desempenharem esse papel de mão dupla, que leva o sindicato para dentro das fábricas e as fábricas para dentro do sindicato. A partir daí, teremos as entidades, a entidade de grau intermediário, a entidade de cúpula e uma geral, tudo com base nesse espírito de democratizar profundamente o sindicalismo, desatrelá-lo completamente do Estado.

**IBRAHIM** — Gostaria que ficasse claro o tipo de crítica que eu faço. Porque muitas vezes nós aprendemos mais com os nossos próprios erros do que com os nossos êxitos. O de Osasco foi um movimento operário que não poderia ser diferente. E os companheiros do CGT e dos outros pactos eram o que de melhor havia enquanto direção naquele momento.

**BIGODE** — As intervenções não se deram só no CGT, no PUA, no Fórum, as intervenções se deram em praticamente todos os sindicatos. Agora, o Ibrahim colocou umas questões de que eu discordo. Primeiro quando você diz que houve um erro populista. Acho que essa questão é importante e é muito confundida. Na verdade quando se fala em populismo está se querendo criticar a política de aliança de classes, a idéia de uma política da classe operária em relação a outros setores sociais. Nesse processo, porém, a classe operária, e principalmente aqueles que



a representam, devem ter a preocupação pela busca da hegemonia. O avanço democrático, pois, só pode se dar se esse processo estiver sob a direção da classe operária. Outra questão problemática que você, Ibrahim, colocou, foi o desligamento com as bases que, segundo você, havia no movimento operário no período pré-64. Na verdade essa questão está relacionada com o que eu afirmei no início da minha intervenção. O golpe de 64, além de tomar os sindicatos, acabar com o CGT, prender as lideranças, matou até massas de trabalhadores. Cito aqui, como exemplo, um caso relatado por um companheiro nosso. Ele pertencia a uma família de camponeses e naquela época era ainda um garoto. Sua família toda morreu, sabe onde? Dentro de uma queimada de cana. Naqueles engenhos mais combativos do nordeste, pura e simplesmente, eles usavam a queimada, que é uma prática agrícola, com as famílias camponesas dentro do canavial. Se a gente for pegar exemplos, existem vários casos como esses por aí fora. Vários foram os companheiros que sofreram repressão em 64, e o importante a ser ressaltado é que foi a massa e não um pequeno número de trabalhadores. Quando se faz uma greve de 700 mil operários, pode se fazer com uma série de erros, mas ninguém pode negar que tinha que ter um mínimo de embasamento. Se não a greve não saía. Você tem uma experiência em Osasco, você sabe disso: como uma greve pode perdurar sem uma íntima ligação com as bases? Se a gente disser que os companheiros do passado não se preocupavam com as bases, não é verdade. Então você, Ibrahim, diz o seguinte: a atual estrutura sindical não permite organizar os trabalhadores. Aí eu discordo: se a estrutura sindical é ruim para o trabalhador, impedindo a sua organização horizontal, a experiência do passado e a mais recente demonstram que os trabalhadores podem se organizar sob essa estrutura sindical e que pode romper com essa estrutura. Essa



experiência estamos tendo ultimamente. Partindo dos nossos sindicatos, mesmo atrelados e com dirigentes conservadores, estão sendo criadas as comissões de fábrica. Na verdade elas são frutos de uma prática e não de uma proposição das direções.

**FLORES** — Nós temos sorte porque podemos consultar uma série de companheiros e assim conhecer a luta sindical até 64. Mas e aqueles companheiros que foram cassados em 64, onde é que eles iam buscar alguma experiência sindical? Ou iam buscar nos anarquistas ou na sua própria experiência. Além disso, outro aspecto que a gente tem de levar em consideração: são os tempos muito curtos de democracia — também limitada — que nós, trabalhadores brasileiros, vivemos. Qual foi a democracia que tivemos? No fim do Estado Novo do Getúlio, depois um refrigério de democracia no governo Juscelino e até o fim do governo Jango. Ora, foi um período muito curto pra você localizar uma classe operária e enraizá-la nas fábricas. Quantos anos de movimento têm os trabalhadores alemães, franceses, belgas e ingleses? Algumas centrais sindicais deles estão fazendo cem anos. Outra coisa: quando se deu o golpe de 64, só do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo foram levadas 2.800 fichas de delegados sindicais. Foi um tempo muito curto pra organizar esse tipo de coisa. E eu não era dirigente sindical, eu era base, e fui um dos responsáveis pela organização dos trabalhadores na Indústria de Móveis Fiel. Era uma empresa importante porque tinha 1.200 operários. Nós tínhamos uma comissão lá com 72 pessoas. Ela foi organizada de 62 a 64 e quando se deu o golpe não preciso dizer o que aconteceu com todos.

**GATO** — Não vamos esquecer também as dimensões da classe operária da época. Os maiores setores eram os de transportes, o ferroviário, o têxtil, o da zona do porto, etc.. Mas não podemos nem comparar com o que nós temos hoje no setor metalúrgico, químico-farmacêutico, que são bem mais recentes.

**FLORES** — Nós chegamos a montar uma rádio, a Rádio Marconi. Ela foi montada pelo esforço do movimento sindical. Aí veio o golpe e não tivemos condições de continuar com a rádio. Eu acho que hoje, do jeito que o movimento operário vem vindo, se ele levar uma pancada, vai demorar cinco ou seis anos para retomar a coisa de novo. Porque o tempo é muito curto pra organizar, pra enraizar esse sindicalismo.

**BIGODE** — Flores, como é que era a atuação daquelas organizações católicas que atuavam na época? Como era a atuação da Frente Nacional do Trabalho?

**FLORES** — Para se ter uma idéia, basta pegar um livrinho, cujo título é "Como Combater os Comunistas no Sindicato", de um tal de Frei Celso. Esse homem era o orientador do Círculo Operário. Pra vocês terem uma idéia, em 1958, só em Belém do Pará, eles tinham 20 mil associados pagando sua mensalidade. Esse movimento era realmente contra os interesses dos trabalhadores. Hoje há duas linhas no sindicalismo. Uma delas pegou a bandeira da Central Única dos Trabalhadores e não largou mais, e a outra tendência está defendendo a convenção 87 da OIT.



**BIGODE** — É bom lembrar que quem está trazendo a convenção 87 outra vez pro sindicato é a Frente Nacional do Trabalho.

**FLORES** — Nós temos que combater a convenção da OIT, esclarecendo para os trabalhadores que ela significa a pulverização sindical. Na Cosipa vai haver no mínimo 10 sindicatos, na Volkswagen uns 30. É isso que nós queremos? Ou nós queremos a unidade sindical?

---

## OS ERROS DE OSASCO

---

**GATO** — A crítica que eu faria à greve de Osasco é o fato de ter levantado bandeiras que eram muito difíceis de ser executadas naquele momento, dadas as circunstâncias que nós vivíamos na época. Embora houvesse a impressão de que nós vivíamos numa democracia, não era nada disso, tanto assim que o AI-5 veio logo depois. Quanto a ter sido espontânea, absolutamente. Não existe greve espontânea. O caráter de espontaneísmo está desde logo eliminado de qualquer movimento operário ou de qualquer outro movimento político. Dizer que uma greve é espontânea é dizer que ela está acontecendo por acaso. Tudo depende de organização, de ter bandeiras de luta que unem. No movimento operário, são essencialmente as condições objetivas dos trabalhadores que determinam a luta por melhores condições de vida, de trabalho, etc. Mas há sempre um caráter de unidade e de trabalho pra poder se chegar ao objetivo. Uma outra coisa que pode ser criticada na greve de Osasco é a impregnação do movimento estudantil, ou pelo menos as bandeiras, as palavras de ordem do movimento estudantil. Assim, a visão de mundo que o estudante tinha na época também informava o movimento operário de Osasco. A sensação que eu tenho é esta, houve uma identificação muito forte com a proposta que os estudantes tinham para a sociedade naquele momento. O movimento de Osasco se acoplou a essa proposta, se inspirou naquelas palavras de ordem. Não vejo o movimento de Osasco como um “novo tipo de sindicalismo”, mas sim dentro de um processo, dentro de uma continuidade. Foi mais uma experiência, mas uma experiência que não deu certo, pois não havia condições objetivas para que o movimento atingisse o resultado esperado.

**BIGODE** — Eu tenho uma visão bastante crítica, que o companheiro Ibrahim já conhece, quanto ao que aconteceu em 68. Primeiro, não sou favorável a tomadas de fábrica, assim sem mais nem menos. Fiz até uma carta, que saiu na Folha, a partir de uma colocação feita pelo Ibrahim na revista Veja, onde ele afirmava que a tomada da fábrica era uma situação muito comum na Europa. Acho, no entanto, que a tomada de fábrica é uma situação de exceção. Não é uma situação comum dentro do movimento sindical. Houve, sim, uma radicalização muito grande na greve de Osasco. A primeira radicalização se deu em relação ao MIA, Movimento Intersindical Anti-arrocho. Suas reuniões eram no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e dele participavam, inclusive, aqueles dirigentes sindicais mais pelegos. Os companheiros de Osasco tinham condições de dar uma direção para esse movimento, podendo conseguir a hegemonia no MIA. Ao invés de levar essa luta



adiante, os companheiros de Osasco partiram para um movimento de greve em julho, justamente quando o MIA discutia a possibilidade de greve em novembro, ou pelo menos uma campanha unificada em novembro. A radicalização também esteve presente em outras questões. Eu me lembro agora de um artigo intitulado "Algumas Auto-críticas sobre a Greve de Osasco", onde o companheiro Ibrahim dizia que "nós tínhamos uma proposta bastante avançada pras massas. Para se ter uma idéia foi uma surpresa quando as meninas chegaram no sindicato com preocupações bastante elementares: por exemplo, o problema do banheiro, do chefe que não deixava ir no banheiro. Enquanto isso, a preocupação da direção recaía sobre a possibilidade de uma insurreição em Osasco". Eu acho o seguinte, além da visão de luta armada que se incorporou ao movimento em Osasco, outros problemas existiam: primeiro, o não entendimento da necessidade de uma participação consequente e efetiva dentro do MIA e, segundo, a não percepção do real nível de consciência das bases. Eu digo isso, inclusive, a partir de depoimentos de companheiros que participaram da tomada da Cobrasma e que hoje trabalham na Jaraguá e na Mofarrej e que dizem: "A greve foi de tal forma uma cilada, que nós não tínhamos possibilidades de recuo e nem de negociação". Um outro problema também vinculado à greve é a questão do 1.º de maio de 68 e o isolamento completo dos companheiros de Osasco do resto do movimento sindical. O nível de organização das bases do movimento e a correlação de forças não permitiam aquela mada de palanque. Eu estava no 1.º de maio, eu vi. Havia uma predominância estudantil, que não é a melhor base para um avanço de organização.

IBRAHIM — Para falar sobre a greve de Osasco, eu teria que colocar o que representou para o movimento sindical o golpe de 64; qual foi a situação do pessoal de base que viu de uma hora pra outra os sindicatos sofrerem intervenção. E eu teria também que falar um pouco sobre a reflexão que os setores mais avançados estavam então fazendo, que era uma reflexão crítica de todo o período anterior e de como enfrentar a nova situação imposta. E pra fazer isso, eu precisaria de muito tempo. Assim vou tentar colocar algumas questões respondendo ao que os companheiros levantaram. O movimento de Osasco até 68 foi um movimento profundamente enraizado nas fábricas. Acho que isso ninguém pode negar. Todo esse trabalho foi realizado a partir das reivindicações específicas. Assim eu nunca poderia ter escrito o artigo a que o companheiro Bigode se referiu. O que eu fiz foi constatar um fenômeno, porque o nosso trabalho dentro da fábrica era a partir disso mesmo, a partir da questão do banheiro, a partir da questão da disciplina, etc. Era assim que a gente organizava e mobilizava o pessoal. Queria deixar claro isso aqui, era um movimento bastante enraizado, que tinha uma perspectiva de organização muito clara, que era a organização dentro da empresa: as comissões de fábrica. Isso, inclusive, garantiu nossa vitória em Osasco, enquanto oposição sindical. E foi com um programa de luta contra o arrocho salarial, por melhores condições de trabalho, pelas liberdades sindicais, pelo direito de greve e pela organização pela base, amplamente discutida junto aos trabalhadores, que a chapa de oposição ganhou as eleições sindicais em 67. Quanto à questão da greve em si, é preciso lembrar que em Osasco nós esgotamos todas as possibilidades legais de luta, que a estrutura sindical



permitia. Desde as reuniões com os patrões a nível de cada empresa, até o pedido de uma mesa-redonda pra Delegacia Regional do Trabalho. A gente ficava na espera infinda da resolução daqueles problemas, que na maioria das vezes não eram resolvidos. Nós esgotamos todas as possibilidades mesmo não tendo a ilusão de que isso ia adiantar alguma coisa. A gente achava que era necessário cumprir essas etapas para que os trabalhadores de Osasco chegassem, pela própria experiência, à conclusão de que por aquela via não era possível solucionar os nossos mínimos problemas. O sindicato nunca decidiu nada sem consultar as comissões de fábrica que faziam assembléias a cada 15 dias no próprio sindicato. Não foi à toa que a greve de Osasco contou com o apoio massivo dos trabalhadores. Não precisou de piquete. Foi só marcar o dia e a hora, e a greve aconteceu. Quanto à questão do movimento estudantil, posso dizer que na época havia uma grande efervescência. E o movimento estudantil pregava a aliança com os operários. Eu não acho que fomos influenciados ou houve infiltração de elementos oriundos da massa estudantil. Você pega as reivindicações da greve e vê que a única de caráter geral era o reconhecimento das comissões de fábrica. Então, não havia nenhuma reivindicação que pudesse ser vista como resultado da influência do movimento estudantil. O que aconteceu, e que de certa forma nós não poderíamos controlar, foi a presença de estudantes na porta de fábrica fazendo trabalho de agitação, de panfletagem. Agora, a imagem que se procurou transmitir é outro problema. O governo tinha interesse em justificar a repressão, inclusive para dar uma lição pro conjunto do movimento operário.

---

## A ALIANÇA OPERÁRIO-ESTUDANTIL

---

**E/E — Há um texto do Weffort, em que ele diz que, num determinado momento, o sindicato de Osasco teria aberto as assembléias do MIA à participação de estudantes. Ele diz também que certas palavras de ordem do movimento estudantil acabaram penetrando nas assembléias operárias, com o aval da direção do sindicato de Osasco.**

**IBRAHIM —** Sempre que nós participamos do MIA, pelo sindicato de Osasco, ou falava eu, ou algum membro da diretoria, ou alguém da base dos metalúrgicos, todos operários. Agora, qualquer problema que acontecia a responsabilidade era nossa. Como por exemplo a questão da praça da Sé. Ali, sim, falaram estudantes, mas independentemente da nossa vontade. Na assembléia que foi feita em Osasco, convocada pelo MIA, não falou nenhum estudante. Inclusive, uma certa corrente sindical tentou impor a participação do David Lerer e de um outro deputado. Por mais que eu admirasse o David, não permiti que ele falasse. Coloquei que aquilo era uma questão dos trabalhadores. Ele era um cara combativo e comprometido com a luta dos trabalhadores, mas tinha uma outra tribuna e a gente achava que ele devia usar essa tribuna da melhor maneira possível. O que a gente criticava no MIA é que lá só falava dirigente sindical com carteirinha de presidente. A gente achava que tinha que dar a palavra pras oposições sindicais e pra uma série de militantes que foram cassados, afastados, e que não



podiam concorrer a cargos eletivos no sindicato. O surgimento do MIA se deu depois daquela campanha de coleta de assinaturas pra pedir a modificação na legislação do arrocho salarial. A partir de então 18 sindicatos aqui de São Paulo se reuniram e resolveram lançar o Movimento Intersindical Anti-arrocho. Dessa primeira reunião participou, inclusive, o Argeu, da Federação. Participaram os têxteis, os bancários, os alfaiates, os metalúrgicos de São Paulo, Campinas, Guarulhos, os químicos de Osasco e outros mais. Eles tiveram uma participação mais efetiva que a dos outros, que só de vez em quando apareciam. E a gente participou desde o início. Pra nós era uma articulação válida e necessária naquele momento. Agora, dentro do MIA nós tínhamos uma série de divergências. Enquanto propúnhamos medidas para a mobilização, outros setores partiam pra outro tipo de proposta, por exemplo, fazer viagens a Brasília, pressionar o ministro, etc.

**BIGODE** — Mas não havia um acordo dentro do MIA, no sentido de mobilizar os trabalhadores? Não havia um acordo, inclusive, para dinamizar as campanhas salariais daquele ano?

**IBRAHIM** — Ora, o acordo não ia até esse ponto. O Joaquim, por exemplo, nunca faria esse acordo conosco. As divergências ficaram mais caracterizadas na preparação do 1.º de Maio. Por exemplo, o convite às chamadas autoridades, que ia desde o ministro do Trabalho a parlamentares da Arena e do MDB. A nossa posição era de que não devíamos convidar gente do governo. Pra nós aquele 1.º de Maio significava romper com a prática de fazer do 1.º de maio uma festa de confraternização entre patrões, trabalhadores e governo. E o grande motivo pro rompimento foi o convite ao Abreu Sodré, foi o convite a toda aquela gangue que esteve no palanque. A nossa posição era de que não se justificava a presença do governo num ato de trabalhadores. E, enquanto nós estávamos discutindo isso, sem ter chegado a um consenso, um grupo de companheiros decidiu formar uma comissão, que não fazia parte da diretoria do MIA, e convidar o Abreu Sodré. Pra mim essa foi a atitude que rompeu com a unidade. E o convite àquelas autoridades é que explica, na minha opinião, a radicalização que aconteceu na praça. Não concordo com o que o companheiro Bigode disse. A maioria da massa que estava ali não era estudantil. Acho que tinha muito estudante, mas a maioria era trabalhador. Houve mobilização de vários sindicatos e oposições sindicais pra levar o máximo de trabalhadores àquele ato. Pra terminar aqui com o último tópico do roteiro a respeito de Osasco, eu poderia dizer que Osasco foi o ponto alto na experiência, na luta dos trabalhadores. Eu acho que o movimento de Osasco introduziu alguns elementos novos na prática sindical. Foi a questão das comissões de fábricas, da greve a partir da empresa. Foi a exigência da negociação direta entre patrão e operário depois do golpe. Muita gente fala que a gente levou a greve prum beco sem saída. Desde a primeira hora da greve, nós tentamos a negociação. No final da tarde, a gente tinha voltado da Cobrasma, onde fizemos uma reunião com a direção da fábrica, com um cara da federação dos metalúrgicos e com os representantes do Ministério do Trabalho. Todo o mundo fez uso da palavra e os representantes do Passarinho disseram que contavam com os nossos bons sentimentos e a compreensão dos patrões e que a gente ia chegar a um acordo. À noite eles invadiram as fábricas. Em



função do clima que existia em Osasco, era muito difícil pra diretoria do sindicato negociar fazendo concessões. Ou era aquilo ou não era nada. As bases estavam radicalizadas. Tanto é que a greve saiu antes do previsto, exatamente porque houve uma radicalização da base. Não era pensamento da diretoria. Eu acho que o papel do dirigente sindical é saber qual o momento melhor. Tentamos segurar a coisa, só que chegou a um ponto que não deu mais.

FLORES — Em termos de conquista econômica, de condições de trabalho, eu vejo essa greve como uma derrota. Foi um momento de choque das várias correntes políticas do país com a ditadura. Em Osasco houve um erro tático talvez por falta mesmo de análise concreta, e também de coragem política, que se devia ter tido naquele momento. O certo seria tentar convencer os trabalhadores de que aquele não era o momento de fazer greve, porque ela iria automaticamente ficar isolada do restante, como de fato aconteceu. Nós dissemos ao Riani que ele deveria segurar o movimento, que não poderia estourar naquele momento. E ele respondeu bem claro para nós: “É agora ou nunca”. As conseqüências da greve de Osasco até hoje nós pagamos. Os trabalhadores têm bronca porque nós chegamos lá e fizemos a greve na marra. Não tivemos condição de garantir a greve por mais de cinco horas. Fomos envolvidos pela coisa e não tivemos coragem política suficiente para dizer: “Nós não vamos fazer isso”. Se se tivesse segurado a greve em Osasco naquele momento, talvez a gente até pudesse ter arrancado uma greve em termos de Santo André, São Bernardo, São Caetano, possivelmente Guarulhos. Talvez até os bancários aderissem, poderíamos ter feito um grande teste. Mas os companheiros não tiveram condições de segurar a greve, é muito difícil segurar uma greve quando a gente faz toda uma preparação para ela. Era preciso esperar o momento em que se tivesse acumulado mais forças, para fazer a greve junto com outras categorias ou com mais sindicatos juntos.

GATO — Só para registrar: eu estava tomando posse no Sindicato dos Metalúrgicos de Santos no dia 16 de julho de 1968, quando estourou a greve.

FLORES — Eu me lembro que a gente tinha uma relação de sindicatos, com os quais a gente podia contar para um movimento. E a gente deve recordar a grande presença, a capacidade e a liderança que o companheiro Tolezano tinha dentro do próprio movimento operário. Até hoje ninguém explicou a morte do Tolezano. Em seguida nós temos o companheiro Olavo, que também se destacou e também foi eliminado. Há uma série de dirigentes sindicais que realmente vinham tomando algumas medidas e que foram afastados do seu sindicato por causa da ditadura. Foi num momento muito diferente que veio o Lula, com coragem e aproveitando o momento para lançar o problema da reposição salarial. Então, é todo um contexto que não está desligado de uma seqüência. Com relação à tomada de fábrica, eu estou plenamente de acordo. Acho que as fábricas tem de ser nossas mesmo.

IBRAHIM — Você pode fazer uma ligação entre a greve de maio de 78 com a experiência nossa de Osasco. Os operários entraram nas



fábricas, desligaram as máquinas e ficaram lá. Parou tudo e se decretou assembléia permanente. Aí se formaram comissões, por exemplo, para garantir que o refeitório funcionasse pelo menos para dar sanduíche ao pessoal, se colocou para a massa que quem quisesse sair podia sair, quer dizer, havia um nível de liberdade muito grande. A questão de ficar dentro da fábrica foi discutida no seguinte sentido: a gente sabia que o sindicato sofreria intervenção e que o pessoal que ficasse dentro da fábrica garantiria a mobilização, o contato, essa coisa toda, e que era uma forma de pressão. Foram feitas várias assembléias, se discutiram os problemas, as informações que vinham de outras fábricas que estavam parando, etc. Inclusive, na discussão com os patrões, eles não colocaram em nenhum momento que tínhamos de parar a greve para haver negociação. Eles partiram do princípio de que a greve era um fato consumado. Colocaram, entretanto, que tinha gente que queria sair e não podia. Aí nós dissemos: vamos lá dentro conversar com o pessoal e vocês perguntam se alguém está ali por obrigação. Houve certo excesso com alguns chefes, eles queriam ir embora e acho que o pessoal não deixou. Mas isso não era orientação nossa. Isso foi uma decisão do pessoal lá dentro da fábrica, do pessoal que tinha maior responsabilidade na direção do movimento dentro da fábrica.

**BIGODE** — Vocês disseram que algumas pessoas podiam sair, isto é, se disseram que podiam sair é porque havia algumas que não podiam fazer isso.

**IBRAHIM** — Havia uma questão de moral aí. A assembléia da Cobrasma, por exemplo, decidiu ficar dentro da fábrica. Então, aqueles que não estavam de acordo com isso, e quisessem ir embora, iam ter um problema moral muito grande frente aos companheiros, de romper com uma decisão da maioria. Então, para eliminar essa questão moral, a gente colocou que quem tivesse problema concreto, uma doença na família ou um compromisso muito sério, podia sair. Isso para não criar a necessidade de alguém sair de fininho.

**BIGODE** — Havia uma necessidade de se arrancar de fininho porque havia alguém a quem a gente tinha de informar para sair. Havia um comando de greve que inclusive tomou a fábrica e ficou nas portas: você tinha de se identificar para entrar ou sair da fábrica. Outra coisa: em Osasco não era só cruzar os braços, terminar o horário de trabalho e ir embora. Foi direto, durante à noite toda. E havia até acampamento, não me lembro bem em qual fábrica. Acho que foi na Barreto Keller. Tinha um comando mesmo, o pessoal ficava ali e inclusive na rua era difícil o acesso.

**IBRAHIM** — Você está usando toda uma terminologia militar, como comando, etc., e não é isso. Por exemplo, a questão da identificação: claro que a gente sabia que podia haver provocação, infiltrações. Então havia o mínimo de disciplina. Você não pode jogar essa disciplina para o conjunto da massa. Tinha de ter uma direção que o pessoal respeitasse, que tivesse sido eleita pelo pessoal.

**BIGODE** — Mas havia esse espírito, você colocou que na mesa de negociação isso era uma forma de pressão. O que é diferente de cruzar



os braços na máquina, cumprir o horário e ir embora no fim do trabalho. É uma pressão muito maior, vai muito mais além e dá inclusive todas as condições para a repressão dizer: "Os empregados tomaram a fábrica". Claro que não era definitivo, mas transitório. Um erro.

**GATO** — Acho que antes de tudo, a título de experiência a gente deve procurar saber o que causou aquele furor dos homens da repressão, que foi violento, né?

**FLORES** — Outra questão é a seguinte: eu não vejo Osasco como uma nova fase do sindicalismo. Eu vejo como uma modalidade de sindicalismo, com determinações e conseqüências. Com relação ao problema de que foi novo parar dentro da fábrica, me parece que não, em 1953 se parou dentro das fábricas. E a coisa só terminou pro pessoal da Santista, uma tecelagem que tinha lá no Belém, na hora da troca de turno, às 14 horas, quando a cavalaria chegou e tocou cavalo em cima. E houve mulheres grávidas que morreram, e tal. Criou-se um clima de revolta geral, foi quando os trabalhadores saíram pras ruas e a greve passou a ser violenta, com troca de bofetões com a polícia. Foi naquele momento, em 53, que se deixou a prática errada do sindicalismo paralelo. Quando se ia para o sindicato era para quebrar o pau, pra dar cadeirada no pelego. Aí se viu que essa prática era errada, inclusive porque a massa reconhecia o sindicalismo oficial e não o paralelo. Decidiu-se, então, voltar para dentro do sindicato. Foi quando se tomou o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, não houve unidade com pelego, foi uma chapa de unidade entre o Partido Comunista, o Partido Socialista e o PTB. Houve todo um trabalho de base para tomar o sindicato. Houve um esforço concreto de revisão de uma política errada e, realmente, partiu-se para a efetiva organização dentro das fábricas pra pegar o sindicato através dos votos. Foi o que vocês fizeram em Osasco, pegaram o sindicato através da sindicalização e do voto.

## AS GREVES ESPONTÂNEAS

**E/E** — Essa colocação é interessante porque, por exemplo, no estudo de J. A. Moisés sobre a greve de 53, se procura mostrar que as greves eram espontâneas e que ocorriam à revelia das lideranças



sindicais. O estudo parece justamente não perceber essa mudança fundamental na orientação sindical daquelas lideranças, que, compreendendo a inviabilidade do sindicalismo paralelo, partiram novamente para o fortalecimento da luta dentro dos sindicatos, tirando assim qualquer caráter de luta espontânea. Tudo isso faz com que tais estudos tenham que ser criticados à luz da própria história, a partir dos depoimentos dos operários envolvidos nesses eventos, que, pelo que você diz, não tinham nada espontâneo.

FLORES — Isso para mim é problema do historiador. Uma coisa é o cara que vai escrever a história consultar jornais da imprensa burguesa, e outra é, por exemplo, chegar na Santista, ver no fichário o operário que trabalhava na época, localizá-lo e ouvi-lo. A mesma coisa é querer ver a história da revolução cubana e soviética através dos jornais e livros editados aqui. Você vai encontrar uma série de chutes. Outra coisa é pesquisar na fonte. Mas, de qualquer forma, apesar dos desvios que pode haver é bom ter algum registro, se não, não vai haver nada em relação ao movimento operário brasileiro. São questões que deixam uma série de dúvidas, de erros, dentro da própria análise da história. Com relação ao problema de Osasco, na minha opinião foi uma continuação da luta da classe operária. E a cada momento, a cada fase da luta, os trabalhadores vão se adaptar às novas formas de luta, como as que eles vão ter para conquistar sua independência, sua hegemonia na história. Então, isto para mim é claro: em Osasco se cometeram erros, mas tudo é um processo histórico, que não pode ser esquecido. Nós e todos os companheiros do movimento operário aprendemos que isso que vivemos não é nosso, isso é um patrimônio dos trabalhadores. E dentro disso a gente precisa ser o mais fiel possível no relato daquilo que aconteceu. O Gato, por exemplo, quando foi pra Cosipa encontrou uma série de conquistas de antigos trabalhadores. Ele chegou lá e o que fez? Viu outras reivindicações e encaminhou. Então esse tipo de coisa tem que ficar clara porque senão a gente vai achar que tudo é fácil, que as leis trabalhistas vieram por conta do fim da Segunda Guerra Mundial. A gente vai esquecer que no Estado Novo teve dirigente sindical que liderava o movimento. Aqui em São Paulo, no setor da borracha, o Oliveira foi metralhado saindo da fábrica às 3 horas da manhã. E tudo isso é desconhecido. Naquele tempo não tinha dirigente desligado da produção. Ele tinha que viajar pro Rio, viajar de ônibus, não de avião, e quando terminava o trabalho ele ainda dava plantão no sindicato. E foi saindo da fábrica que o Oliveira foi metralhado e isso não foi porque eles achavam o cara feio. É porque ele representava algum problema.

---

## O PRÉ-64

---

DELELLIS — O problema é que, quando a gente vai discutir o movimento operário no Brasil, há sempre uma tendência a valorizar o debate em torno de uma das correntes ou tendências, que atuam no ambiente sindical. Há a impressão de que, antes de 64, tudo era homogêneo. Eu queria colocar algumas questões sobre a composição



do movimento operário e sindical. Em 64 havia várias correntes operárias que atuavam no movimento sindical. Deveríamos primeiro identificar todas essas correntes, depois avaliar como elas atuaram e se foram reprimidas ou não. Porque fazer um debate unilateral, vendo uma parcela estreita do movimento operário, é posicionar o debate com complexo de culpa e não com uma visão mais abrangente da situação. É raciocinar na base do "mea culpa, mea máxima culpa". A gente precisa localizar primeiro os partidos políticos que atuavam no movimento operário, o Partido Comunista, o Socialista. O Trabalhista também existia e, segundo alguns historiadores, tinha que ver com o movimento operário, ou pelo menos devia ter ligações e preocupações. Mas também havia a Igreja. Não é verdade que ela resolveu rever sua posição de apoio ao golpe, sensibilizada pelos problemas operários. A Igreja sempre se posicionou no movimento operário e muito bem organizada. Então, nos debates sobre 64, a gente dificilmente ouve falar em Círculos Operários. Como se isto não existisse, não fossem organizados desde 47 do Pará ao Chuí. Como se eles não tivessem operários filiados. Só pra dar uma idéia, em 1947 o Círculo Operário de Belém do Pará tinha 20 mil trabalhadores inscritos. É necessário saber que perspectiva eles apresentavam para o movimento operário. Pra se pôr nos pratos da balança as coisas como se passaram, né? Se você localiza essa força, PTB, PS, PC, mete também nessa salada a Igreja, mais a JOC, as pastorais. O nome está dizendo, Juventude Operária Católica, não é juventude operária marçiana, é católica. Em 64 eles tinham 1.100.000 filiados. Isso significa 1.100.000 jovens operários recebendo a mesma orientação e influência dirigida para algum lugar. E em cima disso você coloca o Movimento Renovador, não deixando de pensar na estrutura que eles tinham, na mensagem, nos recursos que manipulavam, no dinheiro, na imprensa. E que papel esses agrupamentos desempenhavam na desagregação do movimento operário? Se você joga em cima o ano de 64, é preciso lembrar também a influência da Embaixada americana, através de seus departamentos trabalhistas, que atuavam com quadros profissionais. Muita gente desconhece que tinham sua própria escola de formação de quadros no Vale do Paraíba. Se você for ver o movimento operário antes de 64, tem que entrar na criação do SESI. Por que se criou o SESI, em função do quê? Será que um dia Nadir Figueiredo, Filizzola e Sousa Loscchesi, reunidos, resolveram "Coitadinhos dos operários, vamos construir umas casinhas pra eles". Será que foi isso? Ou foi porque, apesar do movimento operário encontrar todas essas dificuldades, do sindicalismo ainda na época ter como bandeira de luta o assistencialismo, será que não foi por aí, para conter este avanço, que eles criaram o SESI, SESC, etc. Diante disso tudo, acho que o debate pode prosseguir em cima de problemas concretos do movimento operário, e tudo sem paixões. Nós estamos discutindo pra encontrar uma proposta correta para o movimento operário ou para deixar a jovem geração operária ter uma visão deturpada do que foi 64? Vamos deixar o pessoal se embalar nos editoriais do Estadão? Se você vai fazer uma análise de 64 e parte dos editoriais do Estadão, é fácil, pode até ter um resultado parecido com o da imprensa burguesa. Não muito diferente, parecido. Bom, não estou criticando, não. Estou contente porque hoje em dia os sociólogos, os escritores, os intelectuais, estão preocupados com o movimento

operário, que precisa desse apoio da ciência, da intelectualidade. O que eu acho é que a gente precisa completar as coisas. Trazer aqui em volta da mesa o frei Celso, que fez o discurso de posse do Joaquim no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e que era responsável pelos Círculos Operários aqui em São Paulo. Por que não? Ele que venha aqui discutir. É uma velha tendência do movimento operário de discutir as suas coisas em torno dum rabo, de andar em torno de si mesmo, de ter que encontrar um responsável. Trata-se de saber as condições em que 64 se desenvolveu, exatamente pra essa experiência passar para a nova geração, porque existe uma nova geração operária que está nas fábricas, na direção, e que em 64 estava na escola primária. Que tipo de experiência nós podemos passar a esta geração? Um tipo de experiência que a nossa geração não recebeu. Quando a minha geração entrou no sindicalismo, ela não recebeu de passagem um bastão: o último ponto de referência que nós tínhamos era de 30 anos atrás, que seria a fase do sindicalismo anárquico. Quando nós entramos no movimento, dificilmente se encontrava algum velho anarquista vivo. A preocupação é o que vocês intelectuais, com esse trabalho, com essa montagem, podem deixar de concreto não pra mim, mas pra nova geração. Ora, o movimento operário é uma coisa um pouco ampla. Na minha cabeça não tenho os dados, mas eu chuto assim, aproximadamente 18 milhões. Eles não precisam de uma mensagem pra resolver o problema do próximo dia de pagamento, eles precisam de uma mensagem pra um período de 30 anos e tanto. Só daqui a 40 anos é que nós não vamos encontrar nenhum desses elementos dentro das fábricas. Feitos estes comentários com relação ao primeiro ponto, eu acho que já consegui contribuir, levando em conta que dos presentes eu sou o mais velho e por isso posso dar um pulinho mais atrás.

---

## O POPULISMO

---

**E/E** — Vocês caracterizam o movimento operário como sendo populista? Porque isso, infelizmente, é aceito, é tido como dado num setor da academia. Por essa razão é que a gente levantou a questão. A nossa preocupação de fundo não é um debate exaustivo sobre o pré-64, a gente avançaria demais, o objetivo é recuperar o que houve de positivo e que é tão criticado em certos meios intelectuais. Eles desconhecem essa diversidade que você aponta na composição do movimento operário da época.

**DELELLIS** — Aí eu opino. Na “revolução” de 64 só não disseram, só não eliminaram o Cabral, porque não tiveram condição. Porque a intenção era eliminar o Cabral, não dava para dizer que o Brasil havia sido descoberto em 64. Tudo que aconteceu antes de 64, não só o movimento operário, tinha de ser esquecido. Inclusive, o próprio cara que mandou fazer Brasília, o Juscelino, quiseram esquecer. E alguns intelectuais entraram nessa da reação. Tudo que aconteceu antes de 64 não serviu para nada. Descobriram uma palavra, o populismo, que até hoje eu não consegui ninguém que me explicasse. Eles jogaram muito tempo sozinhos, num período em que uns estavam na cadeia, no exílio, e outros nem na cadeia, nem no exílio. Até hoje, se eu jogar sozinho, ainda



equilíbrio a bola no ombro, no joelho. Mas, se entrar um molequinho na minha frente, aí eu meu embanano todo. Essa gente jogou sozinha e sozinha se convenceu que estava abafando. Hoje com essa "abertura", com esses debates, nós vamos começar a jogar uns preguinhos nas empadinhas deles. Eles começam a ter dificuldades para se manter nessa linha de raciocínio. Se 64 foi tudo isso que eles concluíram e que querem passar pra nova geração, a pergunta é: por que deram o golpe? Ora, se tudo era populismo, então os generais estavam todos bêbados e não tinham nada para fazer: "Ah! não temos o que fazer, vamos dar um golpe?" E deram. A conclusão tem que ser essa. Porque, se antes estava tudo dentro da linha, se não havia um conteúdo revolucionário, se não havia uma mobilização de classe, não tinha nenhum motivo para mexer no poder da classe dominante. Tudo estava na perfeita ordem, bom e bonito. Populismo é isso mesmo, porque é uma proposta da classe dominante para se ajustar. Então, por que essas bestas deram o golpe? E, se deram o golpe em cima dos "populistas", porque é que eu, o Ibrahim e outros fomos presos? Por que eles foram em cima de três mil e tantas entidades sindicais? Por que eles fecharam 170 e poucas federações? E onde eles foram buscar os substitutos para esses companheiros? Se o CGT era tudo isso, colaboração com a classe dominante, então por que fecharam do jeito que fecharam? E prenderem o presidente do CGT, Riani? Ele foi o único que cumpriu nove anos e seis dias. Contadinhos, não deram uma colher de chá pro Riani. Essas são as indagações que eu coloco em cima da mesa. Os teóricos do populismo jogaram sozinhos, ninguém apareceu pra contestar. Nunca ninguém se meteu a sair de São Paulo e fazer uma entrevista com o Riani na cadeia, lá em Juiz de Fora. Ora, se esse homem que é militante católico, membro do PTB, deputado operário, estava representando o papel que os intelectuais dizem que representava, por que sofreu perseguição e não ficou no CGT? Por que foi o homem mais odiado pela repressão?

**E/E — Todo esse tipo de produção intelectual sobre o movimento operário, que é a grande maioria, começa a se desenvolver a partir de 64.**

---

## AS GREVES POLÍTICAS

---

**BIGODE —** Mas que tipo de prejuízo eles podem causar escrevendo coisas que não corresponderam à realidade da classe operária, mesmo que depois eles venham até a reformulá-las? A repressão pós-64 prendia tudo quanto fosse livro de operários, de intelectuais que de fato escreviam, do ponto de vista operário, a história da classe operária. Livros que falavam mal do pré-64 eram facilmente encontrados. De qualquer maneira, mesmo que venham a reformular seu pensamento, esses intelectuais durante todo este tempo deturparam e, portanto, trouxeram prejuízos para a classe operária. Inclusive eles chegaram a ter até espaço entre setores operários. Quando eu preciso de informações de 64 e não tenho nenhum companheiro da época por perto, eu me armo com o livro do companheiro Jover Telles. Por outro lado, houve aqui uma afirmação do companheiro Gato, com que eu não concordo, a de que os ferroviários chegaram a fazer greve até pelo telefone. Esta afirmação dele logo foi fundamentada pelo companheiro Flores, que disse que



o ferroviário era o setor mais desorganizado na época. Quando foi dito isso eu senti que alguma coisa não estava certa. Então, eu peguei no livro do Jover Telles, um espaço pequeno do movimento operário que vai de janeiro a maio de 1960, onde constam algumas greves ferroviárias. Na época eles estavam fazendo novos esforços tendo em vista alcançar sua unidade nacional, no próximo congresso sindical. Houve greve dos ferroviários da Companhia da Bahia por aumento de salário. Essa greve durou nada menos que 20 dias e foi vitoriosa. Houve também greves na Santos-Jundiaí-Paulista por aumentos salariais, que foram vitoriosas. Houve a greve geral de dois dias aqui em São Paulo, contra o atraso do pagamento, parcialmente vitoriosa. Em Porto Alegre, a greve geral dos ferroviários gaúchos que se deu junto com a dos trabalhadores da energia elétrica. Ela durou um dia e foi parcialmente vitoriosa. O diretor da energia elétrica do Estado considerou a greve como ilegal, ele foi demitido e os trabalhadores se puseram na defesa de seu sindicato, que o governo, a pretexto da nacionalização da empresa, queria dissolver. Tudo isso quer dizer que havia relações bastantes claras entre as bases e as direções sindicais. E o que é importante e deve ser frisado é que, na greve dos ferroviários da Leopoldina, os trabalhadores exigiram o cumprimento do acordo anterior. Teve, também, a greve de 28 de março dos ferroviários da Rede Mineira de Viação, por aumento de salário. Eu fiz esse levantamento e gostaria que o Delellis ou algum outro companheiro me corrigisse se estiver errado. Só não fez greve nesse período duro, de janeiro a maio de 60, a Central do Brasil. Tem uma greve, que não é de ferroviário, mas que deve ser lembrada: a greve dos trabalhadores da refinaria de Mangueiras, no Estado do Rio, por aumento de salário e pela reintegração ao trabalho do tesoureiro do sindicato. Em 62, as lutas foram maiores e mais numerosas, representando um ascenso do movimento operário e sindical, inclusive com a participação política dos trabalhadores. Eu gostaria de citar a primeira greve política do país, o companheiro Delellis devia inclusive estar presente: foi a greve contra a formação do gabinete do Auro Moura Andrade, que incluía os generais golpistas que tentaram impedir a posse do João Goulart a 5 de julho de 62. É a partir daí que se forma o CGT. Portanto, o comando nacional dessa greve, que se transforma no Comando Geral dos Trabalhadores, o CGT, é formado pela base, a partir de uma luta de base. E essa greve tem um histórico: o Auro renunciou a 4 de julho de 62, quando viu a possibilidade da greve e seu comando à frente. Então o João Goulart tentou fazer conchavo com os trabalhadores para que a greve não se realizasse, mas não conseguiu. Isso demonstra uma coisa importante: os trabalhadores tinham a visão correta de uma política de aliança de classe, pois sabiam o momento de defender seus interesses específicos, indo para a greve. Dentro dessa greve havia um nível muito bom de movimentação de massas, tão bom que, paralelamente a esse movimento grevista, explodiu uma verdadeira rebelião popular na Baixada Fluminense. Um pouco atrás, na greve dos 300 mil em 53, tinha sido possível às direções operárias mais combativas começar a tomar posse nos sindicatos, a ganhar as eleições. E uma informação importante: o movimento operário na época estava sofrendo uma influência do Partido Comunista, e foi essa ascensão do Partido Comunista sobre o movimento operário que fez com que se formassem organizações para-



lelas, como a Frente Nacional de Trabalho, o Movimento Renovador Sindical, o Movimento Sindical Democrático e uma série de outros movimentos. Estas organizações tinham como objetivo quebrar a hegemonia do Partido Comunista dentro dos sindicatos. Voltando ao ascenso do movimento sindical de 60, eu queria ler um trecho do companheiro Jover Telles, para mostrar que havia uma preocupação com a organização da base, inclusive dos ferroviários: "Assinale-se, ao mesmo tempo, uma aproximação maior do sindicato à massa de associados, através da instituição de delegados e conselhos sindicais nas empresas, bem como delegacias sindicais nos bairros e ao longo das vias férreas". O que demonstra que os companheiros ferroviários, como todos os setores, estavam preocupados em organizar as bases. Inclusive nas resoluções do III Congresso Sindical Nacional, resultante de vários congressos estaduais de trabalhadores, estava a reafirmação de dois pontos importantes: a luta para liberar os sindicatos das mãos do governo e a legalização dos conselhos sindicais na empresa. Eu entendo que a afirmação do companheiro Jover Telles sobre a legislação dos conselhos sindicais nas empresas pressupõe como existentes os conselhos sindicais. Eles já estavam lutando, não para a formação dos conselhos, mas para que se legalizassem os conselhos sindicais nas empresas. Recentemente, o Luiz Carlos Prestes fez na televisão uma afirmação que para mim foi uma surpresa: disse que o movimento operário naquele momento do pré-64 era ainda de cúpula, que era necessário ganhar tempo, que inclusive, antes de 64, houve um erro de esquerdismo. Não é verdade que o movimento operário antes de 64 era cupulista. Os exemplos são simples: os próprios pactos existentes, a CGT, o Fórum Sindical de Debates, os conselhos sindicais estaduais e, inclusive, uma coisa importante, as eleições sindicais, elas foram ganhas porque havia trabalho de base. O Delellis não ganharia as eleições,



antes de 64, do Hermeto Dantas, se não tivesse trabalho de base. O que é bem diferente de nós, que concorremos com o Joaquim recentemente, tanto a Chapa 2 como a 3, e não ganhamos as eleições pelo fraco trabalho de base. A primeira greve política foi a de julho contra a formação do gabinete Auro Moura Andrade. Mas nós tivemos também, no ano de 62, em setembro, uma greve que é um marco histórico, que foi a greve geral nacional exigindo plebiscito, para que não se tivesse um regime parlamentarista, pela volta do presidencialismo e pela formação de um governo nacionalista democrático. Essa greve geral dos trabalhadores é um dado importante de capacidade de organização e do vínculo que o movimento sindical tinha com as bases. No Congresso Sindical dos Trabalhadores do Estado de São Paulo, em 1960, tirou-se uma série de resoluções. Eu quero lembrar a 5.<sup>a</sup>, que é bastante importante, e fala da organização sindical. Ela diz: a) dois delegados de empresa; b) sindicalização e criação de novos sindicatos; c) liberdade e autonomia sindical. Também queria lembrar que as delegações mais numerosas foram as dos metalúrgicos, com 296 delegados, e a dos têxteis, com 142. Não eram 20 nem 10 delegados como nos congressos de hoje. Eles iam com 200 e tantos delegados, o que significa que não era um movimento de cúpula. A gente não consegue 300 delegados se não estiver profundamente enraizado nas bases operárias. É um movimento realizado na base. Se para conseguirmos 20 delegados nós temos dificuldades, imagine 296.

**DELELLIS** — Realmente, os ferroviários tinham um tal grau de organização no leito da linha, ao longo da linha. Se a diretoria se reunia às 10 horas da noite, por exemplo, e tomava uma resolução, ela era acatada em seguida. No caso dos ferroviários, eles tinham essa forma de se comunicar. Eu assisti a isso, a coisa saía pelo telefone, cada delegado sindical em cada estação ficava esperando a comunicação do resultado da assembléia dos ferroviários. Porque o sujeito não pode sair e vir participar de uma assembléia se, por exemplo, ele mora em Rio Preto. Estou falando isso com pleno conhecimento de causa porque meu pai é ferroviário. Eles ficavam de plantão dentro da estação e sabiam do resultado através do telefone. Era, naturalmente, um veículo de comunicação do resultado da assembléia. Agora, quando se diz que o veículo era o telefone significa que tinha que ter alguém do outro lado da linha, podia ser a polícia dizendo "Ah, fizeram greve"? Era, naturalmente, um delegado sindical, um operário de confiança que recebia e não ia discutir. Transmitia logo a decisão, na sua região, ao conjunto de trabalhadores, fosse na Santos-Jundiaí, na região da Sorocabana, na Mogiana, na Araraquarense, etc. Deste modo é que ao longo da linha o telefone era usado. E era ótimo eles terem um telefone para usar. Quem sabe essa nova geração não vai precisar do telefone para decretar a greve, e sim, um programa de televisão, antes da novela.

**BIGODE** — Na discussão sobre o congresso das mulheres houve proposta para que a gente anunciasse isso nas revistas de fotonovelas, o que é justo.

**GATO** — Eu fiz aquela colocação dentro de um contexto. O que a gente está tentando fazer, sem de modo algum agredir os companheiros, é procurar encontrar os defeitos da coisa. Das virtudes nós já





**DUAS ESTÓRIAS DO  
AUTOR NORTE-AMERICANO JAMAIS PUBLICADAS  
EM LIVRO.**

# **FREUD PARA CRIANÇAS**

**SE VOCÊ ACHA QUE FREUD EXPLICA  
LEIA O QUE ARMSTRONG E DARROW  
FIZERAM PARA EXPLICAR FREUD.**

Vertente Editora Ltda.  
Rua General Jardim, 570  
01223 — São Paulo (SP)



falamos à vontade. Eu falei da questão da greve por fone, de passagem, agora tomar isso isoladamente, claro, seria uma bruta de uma bobagem.

**IBRAHIM** — Quanto à questão das eleições sindicais, por exemplo, eu teria uma observação a fazer: ganhar eleição sindical significa ter trabalho de base? Isso aí é muito relativo. Eu não acho que o fato do Joaquim ganhar, inclusive, duas chapas, quer dizer que ele tinha trabalho na base. Não posso dizer que naquela época eles não tinham trabalho de base, mas posso afirmar outra coisa, que a chapa do Dantas não tinha trabalho de base.

**BIGODE** — Eu sei que o Gato não disse aquilo para mostrar que os companheiros eram desorganizados, porque na revista Temas ele diz muito claro como eram as organizações dos companheiros. Inclusive esse esclarecimento do Delellis eu tinha na cabeça. Por outro lado, há algumas coisas pendentes que acho necessário discutir outra vez. E sobre o Movimento Renovador Sindical, o Delellis até deu uma esclarecida. Isso foi colocado pelo Flores como movimento de renovação, não é? Um movimento que tinha como objetivo se opor à influência que tinha o Partido Comunista, não é? Isso traz uma associação com a renovação sindical, que não é um movimento, é a Chapa 2 em São Paulo, chapa para eleição sindical dos metalúrgicos em 1978, o que é bem diferente do Movimento Renovador Sindical.

**DELELLIS** — Em cada período da história tem um acontecimento que marca, a gente tem que partir de uma coisa que existe. Por exemplo, você pega o ano de 78, você parte da Scania Vabis como ponto de referência necessário, senão você fica fazendo uma avaliação subjetiva, idealista e tal. Há pouco vi numa revista como ponto de referência uma greve em 1906 dos ferroviários. Então, sempre existe um ponto de referência num período entre um descenso do movimento operário e o começo de um ascenso. Logo após 64, o ponto de referência do movimento operário foi realmente Osasco, em 68. E houve outros de menor importância, de menor divulgação, que também aconteceram por esse Brasil afora.

**GATO** — Houve algumas greves brancas aí, muita paralisação tipo tartaruga aconteceu.

**DELELLIS** — Exatamente. Devem ter acontecido, talvez alguns de nenhuma repercussão, porque foram isoladas, abafadas. Eu não perco muito tempo com esse negócio de que a greve de Osasco foi o início, isso é subestimar o conhecimento da história do mundo, não existe nada desligado de nada. A minha preocupação, quando se discute 68, é em que condições se deu 68, que é bem diferente de se discutir 68 em si. Aí entra novamente a necessidade da análise de 64. Porque o golpe de 64 deu em 68. O movimento de Osasco foi isolado na sua ação mas no contexto nacional parece-me que não o foi. Ele refletia, nas condições objetivas, um descontentamento que não era só de Osasco, era mais ou menos generalizado daquela situação. O problema é: quais eram as forças de contestação da ditadura que atuavam em Osasco? Sempre há forças que atuam e forças que aparecem.



E sempre quem aparece mais é a polícia dando porrada. Mas não é só isso que acontece numa greve. Outros mecanismos existem, com greve ou não, mas há forças que atuam. Em que tipo de conjuntura se deu a greve de Osasco? Quais eram as propostas para os democratas brasileiros ou para a Esquerda? Quais eram as propostas feitas nos laboratórios de teoria, que se punham na prática, que não foram inventadas em Osasco? Aquelas teorias que atuaram na greve de Osasco não foram inventadas na greve de Osasco. Eram teorias, e Osasco foi o laboratório de algumas teorias. E por que não dizer, em cima de um Debray, em cima da teoria de exportar a revolução cubana, em cima de teorias muito próprias da revanche. Havia teoria revanchista na época, e isso aí funciona, se alguém decidir fazer uma greve se ferra, se ferra se não levar em conta toda uma conjuntura. O problema não é discutir se a greve foi bonita ou não, é óbvio que foi bonita, é discutir a oportunidade e o contexto em que ela se deu. Ora, a greve que se deu em Osasco, no nível e importância que ela tinha, não conseguiu mobilizar os trabalhadores de São Paulo, nem teve a solidariedade da classe operária. Por quê? Porque as condições objetivas não permitiram. Naquela altura já até tinham escrito que a classe operária tinha se aburguesado, que, portanto, não mais era preciso contar com o movimento operário. O trabalhador ganhava um salário-mínimo de Cr\$ 80,00 e alguns teóricos da revolução brasileira concluíram que a classe operária tinha se aburguesado. Aquilo foi uma resposta que desmontou uma teoria. Classe operária que se aburguesa quebra um pau daquele tamanho? Eu duvido que a greve de Osasco teria saído com a mesma fábrica, com os mesmos operários, com a mesma condição política do momento, se não existisse uma diretoria dentro do sindicalismo oficial que a cobrisse, que estivesse atrás dela. Porque, agora nós estamos diante de teorias, de correntes, que estão lutando para que a classe operária não tenha nada que ver com esse sindicato que está aí. A diretoria comandou a greve porque tem um mecanismo histórico que a classe operária aceita, que é o sindicato que ela conhece e que a convoca. Esse sindicato, ruim ou bom, é que ela sabe identificar e não um sindicato-fantasma. O Sindicato em Osasco, que dirigiu a greve em 68, tem uma história que não pode ser subestimada. Se você pegar a greve de 1953, vai ser o papel que Osasco desempenhou na greve dos 300 mil, porque a fábrica de Osasco é a mesma, a Cobrasma. Se a polícia, parece-me, em 68 não matou nenhum operário, matou naquela mesma fábrica, naquele mesmo muro, em 53. Aí, outra vez, entra a tradição que não pode ser esquecida de maneira alguma, em nenhuma avaliação. Desse modo, em Osasco de 68 havia uma boa diretoria, um bom sindicato e uma fábrica que tem tradição de luta, e que vem lutar inclusive agora em 78. O peão da coisa é a Cobrasma. Então, avalia-se que a greve de 68 saiu porque tinha comissão de fábrica, mas a greve de 63 e tantas outras que não tiveram comissão de fábrica, como ficam? Aí é entrar na tese do espontaneísmo no movimento operário, com que eu não concordo absolutamente. E, se não existisse uma diretoria que cobrisse, que investisse, que trabalhasse em cima, não existiria a greve de Osasco em 68. Se você observar as diferenças entre as greves de Osasco e as de Contagem, você vai ver que o instrumento não era o mesmo, embora fossem os mesmos a situação, o regime, a polícia.



**IBRAHIM** — Foi citado aqui que Osasco virou um laboratório de teorias e citou-se também Debray, além de outras coisas. Eu nunca li o livro de Debray, mas parece-me que ele não escreveu que os operários tinham que lutar contra o arrocho salarial, nem se organizar em comissões de fábrica para romper a estrutura sindical. Parece-me que para travarem essa luta os trabalhadores tinham que fazer a greve contra o arrocho salarial. Parece-me que ele não teorizou isso, e foi isso Osasco. Identificar o movimento sindical de Osasco com as tendências que estavam partindo para a luta armada, teorizando sobre ela, é não ver direito as coisas. Porque naquele momento o movimento operário estava indo num sentido inverso ao da Esquerda e não era um movimento convergente com ela. Tanto que Osasco aconteceu daquela forma, inclusive dentro daquela conjuntura, porque os nossos sindicatos sofreram a intervenção em 64 e já a partir de 65 estavam lutando contra as intervenções. Nós já tínhamos, em 68, quatro anos de arrocho salarial em cima da gente e uma inflação galopante. Já havia uma consciência e uma combatividade em setores operários, no sentido de travar a luta contra o arrocho salarial, por melhores condições de vida e de trabalho. Foi o primeiro momento em que os trabalhadores acumularam forças suficientes para responderem de uma maneira mais organizada. Acho que o descontentamento era geral naquele momento, não só dos trabalhadores mas de outros setores da sociedade, e isso, inclusive, abriu caminho para que os trabalhadores respondessem. Os estudantes tinham respondido muito antes e outros setores com mais facilidade de se conscientizarem ou se organizarem, também. Os trabalhadores, como sempre, vêm um pouco mais atrasados, mas vêm. Já em 67 se estava abrindo um espaço para os trabalhadores travarem uma luta mais conseqüente, e em 68, pela primeira vez, de forma organizada, os trabalhadores demonstraram seu descontentamento contra todas aquelas leis anti-operárias e o arrocho salarial. Acho que foi por isso que aconteceu em Osasco, que era o setor mais organizado. Em Contagem, aconteceu um pouco antes. Concordo que houve outros tipos de greve, operações-tartarugas, formas de resistência que já vinham se desenvolvendo, etc. Se Osasco aconteceu daquela forma era porque, naquele momento, era o setor que tinha logrado organizar uma oposição sindical, conseguido ganhar o sindicato e fazer dele um instrumento válido de luta. Quis responder a essa questão que o companheiro colocou, porque discordo, é menosprezar demais o que era o movimento operário naquela época.

**DELELLIS** — Só para esclarecer, parece-me, que a ordem de tomar a fábrica da Cobrasma não partiu do sindicato. Até hoje ainda não vi nenhum documento mostrando que vocês, da diretoria, deram uma ordem para tomarem a fábrica. Ora, se eu não vejo documento e a fábrica foi tomada, então imagino que em algum lugar deve ter sido tomada essa resolução. Aí eu concluo que não só o sindicato estava atuando. Em suas entrevistas, você costuma colocar que sempre procurou encaminhar as coisas dentro do que era justo, dentro do espaço legal das reivindicações. Mas houve uma palavra de ordem de ocupação da fábrica e, a não ser que você assuma, foi outra pessoa que deu essa ordem. Então, parece-me que havia outras correntes atuando na greve de Osasco, não era só o sindicato. Se não houve, e eu não tenho bola de cristal, tenho que avaliar segundo aquilo que conheço. Como



eu presidi greves e sei que essas coisas existem, eu estou partindo de minha própria experiência e pode ser que tenha feito um erro de avaliação, mas não intencional. Eu peço licença para não continuar a debater esse assunto, porque não estamos numa democracia tão grande ainda.

**IBRAHIM** — Se você tivesse falado sobre o aspecto em si da tomada da fábrica, tudo bem. Mas é que você falou de Osasco.

**BIGODE** — Eu me recordo de uma revista do Chile em que você fazia uma autocrítica e uma das perspectivas dela é a mesma que o Delellis colocou. Eu gostaria que o companheiro esclarecesse isso. Você afirmou que “em Osasco se tinha uma visão de insurreição”.

**IBRAHIM** — Todo o mundo sabe, é normal, sempre existem diferentes maneiras de encarar o movimento operário, diferentes tendências que estão presentes. Mas existe outro aspecto também, o de que o movimento operário sofre influências de fora, de outros setores da sociedade. Isso porque ele não está sozinho dentro da sociedade. E o caso de Osasco não fugiu a essa realidade. Em nossa época existiram várias tendências no movimento operário, modos diferentes de encarar a conjuntura, as formas de organização, a luta contra o arrocho salarial. Todas elas tinham um nível de influência. Certo ou errado, o problema da ocupação da fábrica naquele momento foi uma decisão dos trabalhadores, que a levaram à prática e assumiram a resposta. Realmente ocorreu a ocupação e o sindicato tinha um nível de responsabilidade naquilo, e a gente fez uma autocrítica colocando que aquele não era o momento para a ocupação, que a conjuntura não comportava aquilo, que a gente fez uma análise errada dela e que, inclusive, o momento da greve não era o melhor. Nós deveríamos ter esgotado nossas possibilidades de controle sobre a combatividade e o nível de revolta dos trabalhadores naquele momento. Inclusive, fizemos uma autocrítica da forma como encaminhamos a greve, pois poderíamos tê-la encaminhado de outra forma, no sentido de não dar nenhuma condição para o governo responder com a repressão. Se a gente fizesse a greve de outra forma, é verdade, também haveria repressão e intervenção no sindicato. A gente não escaparia daquilo, mas poderíamos fazer o governo ter mais problemas na hora de reprimir.

**DELELLIS** — Na conjuntura em que se deram as premissas da greve, o aumento de salário, o arrocho salarial, entravam também outras premissas, que foram somadas às premissas corretas.

**IBRAHIM** — O fechamento, o AI-5, essas coisas todas que vieram depois não foram consequência da greve de Osasco.

**BIGODE** — Eu queria retomar uma das afirmações feitas por um companheiro seu de fábrica e de durante a greve. Você afirmou que a greve de 78 foi igual à de 68, tinha aquele aspecto de tomada de fábrica de 68, que era semelhante ao método dos braços cruzados de 78. Esse seu companheiro, o Davi Gôngora, não concorda e diz o seguinte: “Não, em 68 foi completamente diferente de 78. Em Osasco, existiu a tomada de fábrica, inclusive, a decisão de se tomar as fábricas”. Diz o Davi que



ela foi decidida e muito pouco discutida junto ao conjunto dos trabalhadores da Cobrasma. Ele conta ainda uma outra coisa sobre a ocupação e a prisão de engenheiros, que também existiu. Tinha, inclusive, aquela casinha de engenheiros que ficava em cima do paiol de gasolina, você sabe que eles permaneceram lá. E mais: ele diz também que, quando o Vidigal esteve lá, foi vedada a sua saída, o que complicou muito as coisas. Eu ainda peguei um detalhe de sua entrevista no *Em Tempo*, n.º 67, pág. 6, de 8 a 14 de junho deste ano: suas palavras deixaram-me bastante preocupado. Você dizia que na Cobrasma o Vidigal foi preso, que o diretor, inclusive, pediu garantias para entrar e sair da fábrica, garantia essa que os operários deram. Ora, toda vez que um diretor precisa pedir garantias, alguma coisa de anormal está acontecendo. O que é bem diferente das greves de 78. Eu participei na Siemens, a gente ficava de braço cruzado e a diretoria da empresa entrava, saía, circulava, fazia o diabo lá dentro, o que é diferente. Outro assunto que eu queria deixar claro: escrevi numa carta à Folha de S. Paulo sobre o problema do rompimento com o MIA. Não foi justo o que você disse sobre o MIA, porque ele convidou autoridades para participar do 1.º de maio de 68, como o Abreu Sodré. O certo, inclusive, era que ele participasse e, com ele no palanque, fossem feitas as críticas que deveriam ser feitas. A ele ou a qualquer autoridade. Companheiro, você devia ter aproveitado por ser o terceiro orador e, na frente de toda a massa trabalhadora, com o Abreu Sodré ali presente, tornado claras as posições do Abreu Sodré e de todas as autoridades. Quem fez isso, e recentemente, foi o companheiro Lula, quando tomou posse em 78. Na tomada de posse, de um lado tinha um general, do outro estavam o Cláudio Lembo e autoridades, e o Lula, pura e simplesmente, deixou claro que esse governo estava fazendo o arrocho salarial, deixou clara a situação dos trabalhadores e foi mais além, dizendo que os patrões só ouvem o diálogo das máquinas paradas. E a Scania paralisou três ou quatro meses depois que ele havia tomado posse. Uma atitude que seria mais produtiva do que se ele tivesse rompido com o MIA, por essa questão.

**IBRAHIM** — Em algumas coisas eu concordo com o Davi, na maioria não. Primeiro, não foi o Vidigal que entrou dentro da fábrica. A gente estava numa negociação. Eram representantes do Ministério do Trabalho, o companheiro Benedito, da Federação dos Metalúrgicos, eu, e fomos conversar com a direção da Cobrasma para iniciarmos as negociações. Dentro desse espírito, propus que o melhor seria o pessoal do Ministério, da Federação, os representantes da direção da Cobrasma e o sindicato, entrarem dentro da fábrica a fim de que conversássemos com os companheiros lá. Só o Vidigal não aceitou. Ele jogou a batata quente nas mãos de outro diretor, o Dr. Alberto, que era quem normalmente discutia com a comissão da Cobrasma. Ele foi, só que estava muito receoso de entrar numa fábrica ocupada pelos trabalhadores. Eu disse a ele que não tivesse nenhuma preocupação porque nada iria acontecer. Ele pediu garantia, não fomos nós que oferecemos, e talvez qualquer um na situação dele fizesse o mesmo. A garantia foi dada, o pessoal disse que ele entraria e depois saíria normalmente, como aconteceu. Ele não ficou lá dentro e falou que a direção da Cobrasma estava analisando as reivindicações. Naquele momento ele disse que não tinha uma resposta, porque foi



muito difícil reunir a diretoria, que ninguém esperava aquela greve e que só no dia seguinte ele daria uma resposta. Não teve o dia seguinte, naquela mesma noite eles invadiram a fábrica.

## O QUEBRA-QUEBRA DO 1º DE MAIO

FLORES — Com relação ao quebra-quebra de 1.º de maio, a iniciativa não partiu nem da Esquerda nem dos trabalhadores. Partiu da própria polícia que se infiltrou ali. Quem estava participando daquele 1.º de maio sabe perfeitamente quem jogou as primeiras pedras e deu as primeiras vaias. Não podemos esquecer isso, senão vamos ser responsáveis por atitudes da própria Direita. Naquele 1.º de maio, um dos setores que mais trouxe gente foi Santo André. Veio uma caravana de ônibus, outra de trem. Então, havia uma presença maciça de trabalhadores, mas eu quero que fique bem claro que a provocação veio da polícia. Inclusive, quem jogou aquela garrafa com querosene que provocou o incêndio foi cara fardado. Desse modo, não podemos assumir responsabilidades, combater problemas de erros políticos do momento, sem ter em conta que existia uma Direita organizada naquele 1.º de maio e nas assembléias, e que ela sempre esteve presente, fazendo provocações.



**BIGODE** — O companheiro Flores colocou que a Direita sempre penetra nos movimentos e que toma as iniciativas das agressões, o que está certo. Porém o que eu coloquei como crítica foi o movimento com o MIA, por causa da presença de autoridades. Em 68, as massas trabalhadoras não tinham o nível de compreensão que têm hoje. Nível esse que começou a se esboçar a partir das eleições, de seu descontentamento com o regime, contra o arrocho e assim por diante. Não foi levado em consideração o nível de compreensão das massas trabalhadoras que, de modo algum, era o nível de consciência de exigir que o Abreu Sodré não estivesse no 1.º de Maio. Como até hoje ocorre, a grande maioria dos trabalhadores não compreende que o 1.º de Maio é um dia de luta, nem conhece a história do 1.º de Maio. É justo que o 1.º de Maio seja dos trabalhadores, organizado por eles e com sua presença. Injusto é que nós, que somos uma parcela pequena dos trabalhadores com nível de consciência, ponhamos essa questão como a principal para o rompimento com o MIA. O arrocho salarial era grande, a insatisfação começava a despontar, e foi por isso que se criou o MIA. As reuniões do MIA, segundo você mesmo colocou, Ibrahim, se dava até em conhecidos sindicatos, com direções pelegas. E algumas direções pelegadas estavam no MIA inclusive, por imposição das bases.

**IBRAHIM** — Acho que em nenhum momento eu disse que nós rompemos com o MIA. Nós não rompemos com o MIA, houve, isto sim, uma discussão bastante grande anteriormente ao 1.º de Maio. A nossa posição era clara, a de que não se convidassem as autoridades, que acabaram sendo convidadas. Então, nós não rompemos com o MIA em função disso, o problema é que a decisão foi tirada à revelia, ela não havia terminado, nós íamos ter mais reuniões e os companheiros foram e tomaram a iniciativa. O problema é que depois disso, depois do que houve no 1.º de Maio, com tudo que aconteceu lá, o MIA deixou de existir naturalmente. Não foram convocadas outras reuniões, não se discutiu a continuidade do movimento, nada disso se discutiu.

**DELELLIS** — Queria ver o MIA não nos detalhes, nas pequenas coisas que aconteceram, mas dentro de uma conjuntura geral do movimento operário. O que me preocupa são os princípios que formavam um MIA, um PUA, um PUM, um Fórum. Os princípios do MIA eram de criação de um pacto de unidade dos sindicatos, a soma de diversas entidades para, juntos, reforçarem sua correlação de forças, para enfrentarem um problema que é igual para todos os operários. Então, por que se lança a palavra de criação do MIA? Não foi uma invenção das lideranças sindicais daquele momento. Foi, isto sim, em cima de algo que já havia sido feito, que já tinha dado um razoável resultado positivo, que foi a criação do Pacto de Unidade Intersindical, que resultou na greve de 53. O MIA mostra a necessidade que a classe operária tem, em todos os períodos, seja de ascenso ou de descenso, de conquistar uma organização que escape ao controle da estrutura sindical vigente, que não permite às diversas entidades de trabalhadores formar sua organização. O que fica aparecendo nas discussões é que muita gente que participou do MIA critica o Pacto de Unidade Intersindical ou o CGT. Porém o MIA, em cima de suas necessidades reais, fez, exatamente, uma tentativa para tentar responder àquilo que a classe operária não tem, que é a sua organização horizontal, que é a

soma de diversas categorias profissionais, numa instância unitária de soma de forças. Isso vem, mais uma vez, provar que o MIA era uma extensão da experiência da classe operária com relação aos pactos de unidade, ao CGT, etc. Então, respondendo ao Ibrahim, acho que a solução não foi inventada na hora, o MIA se inspirou na experiência do movimento operário. Ele foi mais uma tentativa que podia dar certo, não fosse a conjuntura desfavorável. Havia, na época, duas diretórias que podiam ser o sustentáculo do MIA, que era a diretoria de Osasco e a dos bancários, pois não podemos esquecer o papel que o Tolezano representou. Quer dizer, mesmo com a soma dessas categorias não se tinha uma correlação de forças capazes de contrabalançar com a presença do Joaquim e da pelegada do Sindicato dos Metalúrgicos, que tinha — como maior categoria do movimento operário brasileiro — que comandar o pacto e não tumultuá-lo, não esvaziá-lo. Sendo assim, o MIA reforçou a necessidade dos trabalhadores terem sua organização horizontal.

**BIGODE** — Se a tentativa de organização a nível horizontal reflete uma necessidade dos próprios trabalhadores, as direções combativas têm que permanecer dentro para, havendo uma mudança de correlação de forças, serem hegemonia no MIA ou em qualquer outra organização. Por isso o 1.º de Maio é um aspecto importante dentro dessa visão que é de continuidade, de permanência em todas as entidades, mesmo que nós, os sindicalistas mais combativos, ainda não tenhamos essa hegemonia: é no processo que conquistamos a hegemonia.

**DELELLIS** — Uma coisa é a gente discutir um plano com objetivo estratégico, outra é determinar algo dentro da estratégia. Qual é a estratégia do MIA? Era conseguir o rompimento do arrocho salarial. Com relação à tática, era ir ou não ir a determinado comício em dado momento. A classe operária tem que marcar posição, mesmo que aparentemente tenha uma perda. As lideranças, que são responsáveis por sua educação e conscientização, não podem se dar ao luxo de esquecer os objetivos maiores, mais amplos, dos outros movimentos históricos da classe operária. Em determinado momento, as lideranças têm que sacrificar uma tática momentânea em função de um objetivo maior, que é a conscientização dos operários. Foi justo marcar uma posição, para que a classe operária pudesse começar a distinguir as novas lideranças, que estavam surgindo, dos pelegos, e pudesse entender que não se devia somar com a pelegada que somava com o governador. Com o governador, que é o representante deste regime, nós não devemos festejar. O 1.º de Maio realizado em São Bernardo este ano, com toda a sua pujança, não teria que ver com essa posição? Em todo o Brasil, desta vez, se tentou fazer um 1.º de Maio independente. Será que isso não tem que ver com algo que marcou posição em alguma época do movimento operário? Será que um dos erros do movimento operário não foi ele ter deixado a tática engolir a estratégia? Isso tem um nome: é uma tática que pode ser comprovada como oportunista. Você joga em cima de uma reivindicação muito imediata e não vê seu desdobramento do ponto de vista de conscientização.

**GATO** — De qualquer forma, segundo disse o Ibrahim, a discussão entre os dirigentes do MIA sequer chegou a ser esgotada. Houve,

digamos, um golpe dos dirigentes sindicais que, antes de terem chegado a um ponto de vista consensual, foram lá convidar as autoridades.

**IBRAHIM** — Tenho certeza de que isso não romperia o MIA, a discussão estava em andamento, inclusive acho que, se o MIA continuasse, alguns sindicatos que estavam participando por pressão das bases iam sair. O 1.º de Maio foi um pretexto bastante forte e eles criariam situações para se afastar. O problema nosso era não deixar que isso ocorresse, comprometendo-os cada vez mais.

**BIGODE** — Eu acredito muito mais que o 1.º de Maio de 79, em São Bernardo, tenha sido fruto da própria experiência que os trabalhadores tiveram através das greves de maio e junho, e das greves de dezembro de 78, em São Paulo, do que do fato de ter sido marcada uma posição em 68.

**GATO** — Veja, Bigode, que, para tomar a decisão do 1.º de Maio em São Bernardo, as coisas estavam muito claras, os sindicatos de São Bernardo, Santo André e São Caetano, estavam sob intervenção.

**FLORES** — O 1.º de Maio foi realmente uma tomada de posição. Só se fez o 1.º de Maio por conta do trabalho das oposições sindicais. Se eles não o fizessem, então as oposições sindicais iriam fazer o 1.º de Maio, e com muitos dirigentes sindicais autênticos.

**E/E** — Encerrado este tópico, nós poderíamos entrar no item III.

**FLORES** — Nos últimos 15 anos, sob o arrocho salarial, a classe operária tentou várias formas para conquistar a democracia, arrebentar com o arrocho salarial, etc. Dizer que só houve greve em 68 é esquecer que, em 74, nós fizemos greve na Villares e que companheiros, inclusive, foram pedir reforço ao Gato. Não podemos esquecer que nesse período todo houve uma série de operações-tartarugas, uma série de lutas, então é uma experiência que a classe operária vem acumulando. Em 75, operários de empresas com mais de 300 trabalhadores resolveram pedir aumento da seguinte forma: chegaram lá e pediram demissão coletiva. Isso fez com que recebessem aumento. Outra questão é que alguns dirigentes sindicais desenvolveram um certo tipo de trabalho de organização dentro das fábricas. O próprio movimento operário cresceu com as lutas das oposições sindicais. Em São Bernardo, há muito tempo vêm se realizando congressos da categoria, congresso de mulheres, etc. Uma coisa que marcou o movimento operário foi a defasagem salarial de 73, 74, que veio a público quando a crise econômica era tão grande que a ditadura começou a afrouxar. Naquele momento os operários da Scania também viram que havia condições de fazer greve. Fizeram uma lista de reivindicações e a empresa não atendeu nada daquilo. Aí é que se partiu pra greve. É claro que os operários estavam organizados lá dentro. Mas é um conjunto de fatores. Logo depois, onde estourou greve? Foi na Mercedes e todo o mundo sabe que lá sempre houve organização de operários, desde que a fábrica se instalou aqui.



GATO — Foram feitas várias greves dentro da Mercedes, em 70, 71 e 72.

FLORES — As greves não vêm espontaneamente mas através de lutas. Quantos jornais que a repressão esmagou foram criados na Volks? Outra coisa, o trabalhador também é muito inteligente. Esse negócio de dizer que o trabalhador não entende não é verdade, porque quando ele viu que o pau estava comendo, que a coisa estava difícil, ele não saiu para a greve. Quando viram que a coisa melhorou, disseram, agora chegou a nossa vez. A greve dos metalúrgicos de São Paulo não partiu da direção do sindicato, mas sim das oposições. Naquele momento, as Chapas 2 e 3, que estavam nas ruas, tiveram condições concretas de levarem jornais às portas das fábricas para discutirem com os trabalhadores. Nas fábricas onde não havia trabalho feito a Chapa 2 e a Chapa 3 organizaram a greve. E a reação imediata dos trabalhadores, em maio e junho, foi não aceitar a participação da atual diretoria. Por exemplo, na Sofunge houve um acordo entre o Sindicato e a empresa, mas, quando os operários viram o acordo, saíram para a greve. Resultado: a empresa acabou negociando diretamente com os operários. Eu acho que houve um avanço do movimento sindical, que houve um crescimento dos grupos de oposição que atuam dentro do movimento sindical. E a gente tem que levar em conta que foi um desafio do trabalhador no sentido de arrebentar com a lei do arrocho salarial. Depois veio em novembro a nossa greve, onde cometemos erros táticos, como o querer fazer uma greve da categoria dentro da fábrica, no meio do ano. Os trabalhadores e os grupos que atuavam dentro do movimento sindical estavam preparados para uma repressão policial, que era esperada, mas não para uma repressão patronal, que sentimos na carne, que é mais difícil do que o espancamento da polícia. Isso porque você está lutando direto contra o inimigo, o patrão, e está lá dentro, parado, na fábrica dele. No segundo dia de greve, às 10 da manhã, nós tomamos conhecimento que 70 mil companheiros já não estavam mais lutando por aumento de salário, mas contra a suspensão que os companheiros levaram. A gente não pode mais cometer esse tipo de erro. Outro erro que eu gostaria de comentar na greve de 78, em São Paulo, foi o seguinte: nós lutávamos pela negociação direta e nessa época era comum ver cabos eleitorais da Arena nas portas das fábricas pregando a greve para ganhar votos. O MDB, os candidatos populares e os que não são tão populares também, foram às portas de fábricas pregando a greve. As oposições e o Joaquim também. Então criou-se um clima de greve pela greve. Em nenhum momento nós paramos para analisar se era correta a palavra de ordem de 70% ou greve até o fim. Nós não pensamos em nenhum momento em colocar aos trabalhadores que chegaria um instante em que teríamos que negociar. Outro erro que cometemos foi na comissão de salários. Além de assinar um acordo de 58%, eles assinaram coisas que não podíamos aceitar, como a compensação das horas paradas e o comprometimento da categoria em não entrar em greve durante a sua vigência. A gente errou também taticamente na condução da greve, não na sua deflagração. Esse erro foi por conta da falta de experiência da gente, agora ter criado o clima de greve foi justo. Mas tínhamos que mostrar que chega um momento em que temos que fazer acordo. Não podemos pedir 70% e ir até o fim, a não ser que a gente tenha uma organização para isso.



Se temos essa condição, nós não ficamos só em salários. Taticamente erramos quando quisemos fazer greve de categoria dentro das fábricas, greve de categoria se faz na rua. Mas erro maior cometemos naquela assembleia dos 30 mil, quando abandonamos o sindicato. A medida que saíamos o Joaquim dos Santos Andrade ia colocando a polícia dentro. Nunca deveríamos ter saído de lá. Agora isso tudo serviu de lição para os companheiros do ABC, porque eles queriam novamente fazer greve dentro das fábricas, e com a nossa experiência, a fizeram na rua.

**GATO** — É preciso que a gente considere o pano de fundo que possibilitou toda essa nossa movimentação. Temos que analisar as greves ligadas ao panorama político geral brasileiro. Desse modo, veremos que a ascensão do movimento de massas, não propriamente o de ir à rua, mas de manifestar sua insatisfação, começa realmente com as eleições de 74. Essa insatisfação vem de antes, mas 74, como o Delellis diz, é um daqueles pontos de referência que não podemos desconhecer. Eu disputei essas eleições como candidato a deputado federal e, na época, pensávamos que com 30 mil votos, entrando no reboło, daria para eu me eleger. Muita gente pensava assim, todo o mundo via as coisas com muita dificuldade, no começo de 74 o sufoco era muito grande e terrível.

**FLORES** — Só pra a gente abrir um parênteses, um grupo de trabalhadores estava preso e o que a gente ouvia era o seguinte: vocês vão sair logo, mas se a gente pega vocês fazendo campanha em porta de fábrica pro Gato...

**GATO** — As coisas mudaram da água para o vinho quando se abriu a televisão. Aquilo foi como acender um rasilho de pólvora, a partir daí as pesquisas mostravam o MDB subindo, subindo. Em 74 houve realmente uma eleição plebiscitária, com um profundo anseio de democracia, de mudança, de todo o povo brasileiro e, principalmente, da classe operária. Não é de graça que o MDB teve uma votação maciça, fundamentalmente calcada no voto dos operários urbanos. Em lugares onde não há classe operária, a ARENA continuou tendo expressão majoritária. A mensagem de programa do MDB contra o arrocho salarial foi decisiva para a sua vitória. Daí por diante, 76, 78, o MDB foi crescendo e mostrando todo o esforço de luta do povo brasileiro na reconquista da democracia. Ficava assim mais do que demonstrado que o regime não tinha base social nenhuma de sustentação. Já não podia manter mais o "milagre", a crise econômica era profunda. A medida que se abre um espaço político, conquistado pelo povo brasileiro e, fundamentalmente, pela classe operária, criam-se condições para respirar esse oxigênio de democracia. Estamos numa ditadura burguesa e não temos sequer uma democracia como antes de 64. Estamos entrando num processo de reconquista de liberdades democráticas, de um estado de direito pleno, em que se têm as garantias mínimas que são consagradas no mundo inteiro. Foram sendo criadas condições políticas para o movimento sindical dar passadas maiores. Em 70, com uma repressão brutal, não havia condições a não ser para algumas passadas, como greves-tartarugas e coisas assim. Não podemos esquecer e nem desligar as questões sindicais da questão democrática de um modo geral, dos avanços da sociedade. As greves de maio de 78 têm um caráter fundamental para a sociedade brasileira: devemos pensar e



repensar nelas, são, sem dúvida, uma experiência marcante para a classe operária. Não houve nada de espontâneo, tudo foi muito bem organizado, são anos e anos de luta para chegar a um movimento dessa envergadura, com uma competência da classe trabalhadora pra ninguém botar defeito. As greves de maio marcam profundamente, porque mostram a classe operária passando por cima da lei da greve, do arrocho salarial, de toda essa tralha de leis de exceção, com um caráter de organização muito difícil de reprimir. Imagine uma linha de produção, como a da Ford, por exemplo, que tem nove mil trabalhadores, todo o mundo parado, de braços cruzados, não há brucutu que dê jeito naquilo. Depois dessas movimentações, entramos em outra fase, da greve dos metalúrgicos em São Paulo e novamente no ABC. De toda essa movimentação da classe operária, o que me preocupa está nesta pergunta: quais as novas formas de luta a serem utilizadas pela classe operária? Refletindo sobre a questão, a gente vê que tudo vem sempre das experiências acumuladas, que vão se transferindo, se cristalizando na consciência da classe operária. Em 68, quando assumimos a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, saído de uma intervenção federal, encontramos tudo destruído e um problema seríssimo na Cosipa. A diretoria anterior havia feito um acordo que cedia diante de algumas conquistas dos trabalhadores de antes de 64. O problema girava em torno do fornecimento de refeição pela Cosipa, que era razoavelmente boa, conquistada por anos de luta dos trabalhadores: ela agora era mais cara e pior. Tínhamos pensado em fazer uma greve de fome, deixar de comer no restaurante da Cosipa. Fizemos então no jornal do sindicato um artigo de primeira página sobre o problema que era sentido por todos. Um dia recebo no sindicato um telefonema dizendo que o pessoal estava em greve. Saí correndo para a Cosipa e marquei uma assembléia. Nós estávamos no sindicato apenas há um mês e meio e nos parecia precipitada essa atitude, uma vez que começávamos a nos organizar. Apesar destes problemas não saímos derrotados, tivemos algumas vitórias, mas, se tivéssemos organizado e preparado direitinho essa greve, não tenho dúvida de que as vitórias teriam sido maiores. O Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, agora em março, não entrou nas greves com o ABC. Mas primeiro precisamos entender uma coisa: a Cosipa não tem a mesma data de dissídio do ABC e do Interior, não é em abril e sim em março. A Cosipa é uma empresa mais ou menos estatal, pública, e o reajuste salarial é comandado pelo Conselho Nacional de Política Salarial. Sempre foi feita negociação direta, sindicato-empresa. Em 68, fazíamos nossas assembléias, tirávamos nossas comissões e íamos discutir com a presidência da Cosipa. Nós tínhamos conquistado a negociação direta e não só à época do reajuste salarial. Essas conquistas já estavam incorporadas e vinham desde antes de 64. Então, os companheiros de Santos já haviam feito as suas negociações, com um acordo superior ao do ano passado. Se pegarmos todos os acordos coletivos, vamos ver que o da Cosipa é praticamente o melhor. As outras empresas de Santos, com data de 1.º de abril, são todas de fundo de quintal, a maior deve ter no máximo 30 empregados. São num total de mil trabalhadores que fizeram assembléias e acharam que o acordo feito pela Federação estava bom. Agora, os companheiros da Cosipa fizeram greve de fome pra forçar o acordo final. Quem conhece a Cosipa imagina o que acontece nestas



greves, são mais de 12 mil refeições por dia. O movimento durou uns quatro ou cinco dias, tomando uma envergadura brutal e tendo uma organização perfeita. Criou também uma solidariedade entre os companheiros, todo o mundo com sua marmita, fazendo reuniões em todos os cantos da empresa, e o restaurante vazio. No quarto ou quinto dia, a direção da Cosipa cedeu nos últimos pontos que estavam em discussão. O sindicato fez duas ou três assembléias e terminou por fazer uma votação secreta, que durou três dias, com a participação de todos os companheiros, que acabaram aceitando o acordo. Essa forma de luta que vem do passado hoje é retomada e aperfeiçoada. Por isso é sempre importante escutar os velhos companheiros como o Delellis, que têm, sem dúvida, muita coisa pra dizer sobre formas de luta e experiências passadas. Também vale a pena ouvir aqueles que estavam na Europa, que puderam tomar contato com as lutas dos operários franceses, espanhóis e italianos. Tenho a impressão de que o movimento operário europeu tem uma preocupação em dimensionar as greves para ter um controle perfeito sobre elas. Eu fico preocupado com as greves com prazo indeterminado. Por exemplo, o proletariado italiano faz greve por tempo determinado, se dão o luxo de parar um minuto, o que exige um grau de organização brutal. E quem pára um minuto pára duas horas, pára dez dias, o tempo necessário para conseguir o que se quer. Para nós acho que chegou a hora de somar tudo e ver como é que isso pode se desdobrar, como podemos usar cada uma dessas facetas, modalidades, cada um desses tipos de pressão. Tenho a impressão de que uma das tarefas do movimento sindical, de suas lideranças, é refletir sobre toda essa nossa rica experiência, criticando o que a gente fez de errado e incorporando os acertos.

**E/E — O Arnaldo Gonçalves, de Santos, numa entrevista, falou que na Cosipa havia também uma forma de pressão chamada operação “quebra-galho”, que consistia na recusa dos operários de assumir qualquer função que não a sua.**

**GATO —** Numa empresa grande como a Cosipa, sempre há esse problema de um operário fazer outra coisa pra quebrar o galho. É um companheiro que falta, que está de férias, um que não foi reclassificado e está numa função hierárquica mais alta e a empresa continua a pagar o mesmo salário, etc. Você tem milhões de coisas pra usar numa hora de briga, a própria recusa das horas-extras é uma arma, a classe operária é muito fértil em criar mecanismos de luta.

---

## **GREVES DE ONTEM E DE HOJE**

---

**DELELLIS —** Bem, eu me proponho a traçar um paralelo entre as greves que vivi e as que acontecem hoje. Ultimamente, quando se fala em greve, existe uma tendência a diminuir a coisa, quer dizer, greve de maio, metalúrgicos, fenômeno Lula. Eu também vejo isso, mas vejo um pouco mais que isso, vejo uma diferença entre as greves de maio e aquelas que nós vivemos. Parece-me que hoje há um conteúdo novo. Em 64 greve era coisa exclusivamente de operário, hoje ela é fruto de uma conjuntura, não é só a classe operária que está nisso, mas toda a so-



cidade brasileira. O ponto de referência é a ditadura, a situação econômica, a perda do poder aquisitivo, que não é só da classe operária. Eu estou muito contente de ver que o funcionário público faz greve, os professores também e outros setores que dificilmente fizeram antes de 64, como o dos transportes, os eletricitários, etc. Mas o que me surpreende no movimento operário é que ele deu um passo na sua composição unitária: quando a gente fala em discutir a unidade, dá impressão de que ela se faz em torno de mesa. Quer dizer, eu estou meio brigado com você, depois resolvo apertar a sua mão, então fizemos a unidade. Não é assim que eu vejo a unidade, eu vejo de outro prisma. Pra mim, a unidade do movimento operário acontece quando ele recebe a adesão de um componente que nunca tinha aderido antes. Quais eram os componentes que nunca tinham aderido? Professores, funcionários públicos, médicos, a classe média, isso, na minha cabeça, é um reforço para o movimento. O que está faltando é saber como toda essa evolução de formas de luta por melhores salários vai atuar conjuntamente. Se você parte do princípio de que é a primeira vez que alguns setores fazem greve, há de convir que eles aprenderam um bocado de coisas que até então não sabiam. Isso é fator de unidade, é um dado para o movimento operário que está surgindo. Por causa disso, o movimento operário, que até então era mais ou menos isolado do contexto geral da sociedade — e, por conta dessa situação, sofria as conseqüências desse isolamento — pôde ampliar o seu espaço de manobra e de apoio. A classe operária tem que ter sensibilidade suficiente pra tratar bem esse irmão que está surgindo, tratar com carinho, pra gente não repetir alguns posicionamentos que não são do movimento operário. Por exemplo: “Estudante não tem nada que ver com o movimento operário. Estudante precisa estudar, movimento operário tem que fazer greve. O MDB está no Parlamento, a Igreja não tem nada que ver com o movimento operário”. Na minha concepção esse posicionamento é meio perigoso, nós sofremos no passado o isolamento dessas camadas da sociedade, devemos recebê-las de braços abertos, porque ampliaram nosso espaço de atuação, criaram maiores problemas pro inimigo comum, que são o governo e a repressão. Se nós observamos que isso é o novo no movimento operário, significa que aumentou nossa responsabilidade porque aumentou o espaço. E essas camadas da sociedade se convenceram de que não são tão diferentes porque usam gravatas ou porque têm curso primário. Como amarrar todo esse instrumental de luta? Ninguém mais tem dúvida quanto a isso, há um vácuo entre nós. Então ficamos até gozando nossos companheiros professores, funcionários públicos, etc. Acho que o nosso posicionamento deve ser o de procurar nos aproximar desses companheiros, pra poder transferir rapidamente a nossa experiência, mostrar que eles não fizeram nada de diferente de nós, porque nós também nos ferramos em algumas oportunidades. Foi em cima desse negócio que nós acumulamos uma experiência que naturalmente os companheiros de outros setores vão acumular, porque se aprende levando cascudos. Eu acredito que o próximo movimento dessas categorias, que agora somaram com o movimento operário, não será feito da mesma forma. Na minha cabeça, não foi a última greve dos funcionários públicos e professores, foi a primeira, só que muita gente se comportou como se fosse a última e se é a última, meu companheiro, não tem acordo, a última é última mes-



mo, você tem que arrancar tudo. Se o professor tem dificuldade porque o seu sindicato está nas mãos de pessoas que não representam a categoria, a primeira tarefa é conquistar este instrumento pra não ficar no anarquismo da greve. Então, se você acha que a greve foi anárquica, do ponto de vista do posicionamento da direção, está aí uma coisa que você pode até corrigir. Agora, se você concluir que as greves foram espontâneas, eu não posso concordar, porque ninguém faz greve espontânea, tudo é a soma de uma situação concreta. Que algumas delas foram mal conduzidas, mal dirigidas e anárquicas você sabe disso, o sujeito inventava local de assembléia na rua, corre pra cá, corre pra lá, no fim dava passeata, não assembléia. Isso demonstra uma ineficiência que tem que ser corrigida, e tem que ser levada em conta a experiência do movimento operário como um todo. Agora a pergunta é esta: onde é que nós cruzamos? Eu estou vendo por esse prisma. Outra coisa que vi nessas greves e não vi naquela em que eu participei, e precisa ser analisada, é a cobertura dos meios de comunicação, ela foi diferente na de 64 e também na de 68. Isso demonstra que essas greves que a classe operária fez não estavam desvinculadas de uma reivindicação de nação, que é a luta pela conquista da democracia, da liberdade, contra o arrocho e a fome. Eu não me lembro de movimento grevista neste país que tivesse tanta cobertura dos meios de comunicação. Isso chama a atenção pra outra preocupação: a gente não deve meter na cabeça da classe operária que os meios de comunicação burgueses são instrumentos de informação da classe operária. Pode-se criar uma ilusão a respeito disso e na próxima vez a gente se ferrar. Outra questão que consegui ver é um pouco de falta de experiência, porque neste 15 anos a coisa foi muito difícil. Isso traz algumas propostas novas que eu queria examinar: o sujeito entrou em greve e já vem a preocupação com a fome do operário e aí me parece que, se não se tomar cuidado, vai haver um desvio muito perigoso. Esse tipo de coisa traz no bojo um sentimento de paternalismo, de assistencialismo: se o operário faz greve na segunda-feira, na terça já tem uma camada preocupada com a fome do operário. Ele passa fome a vida toda, quando vai pra greve é porque está disposto a brigar. Nesse sentido acaba ficando bonito levar arroz pro operário. Ninguém melhor que o operário sabe resolver o problema da fome, ele, que a vida toda teve que quebrar o galho, não precisa agora que ninguém lhe arranje um quilinho de arroz. Em São Bernardo foi assim, enquanto todo o mundo se preocupava com o fundo de greve, essa gente foi às cooperativas das empresas e acabou com os estoques de arroz, batata, milho, etc., não compraram nenhum sabonete, pasta de dente e perfume. Eu acho muito perigosa a tese de que o operário entra em greve e vai receber os dias parados, não se aproveita a movimentação para conscientizá-lo. Devemos mostrar que, quando o operário fica 10, 15 anos, trabalhando pro patrão — e muita gente que fez greve pela primeira vez está trabalhando há 15 anos — quando ele conscientemente decide ir pra greve, está convencido que vai trabalhar todo o tempo da greve pra ele mesmo. A sua paga não é um quilo de arroz, nem o dinheiro que recebe do fundo de greve, mas a conquista de suas reivindicações. Isso é algo de novo que não vi nas greves do passado. Num determinado momento dessas greves comecei a perceber que estava havendo uma preocupação central muito malandra, que desem-



boca nas greves profissionais, e quem faz isso são os trustes, os grandes monopólios.

**E/E** — Tanto você como o Gato falam em explosão. Gostaríamos de saber qual é a raiz dessa explosão que toma conta da sociedade brasileira e faz com que várias categorias sociais, que nunca tinham realizado greves, passem, no exato momento em que ressurgiu o movimento operário, a também lutar por melhores salários e condições de vida.

**DELELLIS** — Essa questão foge um pouco da questão sindical, mas eu vou partir do movimento operário, e reconhecer, por que não?, que ele em 64, ainda que por um tempo determinado, investiu nas bandeiras da repressão. Quem perder isso de vista pode ter dificuldade de analisar 74. A repressão dizia “você vai ter casa própria porque nós criamos o BNH, seu filho vai ter escola porque nós criamos bolsas de estudo, você vai ter remédio quase de graça, vai ter assistência médica, porque as empresas vão dar, então o operário, que não sabia, pois tudo isso era novo, deu um certo crédito. Ora, como o Flores disse, se tem uma coisa que a classe operária não é é burra. Quando ele percebeu que, comprando uma casa do BNH por 50 contos, ia ficar devendo 500 milhões e, quando foi receber o PIS, recebeu 11 cruzeiros, perdeu toda a ilusão. Isso foi em 74, e em 74 só tinha o MDB, então é MDB. Isso é ser contra o governo, é uma forma de manifestação. Essa avaliação também vale pras outras camadas sociais, que, como a classe operária, investiram nas promessas de que o bolo estava crescendo. O que se comprou de carro, de apartamentinhos, alimentando a esperança de que sua fatia ia chegar, não foi fácil. E muita gente, que hoje participa da movimentação, faz isso porque investiu no bolo e no “milagre”, e hoje está com dificuldade de pagar tudo isso. A medida que essa gente se afogou, que o custo de vida subiu, e não subiu só pra classe operária, o modelo econômico da ditadura fracassou. O arrocho salarial era instrumento pra dividir o bolo que existiu, o que não houve foi a nossa fatia.

**GATO** — “O processo de profunda decepção, o massacre, foram se acumulando até a manifestação eleitoral de 74. Em 70 o governo deitou e rolou com a vitória eleitoral, mas nós estávamos saindo do AI-5, que massacrou e cassou as principais lideranças oposicionistas. Há também nessa eleição um fato interessante: se você somar os votos brancos e nulos, se o povo tivesse jogado esses votos na Oposição, já em 70 mesmo o governo teria levado ferro. No MDB, que estava desbaratado com as cassações, houve até proposta de auto-dissolução. Não se via condição nenhuma, o governo com sua máquina de propaganda infernal, o “milagre” pintado, “milagre” só pra uma minoria. O caráter de classe do regime se manifestou inteiramente em cima da classe operária e das camadas médias.

**DELELLIS** — Eu gostaria de acrescentar algo na nossa discussão que parece que foi esquecido: é o movimento camponês. A sociedade brasileira, quando discute 64, forma comissão faz isto e aquilo, fala até de unha encravada, mas não fala no camponês como se ele não existisse.

**IBRAHIM** — Bom, o que eu queria colocar é que na situação atual, e isso já desde 77, há um aspecto bastante importante, que é o conjunto das lutas populares contra o arbítrio, contra o estado repressivo e pelas liberdades democráticas. As greves colocaram na ordem do dia a questão operária e, independentemente das vitórias parciais, acho



que politicamente o fato de se estar fazendo greve, apesar da legislação, é uma forma dos trabalhadores construírem, participarem na luta do conjunto do povo brasileiro, pelas liberdades democraticas. Essas movimentações estão servindo para a ampliação do espaço político. E todo o mundo hoje, que fala em democracia, que fala em liberdade democrática, tem que, em qualquer projeto, levar em conta a realidade dos trabalhadores, do movimento operário, que exige liberdades sindicais, que exige o direito de greve, o fim da CLT e está lutando pelo rompimento dessa estrutura sindical já totalmente superada. O outro aspecto que eu queria discutir é o seguinte: essas lutas que estão se dando hoje em dia, principalmente as greves, estão apontando para o caminho do novo sindicalismo. Quando se busca a negociação direta, quando se rompe na prática com a lei da greve, quando sob vários ângulos se supera na prática a legislação sindical restritiva que nós temos, quando os trabalhadores descobrem na prática a necessidade de criação das comissões de empresa, quando várias diretorias de sindicato são obrigadas a avançar, a assumir a greve, porque a greve sai apesar da diretoria, como aconteceu no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, então, na minha opinião, essa movimentação aponta para um novo sindicalismo. E esse novo sindicalismo vai romper essa estrutura sindical e criar uma base nova de ação para a luta dos trabalhadores. Então eu vejo que todas essas movimentações estão se dando nesse caminho e isso aí é um elemento político importante.

---

## O FUNDO DE GREVE É NECESSÁRIO?

---

BIGODE — Sobre a questão do fundo de greve, quando o companheiro Delellis falou, eu fui levado pelo raciocínio dele, mas depois fiquei pensando e cheguei à conclusão justamente contrária: o fundo de greve, inclusive durante a greve do ABC, foi um avanço de organização e até



de imposição dos operários para algumas diretorias que jamais se comprometiam com as lutas dos trabalhadores. O bônus unificado do ABC saiu com a assinatura de 48 entidades sindicais, o que foi um avanço para o comprometimento do conjunto dos sindicatos e das diretorias sindicais. Ao mesmo tempo, o bônus do fundo de greve tinha objetivos educativos, explicava o sentido dela e por que uma categoria devia dar solidariedade a outra. Uma solidariedade em torno de fundo de greve, que não precisa ser obrigatoriamente feito pelo conjunto da sociedade, mas pelos próprios sindicatos, é uma forma bem objetiva da gente ter condições de manutenção de um movimento grevista. Porque, por exemplo, a combatividade dos trabalhadores é grande, mas a barriga é um fator objetivo. Só sei que as multinacionais têm capital pra agüentar 15 dias parados ou mesmo um mês. Essa é uma questão política importante que entra no jogo e nós temos que ter maneiras objetivas de ir contra isso. O fundo de greve é uma forma de fazer avançar a solidariedade entre trabalhadores. Claro que para tudo de novo que é implantado no sindicalismo você tem que ter a visão correta, senão pode ser utilizado pelo setor patronal.

**IBRAHIM** — Quando o companheiro Delellis falou eu achei que ele fundamentou a argumentação muito bem. Pra mim sempre foi certa a questão do fundo de greve. Mas, depois de conversar com algumas pessoas, cheguei à seguinte conclusão: Quando vem a greve, a gente vê em todo o mundo aquela solidariedade pra ajudar os coitadinhos que estão parados, e aí entra todo o problema do paternalismo. Em geral se recorre a quem pra ajudar os grevistas? Não é aos trabalhadores, é à pequena-burguesia, à classe média. Eu me lembro, por exemplo, que, na greve de Osasco, se fez pedágio, os estudantes saíram pra fazer arrecadação, teve espetáculos de teatro para os grevistas, etc. Só que nós, trabalhadores, realmente não recebemos nenhum dinheiro. Naquela época, inclusive, muito agrupamento político utilizou a greve de Osasco como bandeira e como modo de fazer finança. Isso aí é verdade. Essa coisa toda acabou contrariando muito a gente, porque, inclusive, nós éramos a liderança da greve e o comando de greve ficava numa situação muito ruim perante os companheiros que estavam desempregados, que estavam sendo botados no olho da rua, que estavam na clandestinidade. O pessoal pensava que a gente estava com o dinheiro na mão. Então muita gente cobrava do comando da greve essa ajuda, e nós não tínhamos visto nem o cheiro do dinheiro. Eu mesmo fui ao congresso da UNE, em Ibiúna, exatamente pra levantar essa questão e colocar a responsabilidade principal em cima da UEE que, na época, estava sob a direção do Zé Dirceu. Depois tive a oportunidade de discutir isso aí com ele e ele tampouco sabia disso. Ele sabia que tinha sido arrecadado dinheiro em nome da UEE, mas não tinha idéia de pra onde tinha ido o dinheiro. Arrecadou-se muito dinheiro pelo Brasil afora, não foi só em São Paulo, foi no Rio, foi em tudo quanto é lugar, em nome da greve de Osasco, pra ajudar os grevistas de Osasco. A gente não viu nada disso, realmente a gente precisava porque tinha nego dormindo embaixo da ponte: só no primeiro dia foram 600 caras presos lá em Osasco. Então realmente isso aí é um problema. Nesse sentido eu acompanho o raciocínio do Delellis. Agora o que eu primeiro levantaria para defender o fundo de greve é a questão da tradição, quer dizer, o movimento operário tem uma história a nível internacional, e



a questão do fundo de greve é uma aquisição do movimento sindical a nível internacional. No tempo em que eu estive na Europa fiz muito contato com o movimento sindical europeu e lá existe o fundo de greve. Há a contribuição pro fundo de greve e o nego quando faz a greve faz pela reivindicação em si, sem se preocupar com a questão de quem vai pagar os dias parados. Pra ele é uma questão secundária, porque o fundo de greve sustenta uma greve de 20, 30 dias.

GATO — Em que país você viu isso?

IBRAHIM — Por exemplo, na Bélgica. Foi onde eu vivi, eu trabalhei, eu fui metalúrgico sindicalizado, tive uma certa atuação sindical, tive uma certa militância nos sindicatos. Então existe uma segurança muito grande pro cara quando ele fai fazer a greve. E não é uma questão paternalista, não, é porque ele sabe que está pagando aquilo ali, que está acumulando. Não depende de campanha de solidariedade, não depende de almas cristãs, não. Quando eles pagam o sindicato, eles já pagam uma cota que é a contribuição pro fundo de greve. Então é o trabalhador mesmo que faz isso. Seria como se a gente depositasse todo mês Cr\$ 5,00 na Caixa Econômica ou alguma coisa assim. Então é uma aquisição, o cara faz greve e está sabendo que na pior das hipóteses vai receber os dias que parou porque tem o fundo de greve. Isso na pior das hipóteses. Ele sabe que é um dinheiro da contribuição de todo o mundo que é sindicalizado. É uma coisa que não vem de fora pro trabalhador. Fortalece muito a visão e a argumentação dele. Mas a visão que eu tenho de fundo de greve, que eu senti lá fora, é que é um patrimônio da luta dos trabalhadores. Isso inclusive tem um aspecto muito importante, que é o aspecto da solidariedade operária: o cara está contribuindo e, mesmo que ele não faça greve nesse ano, ele pagou o ano todo, e outras categorias que foram à greve, que ficaram 15, 20 dias, até dois meses paradas, se utilizaram desse fundo. Eu via então muito aquele troço do nego chegar lá e pedir um vale. O cara estava apertado, estava na pior, estava em greve. Chegou o dia do pagamento, não recebeu porque estava em greve, e ninguém voltou a trabalhar só pra receber o pagamento. Isso aí dá uma segurança pra continuar a greve e eu não caracterizaria isso como greve profissional. Acho que esse termo é um pouco forte porque não vejo nenhum problema nisso, de uma categoria toda ter um fundo pra sustentar na própria grevê. Pelo que eu senti na Europa acho que, se a gente avançar nesse sentido, vai ser muito positivo. Se o patrão endurecer, a gente endurece também, e o filho dele não vai passar fome, ele não vai deixar de pagar o aluguel, não vai deixar de pagar a escola ou de comprar o leite pro garoto. O cara faz a greve em outro nível de consciência, ele pode se sustentar, pode firmar posição, pode ir pra frente porque existe o fundo de greve e ele sabe que o fundo de greve não cai do céu, sai do bolso dele mesmo. Eu vejo por esse lado e me baseio muito mais nessa experiência dos trabalhadores na Europa pra dizer, como disse, que a questão que o companheiro Delellis levanta é muito discutível. Acho que nós temos que ver bem tudo isso mas concordo com ele que a gente não pode dar o caráter de fundo de greve ao que foi feito nas greves passadas, na greve do ABC. O fundo de greve pra mim é uma questão política, é uma questão ideológica dos trabalhadores. A gente pode colocar isso principalmente pro trabalhador,



pra que ele assuma essa responsabilidade. Do jeito como foi feito, tem um sentido paternalista muito grande. Muita gente contribui e depois vai dormir tranqüilo porque deu uma contribuição. Agora eu vejo também o aspecto político, da solidariedade, de ganhar a simpatia da população. Eu sei que teve contribuição pro fundo de greve em favelas e isso tem um sentido político muito grande. Agora, pra mim, fundo de greve é a partir do trabalhador.

FLORES — Bom, eu acho que a questão do fundo de greve, realmente a gente deve discutir muito profundamente. Quando se levanta a questão do fundo de greve, está se vendo a greve naquele momento em que ela é realizada. Mas existe um problema muito mais sério que é após o término das greves, é o problema daqueles companheiros que ficam desempregados em consequência da greve. Se a gente for somar o número de companheiros que, depois da greve, perdem o emprego, que ficam cinco, seis meses pra arrumarem um outro emprego, vai ver que é muito grande. O que me parece é que nós trabalhadores temos que lutar por aquilo que o Ibrahim deveria ter abordado e que ele conhece com maior clareza e com mais segurança do que eu, porque ele viu lá fora, que é o problema do salário-desemprego. Na minha opinião, no dia em que nós conquistarmos o salário-desemprego, nós vamos eliminar uma série de problemas que temos pela frente no dia-a-dia. Então essa é pra mim uma questão fundamental. A outra questão que o Ibrahim deveria ter abordado é a seguinte: quando se ouve falar do operariado europeu, se dá muita ênfase e se acha que esses operários são muito politizados, estão bem mais adiantados do que o trabalhador brasileiro. Mas nós temos que levar em conta que esses operários já tem uns 200 anos como classe e nós não temos isso. Eu só queria lembrar uma questão da Bélgica: eu não conheço bem esse exemplo, não sei se o Ibrahim conhece melhor. O povo do Sudão estava em luta pela sua independência, pois era uma colônia, e parece que os operários belgas estavam tranqüilos porque eles também eram favorecidos pelo governo que explorava a colônia. Há um outro exemplo também, o da Argélia. Os trabalhadores franceses desfrutavam da miséria do povo argelino. Eu desconheço uma luta deles em solidariedade pela independência dessas colônias. Eu acho que essas questões a gente deve abordar, principalmente porque em 1962 os trabalhadores brasileiros fizeram manifestações de solidariedade pela libertação do povo argelino. Nós fizemos listas pra arrecadar dinheiro para ajudar aquele pessoal. Eu não vejo a grande necessidade desse fundo de greve, porque se uma greve está na rua, uma greve de categoria, o trabalhador tem condições de fazer um pouco de sacrifício e se manter. O problema mais sério é para mim o dos que perdem o emprego. Entre os nossos companheiros metalúrgicos, tem gente ainda hoje desempregada por conta da greve do mês de novembro de 78. Então, justamente o cara participa, tem toda a atividade dentro da greve, perde o emprego, e depois pra arrumar outro é muito difícil. Se a gente for ver direito, quando se começou a distribuir mantimento nas greves, tinha indivíduo que não estava precisando e no entanto corria lá, ficava na fila pra levar. Então eu acho que, pra você ter um fundo de greve, vai depender de um trabalho de conscientização desses trabalhadores. E o que me preocupa é o seguinte: vocês já imaginaram qual é a folha de pagamento da categoria dos metalúr-

gicos de São Paulo? Quanto isso vai ficar em termos de dinheiro num dia? Já imaginou quanto a gente vai ter que arrecadar de dinheiro para pagar um dia de greve no setor metalúrgico? Ainda que você crie desde já uma taxa, vamos supor, uma taxa de Cr\$ 100,00 por mês para esse fundo de greve, nós vamos demorar no mínimo, na categoria metalúrgica, 10 anos para poder fazer uma greve de uma semana pagando todo mundo. A outra questão que eu coloco é o seguinte: se houver fundo de greve, eu vou à assembléia para deflagrar a greve. Com a gente deflagrada eu nunca mais vou voltar à assembléia para terminar essa greve. Se eu estou parado e tenho como receber, então pra que ficar trabalhando? Acho que são questões que realmente terão que ser muito discutidas. A outra coisa que me preocupa é essa: um companheiro lá de São Bernardo dizia o seguinte: que em relação aos bônus, você tinha que fazer uma discussão pro cara comprar, e de repente, apareceu um camelô que bolou lá uma foto do Lula e começou a vender. Fazia fila pra comprar o adesivo. Então a gente tem que tomar cuidado porque daqui a pouco o fundo de greve começa a ser meio de vida para algumas pessoas que estão aí de oportunistas dentro do movimento operário. A gente tem que ver de que forma será utilizado esse fundo de greve, se esse fundo de greve vai ser utilizado por aqueles que pagam aluguel de casa, se não daqui a pouco a gente vai distribuir fundo de greve para algumas pessoas que já são proprietários inclusive de casa de aluguel. Acho que são questões de educação política dos trabalhadores. E essa educação política me parece que não vem só através de fundo de greve. É todo um processo para que esses companheiros venham a ter essa consciência. No dia em que os companheiros tiverem essa consciência, nós não vamos fazer greve para aumento de salário. Aí é possível até que a gente vá chegar a desapropriar ou assumir as fábricas.

GATO — Realmente nós estamos enfrentando um problema que é muito complicado. Eu estou fazendo parte de uma comissão de advogados, que foi escalada pelo movimento sindical, pra tratar de algumas questões do fundo de greve. Essa comissão interrompeu os seus trabalhos há cerca de dois meses, porque apareceram os problemas da nova CLT. Nós tivemos premência de passar a discutir essas questões e então a questão do fundo de greve ficou um pouco congelada. Mas chegamos a fazer duas ou três reuniões. É claro que a tarefa não era definir a filosofia do fundo de greve, era encontrar algumas sugestões. Nós faríamos um anteprojeto na qualidade de assessores. Discutimos algumas coisas, porque um dos principais problemas é que, pra você fazer um fundo de greve, tem que dar uma operacionalidade a ele. Se você recolher o dinheiro e deixar na conta do sindicato, o Ministério do Trabalho te bloqueia essa conta e você fica a ver navios. Há uma série de problemas: como organizar um fundo de greve e como gerir esse fundo, como aplicar o dinheiro, etc.? É preciso aplicar esse dinheiro, você não pode deixá-lo no banco parado. A idéia inicial a que chegamos é que teria que ser criada uma entidade civil, totalmente desvinculada do sindicato, para gerir o fundo de greve. Ele não pode ficar dentro do sindicato porque numa intervenção você não consegue usar o dinheiro, ou nem precisa intervenção, basta que o Ministério do Trabalho bloqueie o dinheiro do Banco do Brasil. Mas há ainda centenas de problemas para serem resolvidos. Quanto à questão política



do fundo de greve, aí que realmente a discussão emperra. Comentando a expressão de Delellis, de que há um risco de profissionalizar a greve, eu tenho a impressão que essa coisa ocorre muito e lá nos Estados Unidos, porque a tradição do movimento operário brasileiro é um pouco diferente. Acho que dificilmente nós viríamos a incorrer naqueles erros. Primeiro que, pra você fazer greve por tempo integral, sustentada pelo fundo vai levar tempo, como diz o Flores. Veja bem, se você cobra 200,00 de cada associado, isso aí representa mais ou menos um 60 avos do salário do trabalhador. Então você precisa várias contribuições, pra pagar uma semana de greve. É realmente uma desproporção muito grande e levaria anos. Agora a desgraça toda é que pra tudo que a gente vai discutir do movimento sindical brasileiro nós temos alguma experiência do passado. Agora sobre o fundo de greve, nós não temos experiência nenhuma, pelo menos que eu conheça. Eu me recordo que na Baixada Santista — e eu cheguei lá já no fim da festa, em 63 — a gente fazia campanha de solidariedade, de venda de bônus quando a greve já tinha começado. Era justamente pra poder socorrer aquelas necessidades fundamentais que apareciam durante a greve. Mas hoje há uma constatação bem objetiva, da qual nós não podemos escapar: de uma forma ou de outra, o movimento sindical tem que estar preparado para socorrer pelo menos as necessidades mais elementares dos trabalhadores durante as greves. Então o problema é como encontrar os caminhos para a gente suprir essas necessidades da melhor maneira possível. Não acho que a solidariedade de um modo geral seja ruim, acho até que o caráter de paternalismo poderá convencer algumas cabeças, mas na grande maioria das camadas populares, que é a camada que acaba contribuindo, eu acho que tem um aspecto político muito interessante. Eu acho que agora, na arrecadação das últimas greves, o movimento sindical teve uma participação muito grande. Eu vi alguns sindicatos, conheço sindicatos na Baixada, em Guarulhos, em São Paulo, que tiveram realmente uma mobilização grande, arrecadando fundo de greve. Eu tenho certeza que o dinheiro foi entregue às direções do ABC. O que me parece é que nós teríamos que realmente tentar escapar desse caráter que existe nos fundos de greve americanos e criar alguma coisa que atenda a essas necessidades, que são prementes durante a paralisação.

DELELLIS — O problema é o seguinte: eu tenho muita preocupação com as invenções novas no movimento operário, porque sempre eu faço um paralelo com as invenções antigas. Pegue a criação das organizações de auxílio mútuo. Que argumentação era usada? Diziam que aquilo tudo ia se tornar uma potente organização sindical porque partia da premissa de que primeiro devia atender às necessidades fisiológicas, a comidinha, o aluguel. Isso tem e sempre vai ter na classe operária, tem em todos os lugares. Bem, isso passou. Eu não vivi esse problema, mas vivi a tese de que o sindicato deveria se preocupar com a saúde dos trabalhadores. Porque o trabalhador está com dor de ~~bar~~ ~~liga~~. está com verme, com tudo quanto é desgraça que você pode imaginar, e, portanto, nós não podemos subestimar essa coisa. Então, vamos começar a ajudar a tratar esse problema dos trabalhadores. Nós vamos criar um poderoso sindicalismo. Essa era a tese. Hoje tem alguém que dá assistência médica e cria sindicalismo? Se tiver está maluco, ou está muito mal informado da verdadeira situação, da bitola que isso



cria no sindicalismo brasileiro. Eu sempre acompanho os dados estatísticos do sindicato. Os dados do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo determinam que o maior sindicato da América Latina não pode ultrapassar o número de 52 mil sócios. Se ultrapassar esse número, entra em déficit. Ora, é lógico que hoje nós carcamos chumbo em cima do Joaquim, o pelego que está aí. Mas alguém, com relação a essa tese há tempos atrás, teve responsabilidade, pois defendia a idéia de que se criaria um poderoso sindicalismo. Exatamente por aí, o Sindicato dos Metalúrgicos, com cerca de 250 ou 300 mil trabalhadores, criou uma capacidade que ele próprio não pode ultrapassar. Quer dizer, ele está bitolado na sua essência. Passou de 52 mil sócios ele entra em crise, e essa crise tem que ser gerida com pelego ou sem pelego, com gente de Esquerda ou gente de Centro. Pode ser uma diretoria boa, que terá esse problema: é um problema orçamentário. Outra coisa: o movimento operário não pode medir força com uma classe que tem poder econômico e político na mão. Se leva por esse caminho, tem que se preparar pra discutir no nível do poder econômico e aí há um bruto de um desvio. Na minha cabeça, não é medindo força com o poder econômico, que a gente vai conseguir as coisas, mas, exatamente, encaminhando a classe operária pra tomar o poder econômico e o poder político. Então há um desvio: nós criamos uma poderosa resistência econômica e essa resistência econômica vai nos fazer medir forças com a classe opressora, com as armas dela, o capital. Ora, é um desvio. Eu estou discutindo algumas questões de fundo. Porque a minha concepção de movimento sindical, ouviu, Ibrahim, não é chegar ao modelo da Bélgica, isso é um desvio. O modelo da Bélgica não é o meu modelo. O modelo da Bélgica é um modelo que a gente pode discutir mais tarde. É o modelo sindicalista dos países colonialistas, onde a classe operária atingiu alguns níveis de conquista. Mas, se você vai ver atrás do movimento operário da Bélgica, tinha o Congo Belga. A proposta sindical do movimento operário, a forma de organização do movimento operário brasileiro, tem que ser vista sempre numa visão de Terceiro Mundo. Aqui nós estamos fazendo um paralelo com a visão dos países imperialistas, dos países que exploram também a classe operária de outros países. Inclusive, é a mais-valia de outros operários, de outros países, que está sendo distribuída de forma bonita em determinados países imperialistas e isso pode ser apresentado como uma conquista, o que é meio discutível. Eu estou muito mais propenso a aceitar que a força da greve, a sustentação da greve, está na ordem direta da sua organização e da sua condução, e na ordem direta da sua oportunidade. Porque greve tem isso também: se você vai fazer uma greve que dura três meses significa que o patrão, daqueles três meses, está de acordo com dois. Isso não vamos nem começar a discutir. Isso não é conclusão minha, é conclusão dos senadores americanos que criaram uma lei especial, uma lei que estabelecia 60 dias como prazo máximo para a duração das greves, porque eles sabem o que estão fazendo. Quando eles estabelecem um plano, tudo isso está mais ou menos calculado. Os riscos que o capital corre estão calculados. Eu não acredito em greve indefinida mesmo que os trabalhadores estejam organizados para sustentá-la por um ano, dois anos. Greve é aquela em que o patrão, quando você ameaçou desligar a chave, já tem quase um colapso, porque significa que a produção dele vai pro brejo. Ele vai começar a ter prejuízo



no primeiro minuto. Então, pra encerrar, eu acho o seguinte: nós estamos hoje sendo convocados pra discutir — que é um privilégio que a gente conseguiu — e por isso, com relação a essas novas invenções, acho que não podemos perder de vista que essa coisa pode ser uma arapuca.

**GATO** — Há um dado objetivo: ela é uma exigência que saiu do bojo de todas essas greves aí, de maneira que eu acho que o problema era a gente encontrar a filosofia ou a ideologia correta desses fundos de greve, porque eles são uma coisa bem objetiva. Penso realmente que a gente vai ter que enfrentar o problema e enquadrá-lo de forma que não se tenha nenhuma distorção dentro dos rumos que nós queremos pro movimento operário brasileiro.

**DELELLIS** — Deixa eu só colocar mais algumas questões de experiência prática. Com relação ao bônus, a preocupação não é nova, a forma de arrecadar dinheiro é que foi nova e me preocupou muito. A preocupação é antiga. Qual era a experiência que nos tínhamos anteriormente? A gente decretava a greve à noite. Na primeira hora a gente tinha essa preocupação, com o arroz, o leite das crianças, etc. Por isso nós temos um know-how. Na primeira hora da greve, isso nós temos fotografado, tinha piquete com alguns trabalhadores, mas tinha 1.500 na fila do feijão. A gente, pra poder fazer uma assembléia importante pra categoria, tinha que fechar a distribuição do feijão, pra que eles fossem pra assembléia. É muito sério o desvio, e eu tenho minhas dúvidas de que isso conscientiza. Em síntese, eu estou preocupado, pois, antes do problema de garantia de feijão, o movimento operário brasileiro tem outras questões mais importantes pra responder, e o Ibrahim deu um exemplo: na Bélgica tem a Central Sindical. Você vê, nós estamos investindo pouco na criação da Central Sindical e já estamos preocupados com a criação do bônus. Então eu acho que a pouca força que estamos tendo no momento histórico brasileiro nós devemos encaminhar pro fundamental do movimento operário hoje, e o fundamental não está nessas coisas pequenas. O fundamental é uma questão de vida ou morte pro movimento operário. Ou ele destrói essa estrutura sindical, ou ele fica eternamente amarrado no poder burguês.

**GATO** — Quando eu coloco que o fundo de greve é um problema que nós temos que enfrentar é porque, objetivamente, ele já está existindo, já está colocado, estão sendo inclusive tomadas as primeiras medidas. É preciso ter uma discussão de como se vai fazer esse negócio. Pra completar eu queria falar sobre aquilo que o Flores levantou: a questão de salário-desemprego. O artigo, acho que o 165, da Constituição diz: é assegurado aos trabalhadores, entre outros direitos, o salário-desemprego. Só que ele nunca foi efetivamente criado.

**DELELLIS** — Esse é o problema. O fundo de salário-desemprego é uma segurança muito maior pro sujeito fazer greve do que um quilo de feijão, porque o sujeito, quando faz greve, o primeiro medo que ele tem não é o quilo de feijão que vai faltar, mas é ser despedido. Se na hora ele souber que perdeu o emprego, tem oito meses, 10 meses ou um ano de salário-desemprego, a coisa é bem diferente. Eu estou de acordo com o exemplo europeu: ele tem um ano de salário-desemprego garantido, ele sabe que num ano vai arrumar um outro em-



prego. Ele sabe que durante um ano vai comer e pagar o aluguel. A nossa obrigação é que se coloque na ordem do dia a conquista do salário-desemprego, que já é constitucional. Esse é um dos pontos que têm que entrar nas discussões dos grevistas, porque resolve em parte o grande problema da rotatividade.

IBRAHIM — Acho que os exemplos, que estão mais próximos da nossa realidade, não são nem o belga e nem o francês, mas, sim, o espanhol e o italiano, passando um pouco pela experiência dos trabalhadores portugueses. Agora, houve uma época aqui no Brasil em que a Esquerda começou a teorizar sobre o aburguesamento da classe operária. Muita gente levanta essa questão de dizer que o operário sueco é um operário aburguesado, que o operário americano apoiou a guerra do Vietnã, por exemplo, mas a gente tem que analisar isso não só de uma maneira superficial, pelo que salta à vista. Eu estava na Suécia, quando eclodiu a primeira greve no ABC, em maio de 78. E vi lá a assembléia dos operários da Scania, que conseguiram compreender naquele momento, com a greve aqui, que os objetivos deles estavam intimamente ligados aos nossos. Lá eu participei de vários debates, várias discussões sobre as multinacionais, e sobre os objetivos comuns que nós temos, trabalhador brasileiro, argentino, mexicano, porque o patrão é o mesmo. Então, por exemplo, na Bélgica, a gente conseguiu pegar um exemplo muito concreto de uma fábrica que tinha fechado e que dispunha uns 200 operários. A fábrica argumentava que tinha perdido concorrência no mercado internacional, para uma indústria no Brasil, que tinha mão-de-obra barata, matéria-prima, etc. Inclusive eles levantavam isso para os sindicatos e provavam por a mais b. Mas depois esses sindicatos perceberam que a fábrica que existe aqui no Brasil é um investimento desse mesmo grupo econômico da Bélgica. Eles abriram a fábrica aqui e perceberam que era mais proveitoso produzir no Brasil e colocar isso no mercado internacional. Apesar do transporte e do preço do petróleo, ainda assim era mais lucrativo pra eles, inclusive podiam mandar o pessoal na Bélgica embora, pagar o salário-desemprego, que ainda era mais lucrativo. Eu também estive num debate com o pessoal da Volks da Alemanha, e a gente levantou essa questão: o modelo "Fusquinha" já não vai mais ser produzido na Alemanha, e em nenhum país da Europa, só vai ser produzido no Brasil e no México, e talvez na Argentina, e exportado para a Europa. Isso vai acarretar a dispensa dos operários alemães. Então eles têm que ser solidários com a luta do trabalhador brasileiro, que está intimamente ligada à luta deles. Está se criando hoje, ao nível internacional, comissões de estudo das multinacionais. Em cada setor sindical, em cada corrente, já estão discutindo a criação de um organismo centralizador de informação sobre as multinacionais, além de começar a criar comissões a nível de empresa. Por exemplo, pegar a Fiat e criar uma comissão com representação da Fiat em todos os países. O mesmo na Volks, Mercedes, etc. Nós estivemos também na Holanda, onde todas as centrais participaram do encontro. Estivemos lá conversando com o pessoal da Phillips a deu uma caca desgraçada porque os caras desconheciam qual era a situação dos operários da Phillips no Brasil. Voltando à questão do fundo de greve: como eu disse, o principal desvio do movimento sindical na Europa não é esse. Não podemos confundir a questão do salário-desemprego com a questão do fundo de

greve. Quando a gente argumenta que não temos experiência e que é preciso tomar cuidado com essas inovações, eu acho o contrário. Quando vejo a questão do movimento sindical, acho que temos muita luta pela frente. Aqui no debate a gente tem dois tipos de geração de operários: a do companheiro Delellis e a nossa. Eu acho que é o encontro dessas duas gerações que vai determinar a história do movimento sindical no futuro e, se a gente não conseguir resolver isso, vai haver um grande atraso no movimento operário, que tem inclusive repercussão num nível mais geral. Eu acho que a gente é importante na medida em que consegue dar contribuição. Se a gente não tem grande experiência, está na hora de começar a fazer essa experiência. Pra mim, a criação do fundo de greve está intimamente ligada à luta pelo rompimento da estrutura sindical. A nossa estrutura sindical não permite isso aí, a gente não pode incorporar o fundo de greve à CLT, porque não tem condição, e não é por aí que vai a nossa luta. Está na hora da gente começar a criar organismos que sirvam, na prática, de fatores de rompimento com a estrutura sindical. A questão do fundo de greve, eu vejo por aí. A questão é essencialmente política e a gente tem que encarar desse ponto de vista.

**BIGODE** — Eu quero falar sobre o problema que nós tivemos com o bônus, porque na verdade o seu histórico foi inclusive deturpado aqui. O histórico é o seguinte: o bônus era um trabalho sério e tinha uma preocupação constante, ele tinha que ser numerado, para evitar desvios. Os sindicatos que ficaram na sua coordenação foram: o dos médicos, o dos têxteis, o dos eletricitários, além do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. E essa coordenação era quem distribuía o bônus pra outros setores sociais.

**GATO** — Eu acho que você deveria explicar que esse bônus foi criado inclusive depois da greve.

**BIGODE** — Foi um problema sério porque o bônus tinha que existir inclusive durante a greve. Mas as opiniões contrárias a esse bônus, pelo receio inicial que as direções sindicais tinham, de um comprometimento de solidariedade com a greve do ABC, fez com que ele não saísse imediatamente. Ele foi engavetado 30 dias. Aí, quando a greve havia terminado, o bônus saiu. O que houve foi uma não-compreensão das direções sindicais do que realmente representava aquilo. E elas deixaram o bônus na gaveta, acharam outras coisas fáceis de ser vendidas e puseram em primeiro plano. Por incrível que pareça, o sindicato que mais vendeu bônus e prestou contas foi o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Os sindicatos do ABC não venderam os bônus. Com todo o respeito que temos aos companheiros do ABC, é uma crítica que eu faço. A questão de fundo de greve depende da organização e da mobilização da categoria. O fundo de greve justo, que não seja paternalista, ele vem com o avanço da organização da categoria, ele vem com direções colocadas pela categoria, democraticamente, e que representem os trabalhadores. Eu queria colocar duas coisas, por outro lado, sobre fundo de greve e greve profissional, uma experiência contra a outra. Uma é a questão, de antes de 64, que o Delellis colocou, quando a gente fazia piquete e os caras iam pegar o feijão e deixavam os piquetes. Essa não é uma atitude aca-



bada da classe operária, porque a experiência que nós temos na fábrica não é essa de que o operário prefere um proveito pessoal em vez de um proveito coletivo. A outra questão que eu gostaria de deixar clara é sobre a argumentação do Delellis em relação à assistência médica do Sindicato de São Paulo. Eu acho que a afirmação de que a capacidade do Sindicato dos Metalúrgicos só vai até 52 mil sócios, porque, se passar disso, o sindicato não tem assistência médica pra oferecer, é problemática. Ela não pode ser utilizada como foi na assembléia pela diretoria, como argumento pra gente não fazer sindicalização ampla. E digo por que: depende da forma que se fizer a sindicalização ampla. Nós temos que conscientizar o trabalhador: se nós explicarmos em discussão, os trabalhadores vão entender que não é lá no sindicato que eles tem que ir buscar assistência médica. E sim no INPS, aí organizaremos uma luta para dinamizar o INPS. Com relação ao bônus, volto a dizer, a deturpação sobre o fundo de greve foi grave, porque foi a primeira vez que eu vi na minha vida o movimento estudantil ser solidário e sério, ele se pôs sob a direção da classe operária. O estudante não pegou dinheiro, não, a grande solidariedade foi feita em nível de alimento e não de dinheiro.

GATO — Ninguém disse que era estudante, o que se falou aqui é que teve gente que se aproveitou da situação.

FLORES — Com relação ao problema de fundo de greve, nós tivemos uma situação em São Paulo: quando terminamos a greve de 78 e de cara 250 foram despedidos, nós saímos pra tentar a criação de um fundo, pra atender às necessidades imediatas daqueles companheiros. Na época a onda de sindicalismo autêntico estava na moda e a gente formou comissões e conseguiu falar pra esses sindicalistas autênticos no sentido de conseguir deles solidariedade e ajuda ao pessoal de São Paulo. Nós fizemos reuniões em Santo André e em Osasco, com o pessoal de Santos, de Guarulhos, de Campinas, e em parece que esse fundo de greve, esse bônus, têm origem nessas batalhas que nós iniciamos. A gente tem que deixar bem claro que houve uma certa participação dos trabalhadores, no sentido de forçar as direções sindicais para assumir esse tipo de coisa. A idéia do fundo de greve foi iniciada pelos metalúrgicos de São Paulo.

BIGODE — O companheiro está certo, a idéia pode ter partido disso, contudo na sua concretização foi com a greve do ABC, a partir da Intersindical.

---

## **ABAIXO A ESTRUTURA SINDICAL!**

---

FLORES — Foi no Congresso Nacional dos Metalúrgicos que o Gato, o Valdemar e eu denunciámos publicamente essa estrutura sindical. Isso em 1972. Daí em diante ficou mais fácil continuar com esse tipo de denúncia. Eu faço uma separação entre CLT e estrutura sindical: a estrutura sindical deve ser uma coisa e a CLT outra, completamente diferente. Antes de tudo a gente tem de conquistar a



separação disso. Inicialmente, eu e o Delellis achávamos que eliminaríamos a estrutura sindical através de um choque político. Mas a vida está mostrando que esta eliminação ainda vai levar alguns anos e que o combate vai se dar dentro da vida e da luta sindical, utilizando o mecanismo que queremos destruir. As comissões de fábrica também serão uma força na luta contra a estrutura sindical, mas o importante é a conscientização dos companheiros, de que o mandato que vão ter nas comissões não pertence a eles e sim a todos os trabalhadores que vão elegê-los. Nesse sentido tivemos uma experiência com os companheiros da Caterpillar, pois assim que eles perderam o emprego recorreram à Justiça pedindo estabilidade. A empresa não os readmitiu, mas teve que pagar aos companheiros, que receberam 15 ou 16 meses, sem estarem dentro da fábrica. Não vejo, por outro lado, muita diferença entre comissão de fábrica e delegado de fábrica. Se conseguirmos fazer com que os delegados sejam eleitos, me parece que vamos ter uma comissão de trabalhadores com o nome de delegado sindical. Quanto ao imposto sindical, não vejo como entrave para o desenvolvimento da luta do trabalhador. Não acho que na hora que conseguirmos eliminar o imposto sindical estaremos eliminando também a estrutura sindical. Temos é que lutar para que esse imposto seja administrado pelos trabalhadores. O imposto sindical — desde que não se dê satisfação ao Ministério do Trabalho, ao



delegado regional do trabalho — pode ser mantido, porque é uma das formas de fazer o sindicalismo crescer. Podemos achar que ele gera o peleguismo, mas, se eliminarmos o imposto, o sindicato pelego vai ser mantido de uma outra forma, dentro da estrutura sindical que está aí. O trabalhador deve ser consultado em assembléia quanto à aplicação desse dinheiro. Isso pode significar que os 20% dados ao fundo-desemprego poderiam ser utilizados talvez em um fundo de greve. Seria resolvido também o problema das confederações, federações e dos sindicatos fantasmas existentes no interior, que não servem ao trabalhador, pois esse dinheiro não seria liberado para eles. Não acho que o problema do sindicalismo brasileiro seja o imposto sindical. A questão é que ele está totalmente vinculado ao Ministério do Trabalho e ao governo. Temos, isto sim, que lutar pela desvinculação do sindicalismo da máquina governamental. Eu eu vou mais longe. Acho que os sindicatos devem ser dependentes do trabalhador e desvinculados de qualquer organização partidária. O que não quer dizer que militantes deste ou daquele partido não devam se filiar ao sindicato e lutar pela aplicação da linha na qual ele milita. Mas não se pode misturar sindicato e partido.

GATO — O debate em torno da questão da separação entre estrutura sindical e Estado é muito antigo. Flores aponta 1972, mas essa época foi apenas a retomada incisiva do problema que já era debatido desde 1946, no Congresso Nacional. Com a democratização de 1946, a Constituição e outras leis ordinárias não foram efetivamente alteradas. É que no Parlamento não havia uma correlação de forças favorável à destruição da estrutura sindical, feita para as classes dominantes, para a burguesia tutelar o sindicalismo trabalhista. O sindicalismo patronal está sob esta mesma estrutura, mas a classe patronal não tem necessidade de fugir dela. É a classe operária que tem necessidade de escapar desta estrutura fascista. Ocorre também que, antes de 64, os operários já lutavam contra essa estrutura sindical. Só que, havendo no período um certo grau de democracia, a preocupação dos companheiros não era tanto com a estrutura sindical, pois eles passavam por cima dela, revogando a legislação na prática. Tanto é assim que fizeram a Central Geral dos Trabalhadores e dezenas de entidades que organizavam horizontalmente os sindicatos, totalmente ao arrepio da lei. Depois de 64, o Estado não precisou de mais nenhuma vírgula para intervir em sindicatos, cassar dirigentes sindicais, bloquear contas, etc., porque a lei já estava posta. Uma coisa que devemos ver com seriedade é a questão do unitarismo sindical. É um engano pensar que o unitarismo sindical é uma idéia fascista, corporativista. O fascismo de Mussolini foi buscar em cada canto o que lhe interessava para montar um sistema corporativo fascista. Claro que no sistema fascista interessava o sindicato único por categoria, em contraposição ao sindicato patronal, e o Estado controlando os dois, formando o corporativismo. Mas isso não significa que a unidade, o unitarismo sindical, seja ruim, só porque o fascismo botou a mão. Acho que unitarismo sindical significa manter a unidade, evitando a pulverização do aparelho sindical, dando a ele qualidade nova através de uma profunda reforma democrática. Eu colocaria nessa linha de

raciocínio princípios, pra mim, quase dogmáticos: a unidade sindical, a independência sindical e a autonomia dos sindicatos em relação ao Estado, aos patrões, obviamente, e aos partidos políticos. E de tal forma que o sindicato não seja uma correia de transmissão da plataforma de nenhum partido e que dentro dele possamos ter uma vivência democrática tão grande de modo que haja espaço para todas as correntes políticas atuarem. Sob o prisma da unidade dos trabalhadores, dentro daquilo que é do alcance da luta dos sindicatos, não há contradições entre as posições político-partidárias. As contradições ideológicas — visões políticas diferentes de como organizar a sociedade — não significam que eu não possa ter unidade naqueles objetivos comuns que são as tarefas sindicais. Segundo as informações que temos, nos países onde o sindicalismo tem sido organizado conforme tendências ideológicas, acompanhando as plataformas políticas de cada partido, como é o caso do sindicalismo francês e italiano, há hoje um esforço muito grande no sentido da união acima da visão política que tenha cada um dos partidos políticos. Isso não significa, entretanto, que o dirigente sindical ou o trabalhador não deva ter militância. Eles devem ter. Claro que não vão ter visão de partido de Direita. Eu acho isso difícil. Mas, mesmo que aconteça (e há trabalhadores de Direita no Brasil, que votam na Arena), não significa que na luta dentro do sindicato cheguemos ao ponto de rachar em vários sindicatos, organizando-os de acordo com a concepção política. Afirmando ainda que no Brasil teríamos que mudar radicalmente a qualidade da organização da estrutura sindical. Primordialmente seria o rompimento total com o Estado, de modo que o Ministério do Trabalho não pudesse mais fazer e desfazer dentro do sindicato. O Ministério exerce influência diuturna sobre o sindicato, apesar disso aparecer mais claramente em épocas de problemas maiores. O sindicalista tem que ficar tomando a benção do delegado regional do trabalho e de tantos outros. Até para fazer uma assembleia geral é preciso ter uma autorização da DRT. Eles podem mexer nas contas, podem fazer intervenção. Até mesmo a eleição sindical é totalmente controlada pelo Ministério do Trabalho, que só libera os nomes de quem pode concorrer cinco ou seis dias antes do pleito, o que é uma forma de cassação branca. O próprio AI-5, que caiu num plano, continua existindo em outro, sobre a classe trabalhadora e os sindicatos. A qualquer hora pode haver uma intervenção, como aconteceu recentemente no ABC, que didatizou muito bem para as grandes massas qual é o problema da estrutura sindical brasileira. Quanto ao problema das federações, a questão central é a da necessidade de sua democratização, a democratização de suas eleições através da eleição direta ou através do voto de qualidade. Pois vejamos: o Sindicato de Jaboticabal, que tem 150 associados e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que representa 300 mil trabalhadores, têm voto com o mesmo peso da hora de eleger a federação. E me parece que não tem nada de democracia nisso, pois permite uma série de grandes distorções. Se houvesse um voto de qualidade — ainda que fosse indireto, porque eu sou a favor da eleição direta, cuja operacionalidade é difícil — seria uma lufada de vento novo nas federações e nas confederações, também. A questão é democratizar profundamente a vida dessas entidades e



isso, é claro, num processo global de alteração da estrutura sindical. É preciso revogar o 5.º capítulo inteiro da CLT, que trata do direito sindical brasileiro e, ainda, criar a Central Única ou Central Geral dos Trabalhadores, e conquistar a plena liberdade dos sindicatos se organizarem horizontalmente. Vejo também com muita preocupação a defesa da Convenção 87 da OIT. Tem duas ou três coisas que nos interessam, mas na medida em que ela prevê o plurissindicalismo, numa mesma categoria profissional, faz o jogo dos patrões. Porque, se isso acontecer, a Volkswagen, na hora que quiser, organiza 10 sindicatos lá dentro. E isso só vai servir à classe patronal. Do ponto de vista do sindicato da categoria é claro que nós temos necessidade do delegado sindical, que precisa ter assegurado o direito de emprego. A comissão de fábrica, pra mim, reúne vários delegados de fábrica e acho que elas devem estar ligadas ao sindicato num trabalho de mão dupla — o sindicato levado para dentro das fábricas e as fábricas e os trabalhadores levados para o sindicato. A minha preocupação é que se parta disso para fazer um sindicalismo paralelo.

**E/E — A pergunta com relação ao sindicalismo paralelo é no sentido de que há opiniões de que as comissões de fábricas devam ser totalmente separadas dos sindicatos. Essas opiniões não acabam permitindo o sindicalismo paralelo?**

**GATO —** Tudo depende da orientação que se dê, do grau de consciência e do rumo político que todos os militantes têm, da visão que tenham do movimento sindical. Acho que, quando se fala em delegados, comissões, tudo isso está colocado num conjunto de medidas que temos que adotar para mudar profundamente a estrutura sindical brasileira. Nesse sentido, os delegados e comissões devem estar estreitamente ligados aos sindicatos. Já houve experiências no Brasil no sentido de se tentar criar o sindicalismo paralelo, mas não deu certo. Eu acho que, se por um lado a luta pela transformação da estrutura sindical deve ser estritamente dentro do sindicato, por outro ela tem que ser por fora, também porque isso implica na revogação de uma série de leis. Nesse sentido é preciso contar com o apoio do Parlamento e de vários setores que hoje fecham conosco na reconquista da democracia. A luta para se conseguir sindicatos independentes, livres, autônomos, não é apenas do movimento sindical, mas também dos partidos políticos, das outras forças da sociedade, organizadas em movimentos populares.

**E/E — Há tendências que afirmam que a estrutura sindical pode ser quebrada se não houver participação dentro do sindicato. A questão é nesse sentido.**

**GATO —** Houve experiências no passado, talvez o Delellis tenha mais informações sobre isso, experiências que não renderam nada. Na prática não funcionou o sindicalismo paralelo. Não deu certo porque você não muda uma concepção de vida operária da noite pro dia. Eu não vejo como operacionalizar um sindicato paralelo nas condições em que se encontra estruturada a vida política brasileira, o sistema de dissídios coletivos, de reajustes salariais. Em outros países isso foi possível — me parece que na Espanha essa experiência foi vitoriosa — mas no Brasil, ainda mais agora, pensar que nós va-

mos romper com o sindicalismo que está aí organizado é coisa que, por motivos políticos, eu não vejo com bons olhos. Toda essa questão de liberdade sindical está ligada ao próprio avanço democrático da sociedade, à reconquista de coisas que nós perdemos em 1964. À medida que tenhamos isso, iremos conquistando a autonomia sindical. Quanto ao imposto sindical, minha posição é mais ou menos a do Flores. Hoje o movimento sindical se posiciona pela extinção gradativa desde que consiga outras receitas para suprir a sua sobrevivência. E isso porque, se você acabar com o imposto sindical de uma hora para outra, estará destruindo o aparelho sindical, o que seria fazer o jogo da classe patronal. Ademais, se o imposto sindical faz surgir o peleguismo, permite também a existência de Santo André, São Caetano, São Bernardo, assim como permitiu o surgimento do trabalho do Ibrahim e de tantos outros. Em suma, a ênfase não deve ser dada à questão do imposto sindical, mas sim à liberdade e autonomia em relação ao Estado e aos partidos políticos.

**IBRAHIM** — A questão da estrutura sindical é fundamental para nós. É um grande definidor de águas. Temos que ver que na atual situação do movimento sindical brasileiro não há nenhum dirigente sindical que defenda essa estrutura. Para fim hoje a questão se coloca num outro nível: como combatê-la e que tipo de alternativa oferecer? A crítica que faço à estrutura sindical é bastante radical e começa pelo direito do Ministério dar ou não carta sindical, reconhecer ou não a validade da existência de um sindicato. Isso para mim é questão do trabalhador e não existe nenhum outro poder, seja Estado, partido político ou Igreja, que decida isso. O próprio estatuto, que define o tipo de funcionamento de um sindicato, é atribuição do próprio trabalhador. Mas na realidade as coisas acontecem de outra forma. Veja a própria questão das finanças do sindicato que são controladas pelo Ministério. O dinheiro tem que ser depositado no Banco do Brasil e o Ministério tem o poder de congelar a qualquer momento a conta. Quanto à questão do imposto sindical eu, em princípio, não discuto sua extinção ou não, sua gradatividade ou não. Isso é problema dos trabalhadores. Eles é que devem decidir à medida que passam a ter um controle do seu sindicato, a definir os estatutos, o funcionamento da sua entidade e, conseqüentemente, a questão financeira que vai ser discutida. Em suma, todas estas questões estão vinculadas às das liberdades sindicais, das conquistas que a gente tem de conseguir. O fundamental é como combater a estrutura sindical, pois para mim ela é a principal camisa-de-força dos trabalhadores, que impede a sua organização e além disso fomenta a sua desorganização. Quanto à atuação por dentro ou por fora do sindicato, eu vejo as duas coisas. O tipo de sindicato que nós temos hoje é o grande ponto de referência, pois a história do movimento sindical brasileiro foi feita em torno dele. Mas essa mesma história está criando uma visão crítica da legislação. Acho que, pouco a pouco, os militantes operários mais avançados, que assumem a luta, estão conseguindo ter uma visão crítica do nosso tipo de sindicato. Eles estão vendo que o sindicato são os próprios trabalhadores que fazem, apesar de termos um Estado e toda uma série de injunções que procuram enquadrar a organização legítima dos trabalhadores. Já está havendo esse tipo de consciência e isso é muito importante. Se



não houvesse isso não se fariam as greves apesar da lei, não se organizariam as comissões de fábrica apesar de nossa estrutura sindical não permitir isso, não se colocaria na ordem do dia a questão do fundo de greve. Eu digo, ainda, que a nossa estrutura sindical não permite a organização dentro da fábrica. Sendo assim, à medida que a greve leva a palavra de organização pela base das comissões de fábrica, a gente está rompendo com essa estrutura e ao mesmo tempo criando um outro tipo de mentalidade sindical. Não vejo isso desvinculado do que é o nosso sindicato. Vejo isso no sentido do combate a partir da própria estrutura sindical. Não dá pra separar as duas coisas. Não conheço hoje nenhuma tendência política que assuma a questão do sindicato paralelo. Existe aí muita confusão política. Se você for ver bem esse tipo de prática perceberá que, na realidade, esse pessoal gravita em torno do sindicato oficial, se enquadra na dinâmica das assembleias, das campanhas salariais, das eleições sindicais. E por todas essas razões é que eu levanto a coisa ao nível da confusão política.

**GATO** — A prática está mais avançada que a consciência e vice-versa.

**IBRAHIM** — Sim, essa confusão é própria do movimento sindical, que sofreu a pressão de 64, que teve uma experiência em 66, 67 e 68, de rearticulação, e que sofreu um baque muito grande. Recentemente começa a se rearticular, e essas confusões são próprias do momento.

**E/E** — Existe uma questão bastante controversa, que abrange dois polos opostos e que é a seguinte: como se ligariam as comissões de fábrica com os sindicatos: se totalmente desvinculadas formando as interfábricas ou se estreitamente vinculadas aos sindicatos? A pergunta é se, no primeiro caso, não estariam em verdade praticando o sindicalismo paralelo.

**IBRAHIM** — A posição de se organizar pela base as comissões de fábrica é, para mim, justa, e é a experiência que nós estamos vivendo atualmente. Agora, nessa questão da desvinculação, eu acho que não dá para vincular uma comissão de fábrica dentro da legislação sindical, que é a CLT. A nossa experiência em Osasco é que a gente tinha comissão de fábrica que era legalizada, e todo ano tinha eleição.

**GATO** — Legalizada por um contrato coletivo?

**IBRAHIM** — Não, legalizada ao nível de um contrato entre os operários da fábrica, tinha uma existência formal, mas não estava enquadrada na legislação sindical, porque isso aí ela não permite. Inclusive, não é nosso papel lutar para que isso seja enquadrado dentro do regime da CLT. Ao contrário, nós queremos eliminar esses aspectos da CLT, seja a organização sindical, seja a questão de estar ligada ou não ao sindicalismo, às comissões. O sindicato é, para mim, a relação da diretoria com a base. Em Osasco, havia uma relação íntima entre nós da diretoria do sindicato e as comissões de fábrica.



Inclusive, nós defendíamos a organização delas, assim como a sua autonomia, porque nós, enquanto diretoria, estávamos sujeitos a uma série de imposições da legislação. Assim, as comissões de fábricas não tinham por que ser extensões dessas imposições, sofrerem isso. Então, elas tinham autonomia ao nível político, do trabalho, da nossa relação com o conjunto da massa, estávamos de acordo e trabalhávamos juntos. A gente sabia que o governo podia intervir no sindicato e afastar a diretoria, mas não tinha condição legal de intervir nas comissões. A comissão de fábrica é, para mim, um organismo representativo dos trabalhadores dentro da fábrica, seja ele sindicalizado ou não, pois nós sabemos que os sindicatos, em termos legais, representam uma parcela bastante minoritária. Então, a comissão tem um caráter mais amplo que o sindicato.

**GATO** — Acho que é preciso examinar uma série de colocações, quando você afirma que, enquanto direção sindical, está sujeito a uma série de balizamentos, que a comissão de fábrica não tinha. Se a questão é colocada num fundo conjuntural maior do que o que se quer, com o rompimento de todo esse liame entre Ministério do Trabalho e os sindicatos, talvez mude o enfoque completamente. Quando você coloca que a comissão de fábrica não pode ser legalizada, eu admito, se justamente operacionalizada dentro da fábrica, num processo em que o sindicato também não tenha mais nenhuma vinculação com o Ministério do Trabalho. Esse profundo relacionamento que você tinha com as comissões de fábrica é, nessa visão global de desentramamento completo, a autonomia, liberdade e unidade do movimento sindical. A direção sindical que eu imagino é aquela que está profundamente identificada com os trabalhadores.

**E/E** — Uma das reivindicações de São Bernardo, nas greves de março, era o delegado sindical. Então, como é que ficaria esta questão se o delegado sindical fosse aceito dentro de uma negociação coletiva?

**IBRAHIM** — Por exemplo, quando houve a greve de Osasco, a gente não poderia levar a questão salarial antes da campanha, devido ao tipo de enquadramento que a gente teria. A campanha salarial tem um certo calendário, tem assembléia, formação de comissão de salário, discussão com o representante da DRT. A primeira campanha salarial que nós tivemos nos levou a não entrar em dissídio, por decisão das próprias comissões de fábrica. Na greve de julho foi fora da campanha salarial, também por decisão das comissões. Quando a direção sindical assume a luta contra a estrutura sindical com uma certa conseqüência, ela começa no dia-a-dia a esbarrar na legislação sindical: ou você a cumpre ou atua fora dela. Na questão das comissões eu defendo, em tese e ao nível geral, que, enquanto a gente tiver esse tipo de estrutura sindical, as comissões de fábrica precisarão de uma grande autonomia em relação à direção do sindicato, pois a direção é muitas vezes obrigada a conciliar, a se enquadrar na legislação, mesmo que taticamente. Desse modo, não tem por que estender isso às comissões de fábrica, que são órgãos muito mais amplos. Onde a gente tiver uma direção sindical autêntica, a relação será muito mais íntima.

**GATO** — Mas você acha que essa comissão deve fazer pressão junto à diretoria ou atuar totalmente desligada do sindicato?

**IBRAHIM** — Acho que o ponto de referência é sempre o sindicato. Se a direção sindical é sensível a isso, ou se perde, é outro tipo de problema.

**E/E** — A conquista do delegado sindical significaria um passo para a conquista da comissão de fábrica?

**IBRAHIM** — Para mim, a figura do delegado sindical tem um sentido. Eu não vejo o delegado sindical sendo indicado pela diretoria, ele não é uma extensão da estrutura verticalista que nós temos.

**GATO** — Para mim, o delegado sindical nunca é escolhido pela diretoria. Se o sindicato conquista, numa negociação coletiva, a estabilidade para um delegado sindical para cada grupo de 50 trabalhadores, ele vai ser escolhido dentro da fábrica pelos companheiros, democraticamente.

**IBRAHIM** — Para mim, quando se abre uma eleição dentro da fábrica, pode ser qualquer um candidato, seja sindicalizado ou não. Se você entra por esse critério, amanhã aparece a seguinte posição: só vota nos candidatos quem é sindicalizado, daí você pode reduzir a participação democrática dos trabalhadores ao nível de 20,15 ou 10%, dependendo da categoria. Então, quando se forma uma chapa e se parte para uma eleição sindical regida pelo CLT, e só vota companheiro sindicalizado, quite com a mensalidade, com seis meses e tal, há um enquadramento que deve ser respeitado. Mas, se a gente está lutando por um outro tipo de prática de rompimento com esta estrutura, nós não podemos utilizar os mesmos critérios de só votar ou se candidatar quem for sindicalizado. Aí entra a questão que eu tenho de organização dentro da fábrica, pois qualquer organismo a nível de fábrica tem de ser representativo dos trabalhadores, seja ele comunista, socialista, cristão, ou o diabo. O novo tipo de estrutura começa, dessa maneira, a partir da visão democrática de participação e de representatividade: é a partir daí que nós estamos rompendo essa estrutura sindical, na prática. E, quando falei do CGT, resgatando todos os aspectos positivos da experiência e de seu estágio, eu levantava que não era a forma mais conseqüente de romper com essa estrutura sindical. Porque ela estava sendo feita de cima, e o rompimento tem que começar de baixo. E, se hoje a gente fala em outros termos, é inclusive por causa das lutas do passado, era a alternativa possível, naquele momento. Se naquela época a classe operária tinha um nível quantitativo e qualitativo que era importante também, em 15 anos isso mudou muito, ela evoluiu. Se naquela época tínhamos duas gerações de operários, hoje nós temos quatro ou cinco.

**BIGODE** — O que eu queria colocar sobre o companheiro não-sindicalizado é que, para ele chegar a disputar um cargo como delegado sindical, pelo nível de trabalho que ele deve realizar e ter dentro da fábrica, é claro que ele já estará sindicalizado.



GATO — O fundamental é ver como o delegado sindical se relaciona com o sindicato. O sindicalizado já tem quilômetros de rodagem, mas é verdade também que, numa fábrica que só tenha 20% de sindicalizados, a coisa também tem que ser pensada. Porém, em contrapartida, eu coloco o seguinte: se você faz uma eleição para delegado sindical na Baixada Santista, onde o nível de sindicalização é 90%, a coisa já muda completamente de figura.

IBRAHIM — Essa questão é importante: eu conheço gente em Osasco que é sindicalizado só porque o sindicato oferece médico, e conheço outros operários que acham que a diretoria sindical não está fazendo nada e rasgaram a carteirinha na frente do sindicato.

GATO — Parece-me uma atitude incorreta, é a mesma coisa que a gente rasgar o título de eleitor porque não temos eleição. Acho que o fundamental é a gente conceituar o caráter da comissão, do delegado sindical. É claro que, se o companheiro é eleito delegado sindical, o mínimo que ele tem de fazer é se sindicalizar.

BIGODE — É por isso que o companheiro tem que se sindicalizar, inclusive, se ele quer desalojar as direções sindicais não-combativas.

GATO — Eu duvido que um delegado sindical escolhido pelos companheiros não queira ser sindicalizado. Agora, o mais importante é a gente discutir o caráter da comissão de fábrica: se ela é de mão dupla com o sindicato ou se ela é paralela ao sindicato.

IBRAHIM — Parece-me que, atualmente nas assembléias, todo o mundo defende a participação dos sócios e não-sócios, para decisão da greve ou da campanha salarial. Todo o mundo se scandalizou quando o Joaquim chamou a polícia para pedir a carteira de sócio, de sindicalizado, e todo o mundo defendeu que se devia participar com voz e voto nas assembléias. Inclusive, na última assembléia que vocês fizeram no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, ganhou a posição da participação dos sócios e os não-sócios. Então, como é que fica isso, se se defende isso aí e, ao mesmo tempo, se coloca a posição que o delegado deve ser sindicalizado? Se o cara não pode ser eleitor como é que ele pode ser eleito? A comissão de fábrica representa o conjunto dos trabalhadores e na questão do delegado é o mesmo critério de ser votado e poder votar, para qualquer trabalhador. A partir daí é que eu vejo a nova estrutura sindical nascente. Isso não é nada paralelo, pois ela contesta e questiona na prática essa estrutura sindical, que vai ser combatida ainda por muito tempo, por dentro e por fora. Agora, a gente tem que ver isso aí vinculado com a luta geral de todo o povo brasileiro pelas liberdades democráticas contra a ditadura. Só assim a gente vê que tipo de significado tem a luta contra a estrutura sindical. Por outro lado, levantando a questão do partido político, acho que o mais importante, independente das articulações que existem por aí, é que setores mais avançados dos trabalhadores estão discutindo a questão de nós necessitarmos de um partido político. Isso significa um avanço muito grande. Para mim, a luta contra a estrutura sindical não está desvinculada da questão partidária, de nosso instrumento de expressão

política. Acho, também, que nós não vamos ser capazes de ter esse instrumento, se na nossa luta a gente não romper com isso e avançar. Senão, a gente vai assumir a criação de um partido de elite, de cima para baixo, e, inclusive, vão surgir alguns querendo falar em nome do trabalhador. Um partido voltado para o trabalhador é um processo, e nele está a luta pelo rompimento dessa estrutura e pela criação de um sindicalismo independente. É uma luta conjugada e nós estamos nesse processo.

---

## UM PARTIDO DO TRABALHADOR

---

DELELLIS — Essa é uma questão muito séria, e eu gostaria de me recusar a discuti-la. Eu tenho a responsabilidade de me posicionar em cima de uma experiência prática de anos, de uma militância que começa em 42. Para chegar a algumas conclusões, eu levei 10 anos de militância no sindicato em si, mais 15 como sindicalista que dão um total de 25, e levei três anos, de 64 a 67, avaliando esses 25 anos de atividade sindical, levando em conta todos os aspectos. Não tenho jeito de sintetizar tudo isso numa palestra, mas posso dar alguns pontos para não falarem que eu não estou participando. É uma avaliação que eu quero transmitir à nova geração de operários, simplesmente porque, quando eu comecei no sindicalismo, eu não encontrei essa avaliação. Acredito que seja essa a dificuldade que eles vão encontrar. No meu ponto de vista, o movimento sindical brasileiro e a classe operária já atingiram a etapa da discussão da estrutura sindical. Muita gente pensa que isso sempre esteve em debate, mas não é real, porque existia uma filosofia de aplicação sindical, que não entrava na discussão. Não é verdade que desde 37 essa estrutura está sendo discutida. Desse modo, já é uma conquista o debate sobre a estrutura sindical, mas nem sempre foi assim, houve um investimento para se levar numa primeira fase um debate sobre ela. A discussão pequena, de grupos pequenos, adquiriu uma dimensão que hoje é nacional. É a primeira vez que o nível de discussão atinge tal dimensão, e o difícil é que nós estamos fazendo uma discussão teórica da coisa, em cima de uma checagem da estrutura sindical acompanhada de uma prática. Então, nós somamos as duas coisas, a discussão teórica em cima da experiência prática, em cima de outra experiência prática, que a classe operária vem tendo, dentro dessa nova mentalidade de que essa estrutura sindical não resolve o seu problema. É uma afirmação válida dizer que mais ninguém defende essa estrutura sindical. Mas, se ninguém a defende, afinal, por que ela não se modifica? Então, não se trata da discussão da estrutura, trata-se da discussão em cima de uma prática real, em cima de uma experiência real. Então, não se trata de uma discussão de sociólogos, é uma discussão a que nós temos que responder para baixo, imediatamente, porque a classe operária está se movimentando. Numa época passada, eu pensei que a estrutura sindical fosse tão frágil, tão corrupta, que cairia relativamente fácil. Hoje estou me convencendo de que, apesar de tudo isso, ela tem uma capacidade de resistência e por isso o movimento ope-



rário tem que triplicar a sua capacidade para enfrentá-la. Cheguei a supor que, na "abertura", a estrutura sindical talvez caísse como caiu o AI-5. Porém, com relação ao movimento operário, estou convencido de que muito trabalho precisa ser feito, assim como muita discussão. Outra coisa, discute-se muito a estrutura sindical, na base de ver a relação com o Ministério do Trabalho ou só ver a questão do delegado, da comissão de fábrica. Não, a estrutura sindical é mais ampla que isso, se esquece que tudo isso é vinculado. A estrutura do INPS, a aposentadoria, não tem que ver com essa estrutura sindical? Há uma vinculação, não é o sindicato que tem a obrigação de dar a assistência médica, isso tem a ver é com o INPS. Pode-se discutir a estrutura sindical sem levar em conta a correlação política de forças, o momento político? Não, não se pode, você pode fazer é uma avaliação da estrutura sindical, num determinado momento político de correlação de forças. Pode fazer a avaliação, mas na hora de você fazer uma proposição para essa modificação, você tem que levar em conta a correlação política. Feita a avaliação, você vai determinar com maior facilidade a tática adequada que você tem para acompanhar aquela proposta. Quando nós fizemos a proposta de derrubar a estrutura sindical, era mais simples porque se tratava de colocar o inimigo a nu perante a classe operária; mas, na hora em que você vai fazer a proposta de modificação, é diferente, porque você tem que estabelecer a estratégia para o movimento operário se libertar dessa estrutura sindical. Hoje, ninguém mais tem a coragem de defendê-la em público, como até bem pouco tempo nenhum político tinha coragem de dizer que era a favor do AI-5. Mas daí a você estabelecer a priori, junto com a proposta, a tática que você tem para chegar à conquista, parece-me meio precipitado. E não vai ajudar a soma numa unidade. Nós temos a avaliação completa da estrutura sindical, mas a questão que se coloca é saber qual a tática que o movimento operário estabeleceu. Aí, quando você ainda não tem uma tática, pelo menos ao nível de consenso, então dá nisso, não tendo a tática, o movimento operário começa a receber receitas. Dá a impressão de que o movimento operário, ao invés de somar unitariamente, começa a se dividir no bate-boca, perder tempo com relação às receitas que cada um traz no bolso. A gente sabe que, para criar uma receita, não é preciso mais de cinco sujeitos em torno de uma mesa. Agora, levar isso para a classe operária é outra coisa. Para se chegar à discussão no ponto em que nós chegamos, não foi fácil para a vanguarda da classe operária, correu muito cacete por aí. E, para que não se faça injustiça a nenhum companheiro que lutou, que pagou um alto preço, que não teve a chance de estar discutindo aqui, eu não individualizo nenhuma experiência. A denúncia da estrutura sindical está cumprida, foi feita, a minha preocupação é com a segunda etapa: a tática.

**BIGODE** — Eu queria fazer duas perguntas, antes de falar sobre estrutura sindical e comissão de fábrica. A primeira ao Ibrahim e é a seguinte: como foi formada a comissão na Cobrasma, de onde partiu a iniciativa, que abertura se tinha na Cobrasma para permitir sua formação? E a outra pergunta é ao Delellis: o que aconteceu no Congresso dos Trabalhadores em 45? Como foi o processo da Constituinte que, em 46, trouxe essa estrutura sindical?



DELELLIS — É preciso ficar claro aqui que houve um debate na Constituinte de 46, que a bancada que mais lutou contra esse debate foi a católica.

BIGODE — O Congresso dos Trabalhadores, que foi a nível nacional, tinha proposta de uma nova estrutura sindical? Não havia condições para que a proposta fosse aprovada no Congresso porque tinha uma correlação de forças políticas, dentro do Parlamento, bastante desfavorável aos trabalhadores? A Constituinte de 46 não foi fruto de lutas operárias, mesmo não sendo a Constituinte que os trabalhadores queriam?

IBRAHIM — Em Osasco a questão da comissão de fábrica já era levantada antes de 64. Em 63, a gente teve uma experiência de organização de comissão na Cobrasma. Lá existia um grupo de militantes católicos que faziam oposição ao sindicato pela Direita. Era um pessoal bastante carregado pelo anti-comunismo. Foi esse o pessoal que começou a levantar a questão da comissão. É a famosa comissão dos 10, que se iniciou com 10 militantes da Frente Nacional do Trabalho. Por outro lado, dentro da Cobrasma, existia um grupo de militantes que não estavam enquadrados na perspectiva da comissão dos 10. Na verdade era um comitê que a gente chamava de comitê de fábrica, do qual fazíamos parte eu e uma série de companheiros. A gente tinha também uma visão crítica da estrutura sindical e achava que era necessário outro tipo de sindicalismo. Assumíamos a questão da organização dentro da empresa, pela base, o que o movimento sindical naquele momento não assumia. O aspecto principal do surgimento da comissão da Cobrasma, enquanto tal, foi a própria luta dos trabalhadores dentro da Cobrasma. Por exemplo, tivemos operação-tartaruga, problema de restaurante, e a gente ganhou muitas lutas. A idéia de comissão, que já existia, começou a ganhar força, mas de uma forma bastante autêntica, e o diálogo com a diretoria surgiu a partir dessa movimentação toda. Aí nós nos colocamos de acordo com o pessoal da Frente Nacional do Trabalho, em cima de alguns pontos: a legalização da comissão, eleição dentro da fábrica e imunidade dos eleitos, tanto efetivos, quanto suplentes. Então a gente chegou à legalização da comissão, primeiro dentro da luta e depois porque a gente encontrou uma conjuntura, dentro da fábrica, bastante favorável: é que naquele momento, nos anos de 65 e 66, a Cobrasma começou a se expandir. Quando nós fizemos operação-tartaruga, conseguimos ganhar a parada porque eles tinham um pedido enorme de vagões para o Uruguai. Quando a gente começou a segurar a produção, os caras tiveram que vir ali no pedaço e conversar direitinho. Naquele momento era uma propaganda muito ruim pra Cobrasma, que tinha concorrências e não podia perder. Nós soubemos utilizar politicamente esses elementos.

BIGODE — Eu acho que o esclarecimento desse conjunto é muito importante pra gente chegar à seguinte conclusão: toda a ação sindical tem que ser considerada de acordo com a conjuntura em que ela se encontra. E a conjuntura da Cobrasma era favorável, porque, primeiro, a produção estava em ascenso muito grande, segundo, na comissão da Cobrasma havia uma certa concentração de companheiros



do controle de qualidade, onde havia e até hoje há uma maior liberdade de ação. As comissões de fábricas são justas e necessárias, mas a sua criação passa por algumas questões objetivas. Quanto à questão da estrutura sindical, eu acho que o Delellis levantou uma questão muito importante: é a de que a estrutura sindical não vai ser resolvida aqui na mesa com cinco companheiros, como ela também não vai ser resolvida pura e simplesmente através da luta sindical. A estrutura, sindical é uma imposição do domínio político da burguesia. Então, só vamos conseguir uma outra estrutura sindical se tivermos não apenas um sindicato forte, mas também capacidade pra determinar uma situação política pro país, e isso só é possível através do partido político dos trabalhadores, com lutas no conjunto político e não apenas lutas sindicais. A importância das comissões de fábrica, do delegado sindical, nesse processo de alteração da estrutura sindical, significa a volta da dinamização do nosso sindicato, a volta da vida sindical de fato entre os trabalhadores. Isso pode se dar até sem pretensões de quebrar a estrutura sindical de imediato e, sim, pra reativar o sindicato e ter as bases junto de nós. Há companheiros que afirmam que só se quebra a estrutura sindical com a formação de comissões de empresa. E nós temos certeza que, se conseguirmos o delegado sindical, teremos pelo menos um companheiro com estabilidade e mobilidade que facilitaria sua atuação para organizar os trabalhadores dessa fábrica. O exemplo das "comisiones obreras" na Espanha é ilustrativo, só que esses companheiros têm de cara uma diferença conosco bastante objetiva. Nós aqui temos um exército de reserva de mão-de-obra tremendo e isso facilita muito os patrões. Na Espanha, quando foram formadas as "comisiones obreras", não havia mais excesso de mão-de-obra. No Rio de Janeiro, os conselhos de fábrica têm que ter vínculo com o sindicato, porque o que nós queremos é que esse sindicato se torne combativo, que volte pras mãos dos trabalhadores. Pra isso é necessário que as comissões passem obrigatoriamente por dentro do sindicato. O que não pode ocorrer é que uma proposta como a interfábricas vingue, porque, queiram ou não queiram os companheiros, é sindicalismo paralelo, porque ela é uma centralização das lutas da fábrica num outro órgão que não o seu sindicato. Quanto à questão da unidade sindical, eu gostaria de comentar algumas coisas. Eu queria dizer que o que realmente existe dentro desta estrutura sindical, foi o Ibrahim que me chamou a atenção, é a unicidade sindical e não a unidade. Com o que o companheiro colocou aqui, dizendo que a estrutura sindical é uma camisa-de-força, eu concordo. Agora, isso não vai se arrebentar quando a gente conseguir fazer essa ou aquela comissão de empresa, e sim quando nós tivermos o conjunto de comissões de empresa e tivermos reconquistado os sindicatos para as mãos de diretorias ligadas aos trabalhadores. Esse será o primeiro passo pra arrebentar a estrutura sindical, e o segundo passo é a questão política, e isso passa obrigatoriamente pela unidade sindical e pela reativação dos sindicatos, fazendo deles órgãos da classe operária. Não há possibilidade de se quebrar essa estrutura por fora dela. Uma questão delicada é a do delegado sindical. Há polêmica se é justo ou não. Justo é que o delegado sindical e a comissão de empresa sejam eleitos democraticamente pelos trabalhadores. Temos que ganhar espaço: surge uma



questão, a gente ganha espaço, surge outra, a gente ganha espaço, e assim por diante. Uma das deficiências das oposições sindicais, que fez com que elas não ganhassem espaço dentro dos sindicatos, foi a chamada sindicalização crítica, isto é, só sindicalizar quem estava contra a diretoria e tivesse uma visão sobre o sistema político do país. O que está errado, a coisa se dá a partir da própria experiência dos companheiros no sindicato. A partir disso é que eles vão querer tirar a diretoria, que não é combativa. No caso do ABC, na medida em que a diretoria combativa foi cassada é que os trabalhadores entenderam que essa estrutura sindical é que permite isso. Em relação ao imposto sindical, o Movimento Renovador Sindical, antes de 1964, queria a sua extinção imediata. A posição da Renovação Sindical, Chapa 2, é a seguinte: o tipo de mobilização dos trabalhadores que houve jamais foi populista. Era uma política de alianças de classe, ela levava em conta basicamente a classe operária, mas também considerava outros setores sociais. Hoje as oposições sindicais estão dizendo que não deve haver essa política, afirmando que o que mais atrapalhou no pré-64 foi o populismo. Populismo é outra coisa, é utilização indevida das massas. Os companheiros do passado organizaram sindicatos e, se eles não chegaram ao máximo da organização, é porque esse processo foi interrompido através do golpe militar. Uma coisa importante a ressaltar é a seguinte: todas as organizações tentadas de fora, criadas de forma intermediária, durante a história do movimento operário, não tiveram sucesso. Quando a oposição sindical quer se estruturar como um órgão próprio faz aquilo que, inclusive, o movimento estudantil andou fazendo, que é os "Caminhando", os "Refazendo", os "Libelus", que são coisas estruturadas fora dos órgãos que representam os estudantes, que são os DCEs, UEE, UNE. É isso que os estudantes têm que reativar, como nós, os trabalhadores, temos que entrar com peso nos sindicatos e reativá-los. Terminadas as eleições a Chapa 2, Renovação Sindical, acabou. Nós somos por uma ação irrestrita dentro do sindicato, e pra chegar a essa conclusão nos apoiamos em um exemplo histórico da luta dos trabalhadores, que foi a greve de 53. No período anterior, o Partido Comunista defendia uma posição de formar e desenvolver um sindicalismo fora do sindicato, e em 53 ele fez uma autocrítica clara disso e partiu para fazer um sindicalismo dentro dos sindicatos oficiais. E conseguiu a partir de uma ação de organização das massas, que foi a greve de 53, ganhar as direções sindicais através de uma dinamização dos sindicatos. Existem outras experiências e uma delas é o informe do companheiro Dimitrov que dirigiu uma frente antifascista. Ele fez uma crítica à atuação dos trabalhadores comunistas na Alemanha, cuja proposta era a saída dos comunistas do sindicato social-democrata, gerando um isolamento que favoreceu a vitória do nazismo. O afastamento dos órgãos que estão nas mãos de outras concepções políticas, que estão a serviço dos patrões, só facilita o isolamento da classe operária. Na Itália, também baseado no informe de Togliatti, observamos a decisão de participar em todas as organizações fascistas. E o resultado da penetração dos trabalhadores em suas organizações foi que, em 1943, houve uma insurreição geral em toda a Itália, greve geral a nível nacional organizada pelos sindicatos fascistas, que já estavam nas mãos dos companheiros combativos. Na Espanha,

as "comissões obreras" partiram pra dentro do sindicato, e isso é verdadeiro na medida em que, nos últimos dias do franquismo, 75% dos sindicatos oficiais estavam nas mãos das "comissões obreras". Eu fiz essa exposição para deixar claro àqueles que tentaram confundir o Movimento Renovador Sindical, de antes de 1964, com a Chapa 2, Renovação Sindical.

FLORES — O que se levanta sobre o problema da fábrica, da comissão de fábrica e das oposições, merece mais discussão. Sobre oposição, eu acho que nós sempre partimos de um princípio de oposição com relação a essa estrutura sindical. Eu nunca vi a oposição deixar de participar dentro do sindicato. Na medida em que nós fomos participando do sindicato, nós fomos ganhando espaço político. E isso nos causou uma série de aborrecimentos. Vários indivíduos, que eram contra fazer oposição à estrutura sindical, ainda hoje acham que tem que acabar com a oposição. Uma outra questão é que, em 1974, foram presos, só em São Paulo, 84 metalúrgicos por fazerem oposição e isso custou pra alguns seis horas de pau-de-arara. Alguns estão, até hoje, arrebatados. Houve determinados momentos em que nós tivemos que fazer trabalho de comissão de fábrica clandestino, porque, se levássemos isso pro sindicato, nós corríamos o risco de sermos dedurados pra polícia. Eu acho que as comissões de fábrica devem ser eleitas pelos trabalhadores, seja sócio ou não sócio. Se nós fizermos uma comissão hoje em qualquer empresa de São Paulo, no setor metalúrgico, e houver companheiros combativos, logo em seguida esses caras estão na rua por conta da deduração da própria diretoria. Nós da oposição não vamos jamais atuar dentro do sindicato como puxa-sacos do Joaquim, jamais vamos sentar sozinhos numa reunião de portas fechadas com o Joaquim. Não posso admitir que se faça unidade com um cidadão que ficou 15 anos a serviço da ditadura, detendo os trabalhadores que ainda pensavam em unidade eleitoral com esse vagabundo. Nós podemos até fazer unidade em função da luta concreta, de conquista de vitórias pros trabalhadores. Outro dia, o Joaquim falou sobre anistia. Isso não aconteceu por acaso, não. O Joaquim foi forçado a tomar aquela atitude. Se vocês pegarem as atas do sindicato dos metalúrgicos desde 1965, vão encontrar muitos companheiros que vêm brigando por isso. Agora, sobre as interfábricas, deêm o nome que quiserem, nós temos no Belém um conjunto de fábricas pequenas, próximas umas das outras. Reunimos 75 companheiros e discutimos com eles os problemas daquelas fábricas. Jamais vamos fazer com que esses companheiros cheguem ao sindicato pra se colocarem como comissão, porque, se fizerem isso, no dia seguinte estão no olho da rua. Mas não acho que com isso estamos fazendo sindicalismo paralelo. Se eu estiver numa fábrica e for indicado pelo Joaquim e aceito pela diretoria da empresa pra ser delegado sindical, eu jamais vou aceitar. Todo operário que for da luta não pode admitir isso. Agora, se eu for eleito pelos trabalhadores eu aceito, mas indicado, não, porra, chegam os biônicos que têm por aí. Uma coisa que é bom deixar claro: eu nunca propus invadir sindicato na marra. O dia em que eu perceber que a classe operária tem condições de invadir sindicato, vocês não tenham dúvida, vou propor a tomada da merda desse poder. Mais uma coisa que eu gos-



taria que ficasse claro: a Chapa 3 foi tirada de uma assembléia da onde saíram 24 companheiros de 24 empresas das mais importantes de São Paulo.

**BIGODE** — Sobre a questão da estrutura sindical, eu acho que esse tipo de dirigente, o pelego, é que dá condições pra que essa estrutura sindical permaneça. Acho que não foi a estrutura que colocou esses dirigentes depois de 64, quem fez isso foi o próprio golpe de Estado de 64. Isso porque existiam dirigentes que, mesmo sob essa estrutura sindical, fizeram um sindicalismo combativo no período do pré-64. Uma outra questão é o fato de ser indicado pelo sindicato como delegado sindical. Eu disse claramente que, se isso acontecer, a diretoria não vai poder deixar de indicar o companheiro mais combativo. Por que isso? Se não for assim, o resto dos companheiros vai se levantar contra a diretoria. Tem um companheiro nosso que recentemente se tornou líder de controle de qualidade de uma fábrica através de uma eleição entre os trabalhadores. Nessa fábrica não era prevista eleição para isso, tanto é que tinham chamado um técnico para ser o líder e os trabalhadores se opuseram e fizeram com que o companheiro fosse o líder de controle de qualidade. Era isso que eu estava falando. Um princípio de que eu não abro mão é o de que o delegado, a comissão, têm que ser eleitos pelos trabalhadores de forma democrática. O que eu acho totalmente errado é defender a formação de uma direção de comissões de fábrica, e isso é uma interfábrica. Uma outra coisa, eu acho que todo aquele que se destaca na luta corre o risco de perder o emprego. Pra isso não precisa a diretoria dedurar. Ele vai pro olho da rua e perde o emprego pela própria atuação que tem na fábrica. Ele perde o emprego e vai preso pelos órgãos de segurança e pela própria rede de informação que existe entre os patrões. Quando eu falei em unidade, eu falei em unidade de ação. E falo pra quem quiser ouvir: se o Joaquim tiver uma proposta que favoreça a categoria, meu compromisso não é com a oposição, Chapa 2 ou Chapa 3, meu compromisso é com a categoria, portanto nós vamos apoiar essa proposta. Mais uma questão, ser oposição a nomes é uma coisa e ser oposição à estrutura sindical é outra. Nós somos contra a estrutura sindical e achamos que devemos nos opor a atitudes incorretas da diretoria, que impede a organização e a mobilização da categoria.





# ÍNDICE

---

	<i>Pág.</i>
<i>Apresentação. 30 anos de luta sindical</i> .....	3
<i>Introdução. Delellis. Ibrahim. Gato. Bigode. Flores</i> .....	5
<i>Roteiro</i> .....	7
<i>Debate</i> .....	9
<i>Importante é a base</i> .....	17
<i>Os erros de Osasco</i> .....	20
<i>A aliança operário-estudantil</i> .....	22
<i>As greves espontâneas</i> .....	26
<i>O pré-64</i> .....	27
<i>O populismo</i> .....	29
<i>As greves políticas</i> .....	30
<i>O quebra-quebra do 1.º de Maio</i> .....	40
<i>Greves de ontem e de hoje</i> .....	47
<i>O fundo de greve é necessário?</i> .....	51
<i>Abaixo a estrutura sindical!</i> .....	61
<i>Um partido do trabalhador</i> .....	71



# E AS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS?

A PLURAL n.º 5,  
já está nas bancas e  
livrarias. Com: Artigas,  
Cristiano Cordeiro,  
L.A. Cunha, Goldman  
e Fortuna.



## PLURAL

Para conseguir os  
números anteriores da PLURAL, é só escrever  
para: rua Capote Valente, 411-ap.102-Pinheiros-SP-  
CEP 05409. Os preços por unidade são os seguintes: n.º 3,  
cr\$ 60,00 n.º 4, cr\$ 80,00 (os números 1 e 2 estão esgotados);  
mande o cheque no nome de Letícia Rita Bonato.

AFINEMOS A VIOLA  
DÊ O MOTE, COMPANHEIRO.  
QUEM ENRIQUECE A NAÇÃO  
MERECE CANTAR PRIMEIRO!



A VIDA ETERNA  
DE SANTO  
por Laerte Coutinho



**Nenhuma destas  
publicações  
você acha  
nas bancas...**

**...mas  
podem ser  
conseguidas  
pelo  
reembolso  
postal.**

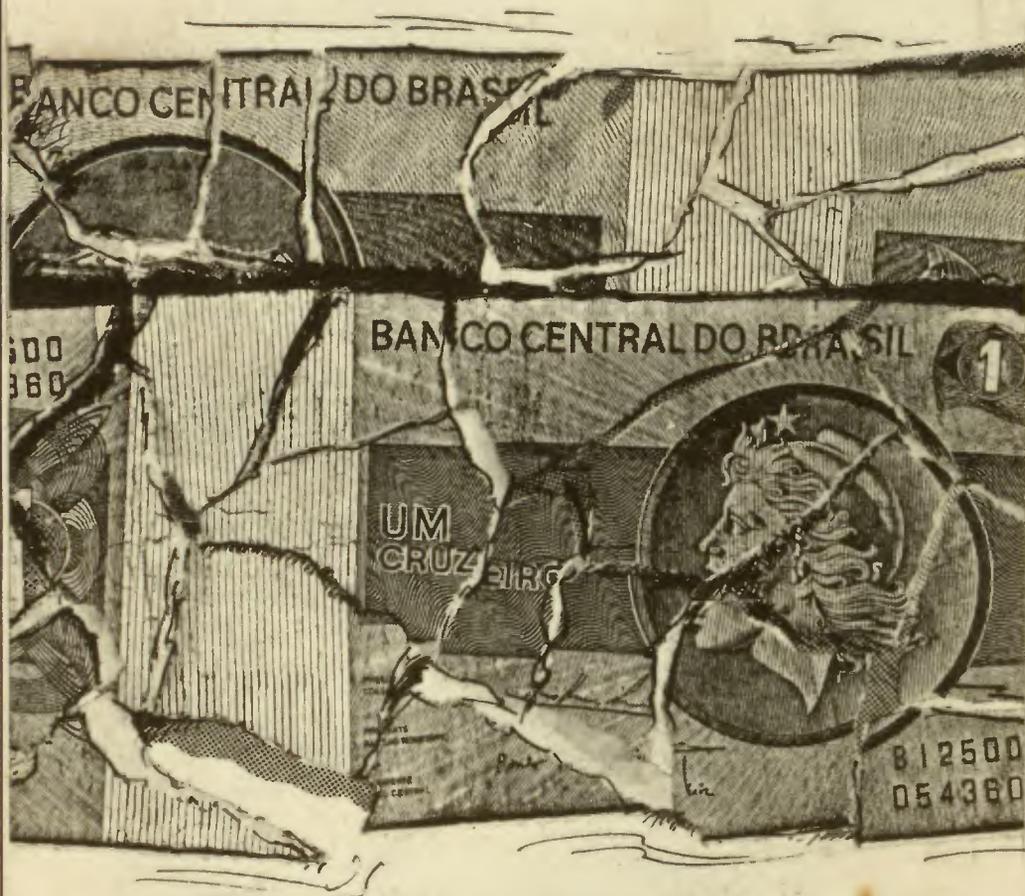
Os preços por unidade são os seguintes:

da série, "O Povo e seus Poetas", o cordel de Rafael de Carvalho, **Dê o Mote Companheiro** - Cr\$ 10,00. O cordel de Laerte Coutinho, **A Vida Eterna de Santo** - Cr\$ 10,00. O **Gibi dos Trabalhadores**, n.º 1 da série "Saúde", que transpõe a linguagem de quadrinhos as conclusões da 1.ª SEMSAT - Cr\$ 10,00. Os pedidos são feitos à **OBORÉ** Editorial dornalismo Sindical rua Caetés, 84 - tels.: 864-3271 - 864-4028 - Perdizes S.P. CEP 05016

**OBORÉ**



# AGUARDEM:



## O ARROCHO TREME NAS BASES DO ABC

Em fevereiro, nas bancas e livrarias

